

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
FELIPE ANDERSON FRANÇA

**DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL COMO FATOR DE DINÂMICAS
TERRITORIAIS: A EXPERIÊNCIA DE RIO DO SUL (SC)**

Florianópolis
2014

FELIPE ANDERSON FRANÇA

**DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL COMO FATOR DE DINÂMICAS
TERRITORIAIS: A EXPERIÊNCIA DE RIO DO SUL (SC)**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Florianópolis

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 (dez) ao aluno Felipe Anderson França na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Orientador

Prof. Dr. Louis Roberto Westphal
Membro da banca

Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário
Membro da banca

AGRADECIMENTOS

Ao longo de mais de um ano analisei, com muito ânimo e dedicação, a socioeconomia de Rio do Sul. Mas além da minha motivação, algumas pessoas foram fundamentais para que esta monografia pudesse ser materializada. Por isso, devo agradecer, primeiramente, a Deus. Afinal, além de me dar saúde e sabedoria, Ele colocou em meu caminho essas pessoas que, de alguma maneira, tiveram uma grande contribuição.

É difícil encontrar palavras para agradecer ao meu pai. Enquanto vivo, sacrificou incontáveis noites e fins de semana em função do serviço – que sempre exerceu com uma paixão desconcertante. Assim, ele pôde me dar o estudo e o conforto, que fizeram – e sempre farão – grande diferença em minha vida. Partiu três anos antes da finalização deste estudo, mas sua presença continua forte. Muito obrigado José Pedro, o saudoso França da Casan.

Devo muito à minha família – minha irmã Lisiane, meus tios e tias, mas sobretudo à minha mãe, Zilé. Ela renunciou de muitas coisas para que eu pudesse estar na Universidade Federal, e eu espero mostrar, algum dia, que valeu a pena.

Fui sortudo ao encontrar uma mulher que se tornou minha namorada, e que me apoiou e motivou ao longo de toda a minha graduação: muito obrigado Leticia.

É simplesmente lógico o agradecimento que devo ao Prof. Hoyêdo, orientador desta monografia, pois é muito grande e muito importante a sua contribuição. Além de todos os conselhos, correções e críticas, que lhe custaram algumas horas de leitura, ele teve uma tarefa extra, que foi me fazer separar a “razão da emoção”, dado o meu entrelaçamento histórico com o objeto de estudo. O Prof. Hoyêdo também me recomendou a leitura da tese de doutorado da economista da FEE, Áurea Breitbach. Trata-se de um estudo que muito me estimulou para a elaboração desta monografia, e a autora ainda dedicou – mesmo sem nos conhecermos – considerável tempo e paciência ao longo de algumas discussões que realizamos por e-mail, e que foram muito úteis para mim.

Destaco também o excelente tratamento que tive por parte de todos aqueles que entrevistei para este estudo. Demonstraram grande ânimo em contribuir para o debate aqui proposto, revelando, desta maneira, a importância fundamental da elaboração desta monografia.

Rio do Sul, julho de 1983: “O quadro que se presenciou era aterrador: a lama, em camadas de até 50 cm em alguns locais. Bairros inteiros assemelhavam-se a escombros de um bombardeio, com casas viradas, teto para o chão e, a maioria delas, deslocada de seus alicerces. A própria população rio-sulense, que tão dignamente se comportou naqueles dias negros, numa demonstração inequívoca de resignação e solidariedade, por entender que a força das águas tirou-lhes quase tudo, abalou sua confiança e, por vezes, quase os levou ao desespero. Mas ficou a certeza de que ainda restava a coragem para recomeçar” (PREFEITURA DE RIO DO SUL, 1983, S.p., adaptado).

Rio do Sul, setembro de 2011: “Todos perdemos muito e sofremos muito. É desolador andar pelas ruas, cenário de guerra, de catástrofe. As pessoas estão com fome, com sede, centenas perderam literalmente tudo. 150 casas estão condenadas até agora pela Defesa Civil. Os telefones não param de tocar pedindo ajuda: Colchões, louças, móveis, etc. Estamos muito cansados, porém não desanimados. Orem por nós para que tenhamos paciência, ânimo e alegria na tarefa” (STRUECKER, 2011, S.p., adaptado).

“Fato é que este povo é forte, aguerrido e vai reerguer esta terra pujante mais uma vez” (DIÁRIO DO ALTO VALE, 2013, S.p.).

RESUMO

FRANÇA, Felipe Anderson. **Diversificação industrial como fator de dinâmicas territoriais**: a experiência de Rio do Sul (SC). Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, julho de 2014. 128 p.

Esta monografia analisa a dinâmica socioeconômica do município de Rio do Sul/SC em seu período recente. Defende-se a ideia de que o elemento dinâmico é o diversificado parque industrial instalado nesse território. O desenvolvimento do trabalho inclui, primeiramente, uma discussão sobre alguns pilares teóricos voltados à temática da economia regional, e também uma contextualização histórica, envolvendo a problemática do desenvolvimento regional no Brasil e em Santa Catarina. Igualmente importante é a análise do processo histórico de formação econômica do município em questão, assim como as trajetórias das principais empresas que forjam o eixo principal do dinamismo econômico rio-sulense. Desta maneira a discussão aqui proposta ganha um adequado enquadramento. A análise da base produtiva rio-sulense revela uma importante diversificação, mensurada a partir de dados do emprego industrial e arrecadação de ICMS na indústria, segundo a Divisão CNAE 2.0. Estes dados indicaram a intensa participação dos complexos eletrometalmeccânico, vestuarista e alimentar. Com uma base industrial forte e escorada em empresas nativas e familiares, o município representa estímulo ao avanço em importante discussão de cunho teórico: reside na especialização produtiva dos territórios a melhor, ou a única, via exitosa para o desenvolvimento econômico? A experiência de Rio do Sul é eloquente, no sentido de sugerir a diversificação industrial como um destacado elemento para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas territoriais. Mais do que isso, leva a pensar que esta é uma promissora forma de inserção na dinâmica do capitalismo contemporâneo vinculada à globalização.

Palavras chave: Desenvolvimento regional; Diversificação industrial; Rio do Sul (SC).

INDUSTRIAL DIVERSIFICATION AS FACTOR OF TERRITORIAL DYNAMICS: THE EXPERIENCE OF RIO DO SUL (BRAZIL)

Abstract: This study is concerned with the social and economic trajectory of Rio do Sul (Brazil) in the last decades. It is advocated that the local driving factor is the diversified industrial park settled on this territory. The study development includes, firstly, a discussion over some theoretical columns aimed to the thematic of regional economics, and also a historical contextualization, involving Brazil's and Santa Catarina's regional development matter. Equally important is the review of the historical process of economic formation from the city in focus, as the analysis of the main companies paths, which forge the main Rio do Sul's dynamic axis. In this way the discussion here proposed gains a suitable framework. The production base analysis reveals an important diversification, measured by industrial employment and tax income data, according to Divisão CNAE 2.0 (stratification scale of economic activities). This data denote the intense participation from electro-metal-mechanical, clothing and food industry complexes. With a strong industrial base, sustained by native and familiar companies, the city represents a motivation to progress in an important theoretical discussion: resides in territory production specialization the better, or the single, highway to economic development? Rio do Sul has a striking experience, towards the industrial diversification as a spotlight to the comprehension of territorial socioeconomic dynamics. In addition, it leads to think that this is a promising form of coupling in the dynamic of contemporaneous capitalism linked to globalization.

Key words: Regional development; Industrial diversification; Rio do Sul (SC).

INDUSTRIEDIVERSIFIZIERUNG ALS FAKTOR DER TERRITORIALE DYNAMIKS: RIO DO SUL (BRASILIAN) AM BEISPIEL

Zusammenfassung: Diese Abschlussarbeit analysiert das Sozio-Wirtschaftsdynamik des Rio do Sul (Brasilien) Stadt in der letzten Zeit. Es verteidigt die Lokale diversifizierte Industriepark wie das Hauptkraft des Örtliches dynamische. Die Erschließung der Untersuchung benötigt, erstens, das Diskussion auf einige Theoretische Säulen an Regionalwirtschaft, und auch die historische kontextualisierung der Debatte, mit dem Brasilien und Santa Catarina Regionalentwicklung Thema umfassen. Genauso wichtig ist auf die Historischen Prozesses der Lokal Wirtschaftsformation besprechen, wie der Wege der wichtigsten Firmen zerlegen, die schmieden die dynamische Achse des Rio do Sul. Nur auf diese Weise, kann es diese Vorschlagdiskussion stellen. Die Produktionsbasis Analyse zeigt eine intensive Diversifizierung, gemäß industrielle Beschäftigung und Steuereinnahmen Daten nach Divisão CNAE 2.0 (Schichtung Ausmaß der Wirtschaftlichenaktivitäten). Diese Daten zeigen die intensive Beteiligung von Elektro-metall-mechanischen, Bekleidungs und Lebensmittelindustrie Komplexe. Mit einer starken Industriellen Basis, von Native-Familien Firmen, ermöglicht die Stadt eine wichtige theoretische Diskussion voran: befindet im Gebiet der Produktionsspezialisierung die beste, oder der einzige, Weg zur Wirtschaftentwicklung? Rio do Sul hat eine schlagende Erfahrung, auf die Diversifizierung der Industrie als eine bedeutend Element der territorialen Sozio-Wirtschaftsdynamik zu begreifen. Darüber, es schlägt die Möglichkeit einer besseren Kopplung im Globalkapitalismus.

Schlüsselwörter: Regionalentwicklung; Industriediversifizierung; Rio do Sul (SC).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização geográfica de Rio do Sul	14
Figura 2 – Fórmula de cálculo do Quociente de Localização	22
Figura 3 – Emprego industrial rio-sulense 1985-2012 por complexos industriais	106
Figura 4 – Recolhimento de ICMS no município de Rio do Sul por complexos industriais	110
Quadro 1 – Produção industrial catarinense por regiões, de acordo com o Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico	16
Quadro 2 – Classificação dos centros industriais conforme o nível de diversificação ou especialização produtiva	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de serrarias no Alto Vale do Itajaí por faixa de faturamento em 1939	57
Tabela 2 – População no Vale do Itajaí e sua densidade por km ² em 1943	58
Tabela 3 – Barragens dos rios Itajaí do Sul e do Oeste	63
Tabela 4 – Indicadores socioeconômicos do município de Rio do Sul	104
Tabela 5 – Indicadores econômicos de Rio do Sul para o ano de 2010	105
Tabela 6 – Emprego industrial em Rio do Sul segundo Divisão CNAE 2.0 para os anos de 2006 e 2012	107
Tabela 7 – Recolhimento de ICMS em Rio do Sul pela Divisão CNAE 2.0 no ano de 2012	111
Tabela 8 – Participação das principais Divisões industriais no emprego e arrecadação de ICMS da indústria de Rio do Sul em 2012	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIRS	Associação Comercial e Empresarial de Rio do Sul
AMAVI	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
APL	Arranjo Produtivo Local
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BRDE	Bando Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEDUP	Centro de Educação Profissional
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
EFSC	Estrada de Ferro Santa Catarina
FEDAVI	Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORUMCAT	Fórum Catarinense de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IFC	Instituto Federal Catarinense
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PBDR	Plano Básico de Desenvolvimento Regional
PDRU	Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano de Santa Catarina
PIB	Produto Interno Bruto
PIDSE	Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego
QL	Quociente de Localização
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEF	Secretaria Estadual da Fazenda
SENAI	Serviço Nacional de Apoio à Indústria
SIMMMERS	Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e do Material Elétrico de Rio do Sul
SINFIATEC	Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí
SITITEV	Sindicato dos Trabalhadores de Fiação, Tecelagem e Vestuário do Alto Vale do Itajaí
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UNIDAVI	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
VTI	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	18
1.2	PROCEDIMENTOS DE CUNHO METODOLÓGICO	19
1.3	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	23
2	DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO: BREVES CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA CONCEITUAL PARA O ENQUADRAMENTO DO ESTUDO	24
2.1	DOIS “PARADIGMAS” SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO	27
2.1.1	Forças de polarização versus movimentos de disseminação da dinâmica econômica	27
2.1.2	Especialização produtiva como paradigma e seu contraponto	33
3	ESBOÇO DE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	40
3.1	A PROBLEMÁTICA DA DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO NAS ESCALAS BRASILEIRA E CATARINENSE	40
3.2	UM ADENDO CRÍTICO: A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO EM SANTA CATARINA	48
4	RIO DO SUL: DA ESPECIALIZAÇÃO À DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA	52
4.1	COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: DE <i>SÜDARM</i> A RIO DO SUL (1874-1931)	53
4.2	A ERA DA MADEIRA (1920-1970)	55
4.3	TRANSIÇÃO ECONÔMICA (1970-1985)	62
5	CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA LOCAL (1985 – EM DIANTE)	67
5.1	ATIVIDADES DA ELETROMETALMECÂNICA	67
5.1.1	Riosulense	68
5.1.2	H-Bremer	71
5.1.3	Metalciclo	74
5.1.4	Vedamotors	78

5.1.5	Bovenau	78
5.1.6	Frahm	81
5.1.7	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul – Simmers	85
5.2	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	88
5.2.1	Cassava	88
5.2.2	Frigorífico Riosulense	89
5.3	ATIVIDADES DO VESTUÁRIO	94
5.4	SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ELETROMETALMECÂNICAS, ALIMENTARES E VESTUARISTAS DE RIO DO SUL	102
5.5	MENSURANDO O GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL RIO-SULENSE	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

Rio do Sul é um município catarinense situado na porção ocidental do Vale do Itajaí. Localiza-se precisamente no Alto Vale, sendo que dentro de seu perímetro urbano se forma o rio de maior importância econômica do estado, o Itajaí-Açu. Com mais de 60 mil habitantes, o município é o 19º no ranking populacional catarinense, o 24º no tamanho do Produto Interno Bruto e, ainda, o 7º maior município exportador de Santa Catarina, segundo dados do IBGE (2010a) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2010).

Sua população urbana atinge 93% do total do município (IBGE, 2010a) e sua socioeconomia se mostra escorada nos complexos eletrometalmecânico, vestuarista e alimentar. Entretanto, a realidade local é muito pouco explorada na literatura econômica sobre Santa Catarina. Assim, o conhecimento acerca da estrutura industrial do município, que é um polo regional para mais de 250 mil catarinenses, deixa a desejar, até pela falta de atualização com a desejada frequência.



Figura 1 – Localização geográfica de Rio do Sul
 Fonte: Wikimedia, 2014, S.p, Adaptado.

É comum ainda, nas análises da socioeconomia do estado, os estudos não tomarem conhecimento de Rio do Sul¹. E, não raramente, nas vezes em que há referências ao local, a imagem apresentada é distorcida. Cabe ressaltar que excelentes materiais produzidos, por exemplo, pela Secretaria Estadual da Fazenda (SEF, 2012b), expõem a socioeconomia do estado por SDRs. Como Rio do Sul está inserido numa microrregião com forte expressão agropecuária – ainda que a transformação industrial ganhe cada vez mais destaque nos municípios vizinhos –, acaba-se por diluir, ou “mascarar”, os dados da dinâmica industrial do município de Rio do Sul, em meio à sua microrregião.

Com efeito, em diferentes abordagens, a estrutura industrial catarinense costuma ser examinada considerando-se uma divisão espacial em mesorregiões. Estudo realizado há uma década e meia (IPEA et al, 2000) é bastante ilustrativo, sintetizando a morfologia da rede urbana de cada região. No caso do Vale do Itajaí, o estudo assinala:

A mesorregião do Vale do Itajaí [...] caracteriza-se por três diferentes unidades: uma porção fortemente industrializada [eixo Blumenau – Brusque], uma porção litorânea – ambas intensamente urbanizadas – e uma porção nitidamente agropecuária [Alto Vale] [...] Sua área agrícola não sinaliza mudanças significativas, apenas a continuidade de movimentos migratórios, não muito intensos, dirigidos aos centros mais dinâmicos da própria região (IPEA et al, 2000, p.138 e 139).

Infere-se da leitura acima que a “área agrícola”, isto é, o Alto Vale como um todo, perpetua uma migração que, apesar de fraca, é influenciada e guiada pela malha urbana, em grande medida estruturada em torno de Blumenau. Outrossim, a porção oeste do Vale do Itajaí não sinalizaria, segundo a imagem produzida, mudanças significativas em sua rede urbana. Curiosamente, o mesmo estudo indica que o município de Rio do Sul é “polarizador de uma extensa área com expressão agropecuária” (IPEA et al, 2000, p. 137).

O que o tempo mostrou, todavia, foi a consolidação de uma estrutura industrial diversificada em território rio-sulense. Além disso, dados do IBGE (2000; 2010a) para a primeira década do século XXI mostram que o município está longe de ser um foco emanador de movimento migratório na direção que o estudo do IPEA chama de área urbana do Vale do Itajaí: o crescimento populacional do município foi de 18,5% entre 2000 e 2010. A título de comparação, outros municípios do Vale, como Blumenau e Itajaí, registraram no mesmo período um aumento de população de 18,03% e 24,3% respectivamente.

¹ Cardoso (1984, p. 3) relatou a escassez de literatura acerca do município: “Rio do Sul, cidade e município que polariza o Alto Vale do Itajaí, ressenete-se portanto, há muito, da inexistência de um opúsculo deste gênero [compêndio histórico e geográfico]”.

Outros estudos, como SANTA CATARINA (1986), apesar de considerarem Rio do Sul como pertencente à área industrial do estado, devido à colonização alemã, não destacam quais são as empresas ou setores proeminentes no município:

[Região industrial de origem alemã]: No nordeste de Santa Catarina, de Joinville até Rio Negrinho, no planalto norte e deste até Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, continuando em direção a Brusque, no vale do Itajaí-Mirim, seguindo até Blumenau e daí até Joinville, fechando-se o perímetro da área onde se localiza a região mais industrializada [...] totalizando mais de 50% do valor da produção industrial catarinense [...].

A carência de abordagens que analisem com mais propriedade a socioeconomia do município tende a gerar iniciativas institucionais problemáticas, a exemplo do ocorrido no âmbito do governo estadual, entre 1987 e 1991, na gestão de Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner. Nesse governo foi elaborado o Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico para Santa Catarina. Objetivando a atração de investimentos pelo estado, foram alinhados no programa os segmentos produtivos de acordo com as regiões em que se fazem presentes com mais intensidade.

Como pode ser observado no quadro 1, em nenhum dos segmentos industriais Rio do Sul foi incluído. Considerando que o Programa não indicou apenas os grandes centros catarinenses, mas também municípios como Curitiba e Campo Alegre – mostrando conhecimento e preocupação com a estrutura produtiva de municípios menores –, Rio do Sul ficou, portanto, a mercê da própria sorte.

Quadro 1 – Produção industrial catarinense por regiões, de acordo com o Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico

Segmento	Região
Alimentar	Chapecó, Videira e Concórdia
Cerâmico	Içara, Tubarão e Urussanga
Industrial	Fraiburgo, São Joaquim e Videira
Madeireiro/Celulose	Lages, Curitiba e Caçador
Metal-mecânico	Joinville e Jaraguá do Sul
Mobiliário	Corupá, Campo Alegre e Mafra
Têxtil	Blumenau e Brusque

Fonte: SIEBERT (2001, p. 148)

Em última instância, fica sugerido no quadro 1 que a presença de especializações produtivas regionais desempenha um papel não negligenciável na formulação de ações governamentais em Santa Catarina. Por Rio do Sul não possuir uma área de especialização

produtiva bem definida, não foi possível enquadrar o município, no referido documento, em qualquer segmento industrial específico. Isso ocorreu, claro, em detrimento de Rio do Sul.

As Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs, criadas no início da década de 2000, ainda não representaram a resposta para um problema presente há muito tempo, que atinge todo o estado de Santa Catarina: a falta de planejamento e de uma clara orientação de política que busque, de fato, promover o desenvolvimento da socioeconomia do estado. Agrava a situação o fato de não haver no estado instituições parecidas com a Fundação de Economia e Estatística – FEE, no Rio Grande do Sul, e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social – IPARDES, no Paraná², que amparam, com suas imprescindíveis atividades, a formulação de políticas e a concepção de programas e projetos.

Para Rio do Sul, a questão é ainda mais ampla. Não obstante, ou talvez por isso, as lacunas de caracterização e conhecimento sobre a estrutura industrial e econômica rio-sulense, o município é “vendido” como têxtil e de agricultura familiar. No primeiro caso, devido à proximidade com Blumenau. No segundo caso, devido à real especialidade produtiva em alguns municípios vizinhos, tendo destaque a produção de fumo, arroz e cebola em diversos municípios do Alto Vale do Itajaí.

O problema que esta pesquisa busca enfrentar é amplo, conformando um todo em matéria de objeto de estudo. De um lado, a carência de abordagens atualizadas sobre a realidade econômica de Rio do Sul, contribuindo para alterar percepções aparentemente predominantes, porém problemáticas no tocante à plena aderência à situação existente. De outro lado, e como especificação investigativa, uma enraizada “leitura” sobre a realidade local que tende a explorar, sobretudo, o binômio “têxtil-agricultura”, situando-o como esteio da economia local e base de movimentos migratórios. Esse segundo aspecto traz embutida uma questão que adquiriu proeminência no debate sobre o desenvolvimento em escala territorial: a importância das especializações produtivas regionais ou locais.

Este trabalho tem a pretensão de figurar, portanto, como uma espécie de divisor de águas nas abordagens sobre Rio do Sul. A intenção é superar a descaracterização da estrutura industrial de Rio do Sul, e quiçá contribuir para fundamentar políticas de desenvolvimento regional, já que se ocupa do centro dinâmico, por assim dizer, da economia rio-sulense. A

² É relevante a falta de informações estatísticas referentes ao objeto de estudo desta monografia. Não há um órgão ou instituto estadual que reúna as já escassas informações disponibilizadas. Portanto, além da dependência em poucas fontes de pesquisa, como IBGE e MDIC, dados mais específicos do estado de Santa Catarina, não pesquisados por estes órgãos, mas que já foram mensurados, encontram-se dispersos em diferentes estudos. Isso acaba por ocultar dados que poderiam ter relevância para o trabalho.

saber: um eixo econômico diversificado e que “puxa” considerável parcela do emprego e da renda do Alto Vale do Itajaí.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral que norteia esta monografia é claro e bem delimitado, e seu cumprimento é de forte importância para a abordagem da problemática até aqui exposta.

- Buscar evidências que sugiram a diversificação do parque industrial rio-sulense como força motriz da dinâmica socioeconômica local – figurando como eloquente contra ponto em relação à atual (quase) "ortodoxia" da teoria econômica com enfoque espacial, que defende a especialização produtiva dos territórios como solução, de modo amplo, ao seu dinamismo econômico.

Atingir esse objetivo geral requer, também, o alcance de quatro objetivos específicos que, em conjunto, permitem construir um entendimento mínimo necessário para a análise proposta por este estudo.

- a) Sistematizar literatura relevante sobre o desenvolvimento em escala territorial, destacando o debate sobre o papel das especializações produtivas;
- b) Apresentar o processo histórico de formação econômica do município de Rio do Sul, revelando o grau de articulação com a economia nacional;
- c) Caracterizar o setor industrial de Rio do Sul, mensurando o nível de diversificação/especialização do aparato produtivo instalado, e identificando os ramos/segmentos chaves em termos de emprego e arrecadação tributária.
- d) Examinar os impactos da abertura comercial brasileira, no início dos anos 1990, nas principais atividades industriais de Rio do Sul, discutindo a importância do perfil diversificado dessa indústria para o dinamismo econômico testemunhado pelo município.

1.2 PROCEDIMENTOS DE CUNHO METODOLÓGICO

A presente monografia é um estudo qualitativo, onde a compreensão e análise de fatos e fenômenos que envolveram o objeto de estudo no período proposto – fins do século XX e início do século XXI – assume forte relevância. Como no campo econômico não é possível compreender e interpretar a realidade contemporânea sem olhar atento ao fator histórico, observando o processo de formação econômica, será construída uma breve descrição histórica da economia do município.

Trata-se também de um estudo descritivo, pois são levadas em conta as opiniões e percepções identificadas nas entrevistas, realizadas no período de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014. Foram entrevistados: a) sócio-proprietário da NH Indústria, fabricante das marcas Frahm e Hinor; b) sócio-proprietário e diretor da H-Bremer; c) proprietário da Metalciclo e ex-prefeito de Rio do Sul; d) diretor financeiro da Riosulense; e) diretor de expansão e novos negócios da Pamplona Alimentos; f) presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Confecção e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí – Sinfiatec; g) diretor executivo do Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e do Material Elétrico de Rio do Sul – Simmers; h) presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul e Alto Vale do Itajaí – Sititev.

Ainda é possível indicar que esta é uma pesquisa exploratória, pois não há estudos que abordem a formação econômica rio-sulense – desde a colonização até o limiar do século XXI – ou que abordem a atual dinâmica industrial do município. De fato, o objetivo de uma pesquisa de tipo exploratório, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 171), tem grande aderência com o perfil do presente estudo: “[...] formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador [...] ou modificar e clarificar conceitos”.

Ademais, busca-se igualmente observar o quanto é pertinente, para a realidade de Rio do Sul, o entendimento geral de Breitbach (2003), sobre as relações entre estrutura produtiva e dinamismo regional. A autora argumenta, analisando a região de Caxias do Sul (RS), que a diversificação industrial pode ser um elemento de dinamização territorial. Aqui, a mesma proposta é feita, observando-se não uma região, mas sim um município específico.

Deve-se sublinhar que a presente análise é focada na economia do município de Rio do Sul. Portanto, ela não aborda com o devido destaque o Alto Vale do Itajaí. Deve-se

ressaltar, contudo, a importância fundamental exercida por essa região para a dinâmica econômica de Rio do Sul, no fornecimento de matéria-prima, insumos e mão de obra, por exemplo.

Analisar um município específico faz desta análise um estudo de caso. Dentre as vantagens desse tipo de estudo, Martins (2008, p. 11) cita: “Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado – problema de pesquisa – o Estudo de Caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela avaliação quantitativa”.

Para a realização deste trabalho, é realizada pesquisa bibliográfica, objetivando sistematizar contribuições teóricas relevantes sobre economia e desenvolvimento regional, e sobre a problemática do desenvolvimento com dimensão espacial no Brasil e em Santa Catarina. As entrevistas, de sua parte, foram realizadas não apenas visando enriquecer o estudo, mas captar percepções que, a rigor, contribuíssem para norteá-lo. Aos entrevistados, foram apresentados o objetivo, a finalidade, a importância e a motivação que guiam este estudo, sendo respeitado o sigilo daqueles que preferiram não ter revelada a sua identidade.

Por fim, quanto à abordagem da estrutura econômica do município, seria possível efetuar-la de pelo menos dois modos: 1) identificar a participação de cada setor produtivo na indústria local, e; 2) mensurar a concentração relativa de cada setor da indústria local em relação à economia de Santa Catarina.

Ambas as maneiras estão presentes. Todavia, é importante assinalar que maior ênfase é dada à primeira, pois o elemento que norteia o estudo, de um modo geral, é o interesse na diversificação industrial local. A segunda abordagem é construída objetivando mostrar que a economia rio-sulense assume relevância no plano estadual.

Sobre a participação individual dos setores produtivos na indústria de Rio do Sul, levou-se em conta a contribuição metodológica de Almeida e Ribeiro (1991). Para mensurar a intensidade da diversificação/especialização industrial de um território, esses autores criaram uma tipologia – que também foi utilizada e complementada por Breitbach (2008) – batizada de Indicador de Singularidade/Pluralidade dos Centros Urbanos, visando estabelecer o grau de diversificação de uma unidade territorial³. Tal tipologia tem como base o Valor da

³ Almeida e Ribeiro (1991) utilizaram sua tipologia apenas para os centros urbanos de maior massa econômica no Brasil, análise esta que excluiu inúmeros centros regionais – a exemplo do caso analisado por este artigo. Interessante ressalva é feita pelos autores: “Sua principal restrição vincula-se à questão da escala de representação do mapa [...], que gerou a obrigatoriedade de estabelecer um patamar mínimo [...], o que excluiu da análise algumas áreas industriais que têm peso importante no processo de industrialização nacional. Pode-se argumentar que [...] uma série de centros do Sul [do Brasil], que não entraram na análise, são regionalmente importantes, com suas pequenas indústrias fornecendo insumos para segmentos importantes da agricultura e mesmo para outras indústrias maiores” (ALMEIDA; RIBEIRO, 1991, p. 80).

Transformação Industrial – VTI, indicador calculado pelo IBGE que diz respeito ao valor que o trabalho exercido em cada estabelecimento industrial acresce ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos.

Nessa perspectiva, o estudo de uma região específica requer a estratificação do VTI pelos gêneros industriais. A participação individual de cada atividade produtiva, conforme mostra o quadro 2, enquadra a unidade territorial em análise da seguinte maneira:

Quadro 2 – Classificação dos centros industriais conforme o nível de diversificação ou especialização produtiva

Característica	Valor da Transformação Industrial
1) Centros fortemente monoindustriais	Um gênero detém 75% ou mais do VTI.
2) Centros monoindustriais	Um único gênero detém entre 50% e 75% do VTI, ou; Um único gênero detém entre 45% e 50% do VTI, desde que não haja outros gêneros que respondam por mais de 10% do VTI.
3) Centros bipolares	Dois gêneros com VTI acima de 10% cada, sendo que pelo menos um deles é responsável por mais de 25% do VTI.
4) Centros com tendência à diversificação	Três gêneros superiores a 10% cada, sendo que, juntos, perfazem mais de 60% do VTI total.
5) Centros diversificados	Três gêneros superiores a 10% cada, cuja soma não ultrapasse 60% do VTI total.
6) Centros fortemente diversificados	Quatro gêneros superiores a 10% cada, cuja soma não ultrapasse 60% do VTI total.

Fontes: Almeida e Ribeiro (1991) e Breitbach (2008). Elaboração própria.

Todavia, o VTI é pesquisado com o compromisso, por parte do IBGE, de preservar a confidencialidade dos dados em nível de empresa. Isso faz com que o instituto não disponibilize o VTI em escala municipal. Contudo, é possível utilizar outras duas variáveis, estratificadas por atividade industrial, a fim de estabelecer o grau de diversificação da indústria: a) emprego formal, e; b) arrecadação de ICMS.

Disponibilizado pela base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o nível de empregos é um importante indicador para a análise de uma socioeconomia. Alguns leitores podem se mostrar céticos em relação ao uso da base de dados da RAIS, dado que ela se apoia nas informações divulgadas pelos empregadores, e ainda desconsidera a porção informal dos empregos da economia. Porém, trata-se da fonte mais segura e objetiva de dados de emprego industrial no país, permitindo ainda uma análise da evolução histórica do nível de empregos, com abertura detalhada dos dados por atividades produtivas e por abrangência geográfica. Isso faz com que seja possível, por exemplo, ter acesso ao emprego industrial por segmentos no município Rio do Sul.

Para enriquecer a análise, bem como para complementar o estudo do número de empregos, será utilizada a mesma tipologia, com base na arrecadação de ICMS do município, disponibilizado pela Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina – SEF/SC. Esta análise também é passível de críticas, pois os produtos para exportação são isentos de ICMS e, ainda, setores com micro e pequenas empresas costumam apresentar isenções, deferimentos ou omissão de pagamento tributário. Todavia, é um indicador importante, pois suas variações acabam por retratar as oscilações da atividade econômica de um setor industrial. E, ainda, a principal preocupação com o uso do “ICMS industrial” refere-se, fundamentalmente, ao interesse em melhor analisar as atividades não intensivas em mão de obra, que ficam subestimadas em uma análise de nível de emprego.

Por sua vez, a importância relativa de cada local na comparação com o estado, no que concerne ao nível de presença da atividades produtivas, é mensurada por um indicador chamado de quociente de localização. A construção desse dado segue a fórmula ilustrada na figura 2:

$$QL = \frac{E_A^{RSL} / E_T^{RSL}}{E_A^{SC} / E_T^{SC}}$$

QL = Quociente de Localização
 E_A^{RSL} = Número de empregos na atividade industrial “A” em Rio do Sul
 E_T^{RSL} = Número de empregos totais na indústria de Rio do Sul
 E_A^{SC} = Número de empregos na atividade industrial “A” em Santa Catarina
 E_T^{SC} = Número de empregos totais na indústria de Santa Catarina

Figura 2 – Fórmula de cálculo do Quociente de Localização.

Fonte: elaboração própria.

Desta maneira, o QL avalia o grau relativo de concentração das diferentes atividades na economia do município. Tal indicador pode ser igual a 1, menor que 1, ou maior que 1.

- $QL = 1 \rightarrow$ significa que a incidência dos empregos é idêntica em Rio do Sul e em Santa Catarina; logo, não há, de fato, concentração espacial dessa atividade em Rio do Sul.
- $QL < 1 \rightarrow$ a presença relativa da atividade em Rio do Sul é menor do que em Santa Catarina.

- $QL > 1 \rightarrow$ a incidência relativa desses empregos é maior em Rio do Sul do que em Santa Catarina; logo, Rio do Sul representa espaço de concentração da atividade em questão.

Percebe-se que, quanto maior o valor do QL, maior é a especialização comparativa do local considerado no setor ou na atividade “A”. Assim, torna-se possível identificar os setores de destaque da economia rio-sulense, em comparação à economia de Santa Catarina.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente estudo está organizado da seguinte maneira:

- No segundo capítulo são esboçadas algumas considerações de cunho teórico. Primeiro, faz-se um resgate de algumas contribuições na teorização do campo da economia regional, trazendo à tona autores de grande importância, como François Perroux. É dada, também, ênfase ao debate de especializações produtivas, e ao seu contraponto.
- No terceiro capítulo é analisada a problemática regional brasileira e catarinense. Observa-se o padrão de ocupação – urbano e produtivo – na economia do Brasil, e seus reflexos em Santa Catarina. Ainda, são abordadas as políticas de desenvolvimento territorial postas em prática pelo governo do estado.
- No quarto capítulo é abordada, em linhas gerais, a formação econômica do município de Rio do Sul. Esta seção faz referência aos fatos e movimentos históricos mais relevantes na economia do município, levantados mediante revisão da literatura disponível sobre o assunto.
- São apresentadas, no quinto capítulo, as evoluções históricas das principais empresas instaladas no município. Este esforço é crucial para que seja possível, então, desenhar a estrutura industrial de Rio do Sul no século XXI, descrevendo os setores de destaque – utilizando a metodologia proposta por Almeida e Ribeiro (1991) –, explorando o que indicam as variáveis emprego e arrecadação de ICMS na indústria.
- Por fim, o sexto e último capítulo trás as considerações finais acerca da socioeconomia rio-sulense.

2 DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO: BREVES CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA CONCEITUAL PARA O ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento econômico passou a integrar – com especial intensidade – a reflexão e a agenda de políticas econômicas em diversos Estados, principalmente naqueles que se perceberam em condições de “atraso” quando comparados ao núcleo formado pelas economias mais avançadas. Portanto, como “estrela polar” – para evocar texto de Wallerstein (2006) sobre o assunto –, figuravam os países do núcleo central daquilo que se denomina frequentemente de Ocidente.

A experiência desse grupo de países, com o alcance de estágios superiores no processo de desenvolvimento socioeconômico, sugeria que a industrialização era a mola mestra para que os países da periferia econômica mundial – como era, entre outros, o caso do Brasil – atingissem e consolidassem uma posição mais favorável no cenário geopolítico do planeta.

Assim, do imediato pós-guerra a meados dos anos 1970, programas e projetos de desenvolvimento nacional – com face nacionalista ou internacionalista – ganharam corpo e foram alvo, ao mesmo tempo em que estimularam, de diversas elaborações teóricas. Fosse no sudeste asiático, na África ou na América Latina, buscava-se o “mais”, o progresso material, num contexto que exibia forte expansão econômica, batizado de *trente glorieuse* (trinta anos gloriosos), sobretudo no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.

A partir dos anos 1980, após o fim do ciclo expansivo do 2º Pós-Guerra e da “estagflação” dos anos 1970, e no marco de um aprofundamento do caráter internacional da dinâmica econômica, tornou-se frequente o uso do termo globalização nas discussões de cunho propriamente econômico. Esse uso destinava-se para designar o importante conjunto dos processos em curso em escala econômica mundial. A figurativa “aproximação” dos países, por conta dos avanços nos transportes e comunicações, o aumento do comércio internacional, a diminuição de barreiras protecionistas, entre outros aspectos, fizeram – e ainda fazem – com que o uso deste termo se intensificasse.

Globalização diz respeito, antes de tudo, à internacionalização dos processos produtivos das empresas, com os elos das cadeias produtivas se consolidando e se

reproduzindo com abrangência global. Lins (1998, p. 187) alerta para a roupagem ideológica que geralmente incide no uso desse termo. De fato, “[...] não raro o processo de globalização é proclamado como veículo de prosperidade para todos os rincões do planeta, um progresso calcado na supremacia do mercado e plasmado num ‘tecnomundo’ crescentemente virtual”.

Deve-se assinalar, considerando o campo geral de debate em que se situa este estudo, que a globalização força reconhecer a importância da dimensão espacial dos processos econômicos e do desenvolvimento. Ela – por si só – “reorganiza” o espaço mundial. Os agentes globais⁴, no seu processo decisório, não desconsideram as peculiaridades dos diferentes territórios. Ainda que sob uma mesma jurisdição político-nacional, isto é, num mesmo país, há lugares muito e pouco conectados à dinâmica econômica global. Os primeiros tendem a ser os mais favorecidos, no sentido de um maior envolvimento, na internacionalização das cadeias produtivas, um mecanismo central da globalização, como destacou Gereffi (2001). Isso remete a questão do aumento das desigualdades regionais. Com efeito:

Os agentes globais, que comandam o processo, escolhem os lugares em função do cruzamento de duas variáveis. Seus próprios objetivos e os atributos dos lugares. É por isso que [...] a globalização é um processo seletivo, gerador de desigualdade. Os agentes que realmente decidem abrem o mapa-múndi e escolhem onde vão crescer, onde vão se consorciar, de onde vão sair [...] de acordo com seus objetivos estratégicos e dos atributos de cada território (BACELAR, 2008, p. 8).

Fato é que o espaço econômico se caracteriza por muitas peculiaridades, e as atividades econômicas não se distribuem de modo homogêneo – podendo operar, inclusive, como foco de instabilidade. O nível de presença dessas atividades perfila-se entre os fatores do desenvolvimento, cujo reconhecimento “desperta a atenção para o problema do planejamento de como determinar a distribuição [...] da atividade econômica de acordo com os objetivos políticos que harmonizam eficiência e igualdade” (RICHARDSON, 1975, p. 17).

Outrossim, é certo afirmar que os problemas manifestados ao nível regional não costumam ser de fácil percepção. De fato, a própria definição de região é complexa e requer abordagem multidisciplinar:

A palavra região deriva do termo latino *regere*, que significa controlar. Atualmente possui amplos significados, diferindo na utilização por geógrafos, sociólogos, e por fim, economistas. Para os primeiros, região evoluiu, por exemplo, de unidades identificadas por critérios de ordem natural – Pampa Gaúcho, África Saariana – para critérios socioeconômicos e históricos, reconhecendo que as regiões são, também,

⁴ Entenda-se, aqui, por agentes globais, em primeiro lugar, empresas e corporações transnacionais.

moldadas ao longo da história. Para os sociólogos, a ideia, por exemplo, de uma população espacialmente localizada, que reivindica autonomia política, é acrescida para definir uma região – Palestina, País Basco. Por fim, para os economistas, a região é tida como homogênea – com semelhantes indicadores socioeconômicos –, ou como apresentando subáreas interligadas por fluxos de capital e pessoas, e envolvendo situações de polarização, ou ainda, como território de incidência geográfica das ações protagonizadas por instituições de gestão ou planificação⁵.

Um dos problemas que afetam a percepção dos problemas na sua dimensão espacial é o fato de que os dados existentes sobre os fenômenos que se quer estudar nunca – ou em poucos casos – se referem à efetiva escala espacial em que tais problemas se manifestam. Isso certamente não contribui para uma eficiente formulação e execução de políticas públicas em prol da eliminação ou amenização das disparidades de desenvolvimento.

Talvez, essa questão ajude a compreender algo que Richardson (1975, p. 18) assinalou sobre as décadas posteriores ao segundo pós-guerra: “a preocupação com problemas nacionais atrasou a intervenção no que se refere aos problemas regionais e fez que, durante certo tempo, eles recebessem pouca prioridade”. Contudo, o reconhecimento sobre a importância da dimensão regional ou espacial do desenvolvimento ganhou um vigoroso novo impulso em fins da década de 1970 e meados dos anos 1980, justamente num cenário em que o termo “globalização” passou a marcar presença com crescente intensidade no debate acadêmico e político.

Sobre o caso brasileiro – melhor discutido na próxima subseção –, Cano (2007, p. 16) é incisivo a esse respeito:

A necessidade de interpretar o período atual tem sido, acadêmica e politicamente, urgente, dado o estrago que as políticas neoliberais têm causado à nossa economia e, particularmente, ao correto tratamento da “Questão Regional”. [...] Assim, o agravamento das questões sociais no país e, obviamente, da desigualdade social regional causou um veemente *ressurgimento* acadêmico e político desse tema [grifo no original].

A pesquisa sobre Rio do Sul foi inspirada pelo debate sobre desenvolvimento com dimensão espacial vinculado a dois enfoques principais sobre o assunto geral: a abordagem dos polos de crescimento e a das aglomerações produtivas especializadas. Foi no contraponto da realidade de Rio do Sul, antes da pesquisa, percebida só intuitivamente (mas de forma segura, devido à vivência pessoal do autor), com esses dois enfoques que ganhou corpo a ideia deste estudo e foi desenhada a sua elaboração.

⁵ Esta citação é fruto de notas de aula oriundas das férteis discussões que se fizeram presentes na cadeira de Economia Regional e Urbana, ministrada pelo Prof. Hoyêdo Lins, pelo Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC, no primeiro semestre de 2013.

2.1 DOIS “PARADIGMAS” SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

Nas discussões que envolvem a questão espacial do desenvolvimento é possível identificar algumas abordagens que, de certo modo, assumem relevância e constituem um dos elementos centrais de discussão em diversos estudos. Dentre essas abordagens duas são aqui destacadas, dada a relação guardada entre elas e o objeto de estudo desta monografia: i) a noção de forças de polarização, e; ii) a ideia de especialização produtiva territorial.

A primeira diz respeito à distribuição das forças de dinâmica econômica no espaço geográfico, onde podem ser constituídos polos de crescimento – que “concentram”, por assim dizer, os vetores de crescimento econômico em um determinado espaço. Por outro lado, podem se constituir movimentos de disseminação da dinâmica econômica, sobressaindo a irradiação de efeitos propulsores. Essa discussão recai diretamente sobre Rio do Sul, uma vez que é consumada a sua posição de “Capital do Alto Vale”, dada a centralidade que exerce sobre sua região, e que será devidamente tratada no capítulo 4.

A segunda abordagem tem a ver com uma preocupação já exposta nos objetivos desta monografia. Ora, assume papel central analisar alguns dos argumentos pelos quais se defende a especialização produtiva territorial como a “grande” via exitosa para o desenvolvimento econômico regional. Por outro lado, buscar-se-á também analisar o seu contraponto, que é justamente onde se insere o presente estudo: a ideia de que a diversificação industrial pode constituir o elemento básico para a dinâmica econômica de uma unidade geográfica. Quer-se dizer com isso que para discutir e sugerir a diversificação da base produtiva de Rio do Sul como o eixo de dinâmica econômica do município, é preciso compreender os pilares teóricos da análise que norteia essa discussão.

2.1.1 Forças de polarização versus movimentos de disseminação da dinâmica econômica

Uma das mais influentes abordagens teóricas sobre a dimensão espacial do desenvolvimento econômico se refere à contribuição de Perroux (1967), o autor à qual se

associa – antes de quaisquer outros autores – o estudo sobre os polos de crescimento. Sua obra é vasta e complexa, razão pela qual não se cogita apresentá-la aqui. Somente se destaca que esse autor diferencia, teoricamente, o espaço econômico do espaço “vulgar”. Este segundo é o que corresponde, por exemplo, às jurisdições dos Estados nacionais, com suas fronteiras geográficas e políticas cartografáveis.

O espaço econômico, de sua parte, representa um plano criado de relações estabelecidas de acordo com a atuação humana – relações de consumo, produção, investimentos, migrações, entre outros. Deste modo, presta-se muito menos à ação da representação cartográfica. Ele transcende as fronteiras geográficas e políticas, por meio de forças propulsoras ou regressivas. Assim, é incorreto considerar ser possível delimitar espaços econômicos com uso de fronteiras políticas⁶.

Para fortalecer a diferença entre espaço “vulgar” e econômico, Perroux trabalha com a ideia de que o espaço econômico é um campo de forças, um campo polarizado. Nesse sentido, todas as unidades econômicas operam absorvendo e irradiando forças, ainda que estas sejam extremamente desiguais. Sob esta abordagem, a economia assume complexidade ainda maior, “tornando-se o espaço nacional um entrelaçar inextricável de mercados nacionais e internacionais” (Perroux, 1967, p. 159). Isto é, qualquer espaço econômico é cortado por uma complexa rede de forças com as mais variadas origens.

Quando a emissão de forças propulsoras de crescimento está geograficamente concentrada, pode-se caracterizar esse local como um polo de crescimento. A concentração geográfica de empresas, ou de um complexo industrial, é um exemplo de polo de crescimento, onde a própria proximidade física das empresas determina (ou contribui para) a intensificação das atividades econômicas⁷. Corrêa (1991, p. 60) demonstra que esse não é um processo fortuito. “Há [...] um mecanismo de natureza econômica que é denominado de economias de aglomeração: várias atividades juntas beneficiam-se mutuamente umas das outras pela escala que criam, ao se utilizarem das mesmas formas espaciais”. O autor continua o seu raciocínio:

A concentração de atividades localizadas em um ponto do território, maximizando a acumulação de capital para as mesmas, condiciona a continuidade deste processo

⁶ A indústria automobilística dos municípios do ABCD paulista, por exemplo, tem nessa área sua zona de influência “topográfica”. Concentra ali população urbana, serviços e indústrias complementares à sua produção, bem como destinadas a atender as demandas da população residente. Já a zona de influência econômica do ABCD paulista desafia os cartógrafos, pois diversas empresas dos mais variados locais – nacionais e internacionais – atuam em seu favor. O espaço econômico desta indústria é simplesmente inimaginável.

⁷ Primeiramente, esta proximidade gera concentração urbana em seu entorno, onde viverá a mão de obra ali empregada. Tal população demandará atividades dos diferentes setores da economia. Uma vez concentradas empresas e pessoas, a atração de novos investimentos é inevitável.

[...]. O mesmo se pode dizer [...] das ruas caracterizadas por um único tipo de atividade [...]. As vantagens advindas da aglomeração induzem à reprodução do padrão espacial preexistente (CORRÊA, 1991, p. 72).

Portanto, uma vez estabelecido, o polo de crescimento passa a se reproduzir. E, ao experimentar um aumento no nível de investimentos por uma empresa ou por um conjunto delas – gerando conseqüente aumento no produto –, o polo propaga, ou pode propagar, tais efeitos para o seu ambiente econômico.

Esse mecanismo de (possível) propagação foi investigado por Alfred Hirschman (1961), que procurou analisar a comunicação do desenvolvimento inter-regional⁸. Ele percebeu que, uma vez constituído o polo, este propagava forças sobre as demais áreas, sobretudo em seu entorno geográfico. Se a resultante dessas forças fosse positiva, conferindo dinamismo econômico às demais áreas estagnadas, poder-se-ia falar em “efeitos fluentes”. Por outro lado, se o polo atraísse fluxos migratórios, ou drenasse recursos do entorno, “esvaziando” as regiões próximas, por exemplo, constituir-se-iam “efeitos de polarização”.

Myrdal (1968) trabalhou na mesma linha, falando de “efeitos propulsores centrífugos” e de “efeitos regressivos da expansão”, expressões que captam os mesmos movimentos relativos aos “efeitos fluentes” e “de polarização” de Hirschman. Mas as conclusões desses autores divergem. Myrdal parece ter uma visão mais pessimista sobre os resultados do livre jogo das forças de mercado, que fariam prevalecer “efeitos regressivos da expansão”: “em geral, mesmo nos países em rápido desenvolvimento muitas regiões se atrasarão, estagnarão, ou mesmo ficarão mais pobres; e haverá mais regiões nas últimas categorias, se apenas as forças do mercado puderem decidir quanto ao resultado” (MYRDAL, 1968, p. 60).

Hirschman (1961), por sua vez, parece mais otimista. Sua leitura mostra que tendem a prevalecer os “efeitos fluentes” em uma economia. Contudo, Hirschman e Myrdal concordam que a intervenção do Estado é fundamental para o dinamismo dos polos possa se espalhar rumo às regiões estagnadas, ou, mais amplamente, ao seu entorno⁹. Suas análises parecem guardar maior sintonia, comparativamente às de Myrdal, com as postulações de Perroux (1967, p. 164):

⁸ Hirschman também percebia que um espaço econômico não pode ser analisado como se contido dentro de um invólucro. Ainda que sua leitura sugira que as forças econômicas promovem a concentração espacial do desenvolvimento econômico no entorno dos polos de crescimento, estas mesmas forças têm a capacidade de vencer a fricção do espaço e ultrapassar a aglomeração, distanciando-se dos polos de crescimento, e tocando as regiões estagnadas de seu entorno.

⁹ A intervenção estatal será melhor exposta à frente.

O fato, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

Assim, uma economia que quiser elevar seu nível de renda deve perceber que o desenvolvimento tende a ocorrer nas áreas mais dinâmicas, onde há maiores condições para tanto. Hirschman (1961) alerta para as vantagens de proximidade – locais próximos a um centro progressista, onde já se formou uma atmosfera industrial. Tal atmosfera nada mais é do que um meio propício às inovações e aos empreendimentos.

Para o autor, a quebra desse processo, onde os polos de crescimento atraem os maciços investimentos industriais, concentrando o dinamismo econômico, pode se dar através da capacidade inovadora dos empresários, em identificar os potenciais das regiões atrasadas¹⁰. Mas também Perroux (1967, p. 298-299) alerta sobre a acumulação de investimentos nos polos de crescimento:

Os investimentos adicionais acumulam-se (frequentemente) nos pontos em que uma constelação de investimentos anteriores lhes permite um rendimento elevado [...]. Generalizando, se se considerar um período longo ou muito longo, a evolução da técnica desperta ou adormece regiões sucessivas [...]. Não há crescimento nem desenvolvimento sem concentração e expansão.

A concentração e a expansão a que Perroux se refere, dizem respeito à aglomeração geográfica de empresas que passam a impulsionar um crescimento conjunto. Todavia, é possível identificar empresas – ou unidades econômicas – que possuem como característica marcante a ocorrência de estímulos a novos investimentos, a montante ou a jusante, de suas atividades. A rigor, tais empresas ou unidades econômicas representam fontes de estímulos desse tipo. Tal unidade ou empresa recebe o adjetivo “motriz”. Para Perroux (1967, p. 193), “Uma unidade diz-se motriz quando a resultante de todas as forças que gera é positiva, no sentido de transformar as estruturas por forma a elevar a taxa de crescimento do produto real global e líquido do conjunto considerado”¹¹.

Uma empresa, por exemplo, para ser considerada motriz, necessita de determinado

¹⁰ Hirschman (1961) percebe que muitos inversores de capital especulam demasiadamente as oportunidades nos polos de crescimento já consolidados, e negligenciam aqueles que podem ter surgido ou que eles mesmos poderiam fazer surgir. Ademais, além da capacidade inovadora, a atuação do Estado é fundamental para prover o dinamismo econômico aos diferentes rincões de uma Nação – o que será visto à frente.

¹¹ É importante ressaltar que a unidade econômica é dita motriz por razões técnicas e econômicas. Portanto, deve-se ter o cuidado para não confundir – ainda que possa ser – com o centro de decisão que atua sobre ela. Desse modo, não necessariamente estará o favorecimento da unidade motriz como prioridade política. Mas “é evidente que quando postas, frente a frente, a grande empresa capitalista e uma nação pequena e fraca, é o jogo de forças entre elas que irá decidir a satisfação efetiva do interesse comum” (PERROUX, 1967, p. 193).

porte para que possa propagar suas forças de crescimento às outras unidades econômicas, fazendo com que o restante da economia reaja a seus estímulos.

Na medida em que o lucro é o motor da expansão e crescimento capitalistas, a ação motriz não decorre já da realização de lucro por cada empresa individual [...], mas sim da realização de lucro por empresas individuais que singularmente sofrem as consequências do volume de produção, do volume de compras de serviços e da técnica praticada pelas outras empresas [motrizes] (PERROUX, 1967, p. 167-168).

Em suma, o investimento da unidade motriz constitui-se em um investimento propulsor, transformando a dimensão dos fluxos e da estrutura produtiva em seu ambiente econômico. O setor automobilístico representa um dos exemplos mais eloquentes, pois as decisões das montadoras tendem a afetar toda uma cadeia de fornecedores.

Desse modo, uma economia nacional apresenta-se, na verdade, segundo essa perspectiva de análise, como uma combinação de conjuntos relativamente ativos – indústrias motrizes, polos de crescimento e atividades geograficamente concentradas – e conjuntos relativamente passivos – indústrias “movidas”, regiões dependentes dos polos de crescimento e/ou polos geograficamente concentrados. São os conjuntos ativos que induzem forças de crescimento para os conjuntos passivos, podendo impulsionar um conseqüente desenvolvimento das regiões atrasadas e a diminuição das desigualdades regionais.

Assim, assumem importância vital as políticas de desenvolvimento e planejamento regional. As inversões do setor público para a promoção do dinamismo econômico são cruciais, sobretudo para os conjuntos passivos que compõem um Estado nacional. Sublinhe-se que o Estado é necessário não apenas para equilibrar o jogo de forças econômicas, mas para a própria acumulação capitalista.

A este [grande capital] não compensa mais investir em ferrovias, sistemas de energia, habitação popular etc., ou seja, em atividades pouco remuneradoras. Por outro lado, o investimento feito pelo Estado nestes setores [...] barateia os custos dos investimentos do capital nos lucrativos [...]. Esta função que passa a desempenhar interessa ao grande capital, [...] apesar do discurso de alguns economistas burgueses, segundo o qual, desta maneira, o Estado desvirtua o seu papel. Como se este fosse uma instituição neutra, a-histórica, acima das classes sociais e dos interesses dominantes (CORRÊA, 1991, p. 62).

Na ausência de planejamento econômico para suas regiões, um país em baixo grau de desenvolvimento acaba por ver suas desigualdades se reproduzirem. Dentro do processo cumulativo de Myrdal (1968, p. 63), “a pobreza se torna sua própria causa”. Isto é:

[...] Há uma tendência inerente no livre jogo das forças do mercado a criar desigualdades regionais e [...] essa tendência tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país, são as duas leis mais importantes do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico no regime *laissez-faire* (MYRDAL, 1968, p. 63).

Na esfera propriamente brasileira, Lins (2001, p. 92) alerta para a urgência da reintrodução, nas práticas governamentais, do planejamento e das políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico regional, no período contemporâneo:

É legítimo postular que, na aurora do século XXI, o reingresso das políticas territoriais na agenda governamental brasileira configura iniciativa de primeira necessidade. Tal providência é essencial até em razão do desmonte que as estruturas voltadas ao planejamento do desenvolvimento e à organização do espaço experimentaram no País [...]. É imperativo fortalecer a competitividade das regiões, [...] [dotá-las] de meios que as ajudem a participar positivamente da dinâmica da globalização e da integração, fazendo frente aos desafios e aproveitando as oportunidades. O papel das infraestruturas [...] é simplesmente básico.

De fato, a desigual incidência do dinamismo econômico traduz, de algum modo, uma subutilização dos recursos e possibilidades da Nação como um todo. Mais do que isso, não há qualquer garantia de que o funcionamento de polos de crescimento represente disseminação de resultados expansivos.

Uma vez implantado, o polo distribui salários e rendimentos monetários adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo; transfere mão de obra e separa-a das suas unidades de origem, sem necessariamente lhe conferir um novo enquadramento social; concentra [...] em determinado local e determinado ramo, o investimento, o tráfego, a inovação técnica e econômica, sem necessariamente alargar a vantagem a outros locais, onde o crescimento e o desenvolvimento podem ser, pelo contrário, retardados (PERROUX, 1967, p. 194).

Nesse cenário, não se pode negligenciar o papel do Estado enquanto articulador das forças econômicas, para que os efeitos positivos da expansão prevaleçam na economia. Todavia, é preciso cautela perante à inevitável tentação por distribuir investimentos públicos por todas as partes da Nação. O perigo desta atitude é a formação de um imenso mas desconexo número de obras que não terão funcionalidade conjunta, e perpetuarão a ausência de pujança econômica nas regiões mais atrasadas. A árdua missão imposta aos governos é: selecionar as prioridades que constituirão a essência de seus planos, a fim de que elas resultem em condições adequadas para o desenvolvimento econômico.

Também é necessário que haja sintonia entre o planejamento das escalas regional e nacional. As políticas econômicas regionais devem estar atentas ao interesse da Nação, bem como às políticas de outras regiões. Ainda que seja crucial a iniciativa dos órgãos

subnacionais em promover a melhora da situação socioeconômica no espaço em que se inserem, a grande responsabilidade deve estar no âmbito do Estado nacional. Com efeito, “Adaptar-se ao interesse nacional se apresenta como uma hipótese essencial para as políticas regionais em um Estado nacional [...]” (RICHARDSON, 1975, p. 372).

2.1.2 Especialização produtiva como paradigma e seu contraponto

Nas últimas décadas, ao redor do mundo, novas realidades na esfera produtiva passaram a ser observadas e ressaltadas. Como visto no início deste capítulo, os anos 1980 marcam um grande crescimento do uso do termo globalização. Dentre outros movimentos, esta década também inicia um período de intensas mudanças na produção e na organização industrial. É exemplo disto a flexibilização das atividades produtivas, mais ou menos relacionadas com o tipo de produção fordista/taylorista e, de maneira óbvia, o *just-in-time*. Alguns autores preferem falar de pós-fordismo ou acumulação flexível, como Harvey (1992).

Essas mudanças foram promovidas por avanços que, inclusive, ultrapassaram fronteiras tecnológicas, como na microeletrônica. Concomitante foi o avanço nos meios de comunicação e transporte, desvencilhando unidades produtivas das áreas geográficas onde se situam seus fornecedores ou compradores – reverberando o uso do conceito de empresas/indústrias “*footloose*”¹². Além disso, as pequenas e médias empresas passaram a figurar como protagonistas nesse cenário de crescente flexibilização e terceirização de etapas produtivas.

É simplesmente lógico afirmar que os Estados nacionais não permaneceram inertes nesse movimento. A formulação estratégica de políticas de fomento à atividade industrial no interior das Nações, em seus diversos territórios, fez crescer o uso de algumas abordagens que passaram a figurar, de certo modo, como uma nova “ortodoxia” no campo do desenvolvimento econômico com dimensão espacial.

¹² Esse termo costuma ser usado como referência a segmentos industriais que possuem uma notável “liberdade de localização”, buscando estritamente a diminuição de custos operacionais a partir, por exemplo, da redução do custo de mão de obra e incentivos fiscais que diferentes localidades podem oferecer. Vários são os fatores que permitiram, e permitem, com que empresas industriais possuam uma maior liberdade para a escolha de sua localização. Dois deles merecem destaque: i) a terceirização e subcontratação de serviços ao longo de cadeias produtivas; ii) queda nos custos de transporte e comunicação. Dessa maneira as distâncias geográficas “perdem” importância, e, cada vez mais, diferentes ambientes geográficos passam a integrar, de alguma forma, cadeias produtivas.

A referida “ortodoxia” diz respeito aos estudos que centram seus esforços em ambientes como clusters e distritos industriais, cuja concentração espacial e especialização produtiva nutriram o entendimento de que estes ambientes constituem uma importante via para o desenvolvimento econômico.

Portanto, ainda que se observe uma maior “deslocalização” das atividades produtivas, aparece na contramão desse processo a importância da concentração espacial da produção, que de certo modo desencoraja a desconcentração de bases produtivas. Lins (2000, p. 36) observa que:

Assiste-se, por exemplo, a uma certa reconcentração geográfica da produção, baseada no fato de que a desintegração vertical implica estruturas elaboradas de relações transacionais, envolvendo contatos diretos (face a face), trocas de informações estratégicas e subcontratação intensa, fruto da maior necessidade de monitoração constante da qualidade do produto e do uso de serviços de apoio aos produtores.

Assim, com vantagens associadas às economias de aglomeração, ganharam força não apenas as regiões que concentram determinada atividade produtiva, mas também os estudos que se debruçam sobre a identificação de *complexos produtivos localizados*¹³. De acordo com Lins (2007, p. 130): “Detecta-se na literatura o entendimento de que o espaço – assimilado à proximidade entre agentes econômicos [...] e à “herança” que os territórios concentram e transmitem – é essencial aos processos de aprendizagem e inovação”.

E dentre esses estudos, ganharam particular destaque aqueles que se interessam pela discussão em torno da produção de base tecnológica. O domínio de tecnologias, o registro de patentes, a presença de inovações, entre outros, são entendidos como uma via exitosa para alavancar o processo de desenvolvimento.

Logo, “[o]s desafios representados pelas mudanças econômicas das últimas décadas [...] impuseram a capacidade de inovar como um requisito básico para o desempenho competitivo e, de uma forma ampla, para o desenvolvimento” (LINS, 2007, p. 128).

Objetivando a análise dos condicionantes que favorecem a atuação das empresas, e por consequência de suas inovações, registro de patentes e domínio tecnológico, ganha corpo o número de estudos que procura discutir o enfoque espacial da produção. Isto é, a importância do espaço em alavancar a dinâmica econômica.

Entre os estudos cujo enfoque é a concentração produtiva podem ser identificados aqueles que trabalham com a ideia de “áreas sistemas” ou “distritos industriais”. Em outras

¹³ Expressão utilizada por Lins (2000).

palavras, estudos que abordam a concentração geográfica e a especialização de determinado complexo produtivo.

Observados em países como Itália (região da Emilia Romagna, principalmente), Alemanha (Baden-Württemberg), Dinamarca (Jutland) e França (perto de Lyon e na área de Grenoble); trata-se principalmente de PMEs [pequenas e médias empresas] concentradas territorialmente e que produzem bens similares, em contexto de fragmentação em escala de firma, mas de forte integração vertical na região [...] (LINS, 2000, p. 38).

Além dos conceitos já citados, Porter (2000) utiliza uma noção que possui uso amplo na literatura: a ideia de “cluster industrial”. Na definição deste autor, o cluster é a concentração geográfica de empresas de determinada indústria – fornecedores especializados, prestadores de serviços e também instituições (ensino, pesquisa, cooperação, entre outros).

Na economia global, políticas macroeconômicas são necessárias, mas não são suficientes. As influências mais decisivas e inevitáveis do Estado estão na escala microeconômica. Através dela, a remoção de obstáculos para o crescimento e desenvolvimento de clusters existentes ou emergentes assume prioridade. Clusters são uma força condutora para aumentar exportações e imãs para atrair o investimento externo (PORTER, 2000, p. 16).

E para que fique claro, a expressão distrito industrial se refere à concentração espacial de empresas setorialmente especializadas – com ênfase para empresas de pequeno e médio porte. É notável também a existência de relações interfirmas no interior do distrito. Mais do que isso, é essencial a presença de uma “identidade sociocultural, relacionada a um passado comum, que contribui para galvanizar as relações entre os atores sociais, os quais tendem a agir conforme um código de comportamento via de regra implícito” (LINS, 2000, p. 41).

Entretanto, um distrito industrial não equivale ao cluster industrial de Porter (2000). Isso porque, no primeiro caso, a concentração geográfica de empresas especializadas em determinado setor requer, além da existência de um tecido institucional que sirva de apoio e alavanque a atividade produtiva, também ganhos em escala coletiva, ainda que as empresas perpetuem sua concorrência. Portanto, um distrito industrial – vide experiência da 3ª Itália – toma forma devido ao desenvolvimento de um cluster. “[...] Poderíamos dizer que um distrito industrial é um cluster maduro ou que desenvolveu as suas potencialidades atingindo eficiência coletiva” (KELLER, 2008, p. 40).

Contudo, distritos e clusters compartilham algo fundamental: a ideia de que aumenta a produtividade das empresas inseridas nestes espaços. A especialização produtiva territorial

é, nesse sentido, uma mola mestra para o aumento da produtividade das firmas – e por consequência, de sua competitividade, que, por fim, irá aumentar sua inserção de mercado e suas dinâmicas, tendo efeitos irradiadores sobre a socioeconomia em que se inserem.

Esboçado o cenário, Lins (2000, p. 40, grifo no original) faz importantíssima colocação: “É a experiência europeia dos ‘distritos industriais’, notadamente na versão italiana – tornada paradigmática – que tem inspirado grande parte das análises sobre os novos *complexos produtivos localizados*”.

As palavras de Marshall (1979, p. 225) enaltecem a importância da concentração geográfica de uma atividade produtiva:

Quando uma indústria escolhe uma localidade para si, geralmente nela permanece por muito tempo, tão grandes são as vantagens que as pessoas que realizam uma mesma atividade especializada obtêm umas das outras, numa vizinhança próxima. Os mistérios da atividade deixam de ser mistérios; ficam como se estivessem soltos no ar, e as crianças aprendem muitos deles inconscientemente. [...] E atividades subsidiárias crescem na vizinhança, fornecendo implementos e materiais à indústria principal [...].

A argumentação central de Marshall (1979) vincula-se à ideia de que a aglomeração territorial em determinada atividade produtiva gera um conjunto de vantagens – principalmente as que vieram a ser conhecidas como “economias externas marshallianas”¹⁴. Também, nas entrelinhas das palavras de Marshall, está o conceito de conhecimento tácito. Este conhecimento, “impregnado nos ambientes produtivos [...] e ‘fixado’ em localizações específicas, constitui pilar fundamental da competitividade tendo e vista as ‘rugosidades’ que se interpõem à sua propagação em escala ampla” (LINS, 2007, p. 131).

É nesta toada que ganham força, no Brasil, estudos que tratam dos chamados “Arranjos Produtivos Locais”, os APLs – que fazem referência à ideia de aglomerações industriais¹⁵. Nesses estudos, a proximidade geográfica, a especialização setorial, a predominância de PMEs, a identidade sociocultural e a existência de instituições que alavancam a atividade local figuram como fatores chave.

Como fio condutor das análises até agora abordadas nesta subseção, tem-se, portanto, o entendimento de que a especialização é uma vantagem, algo importante e decisivo, para que

¹⁴ Keller (2008, p. 33) esclarece: “Benefícios estes que resultariam da especialização, fruto da divisão do trabalho no interior do distrito, da criação de uma infraestrutura, da troca de informações e da comunicação interna e da disponibilidade de uma força de trabalho especializada”.

¹⁵ APLs foi como se designou essas aglomerações no âmbito de estudos do Redesist – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Ver, por exemplo, Cassilato e Lastres (1999).

as regiões possam manter – ou aumentar – sua participação na dinâmica capitalista. Isso seria verdadeiro, inclusive, no marco da globalização.

A globalização e as facilidades de transporte e comunicação levaram à uma onda de terceirização, onde as empresas realocam suas instalações para locais de baixo custo. Entretanto, essas mesmas forças criaram um paradoxo de localização. Qualquer que seja a eficiência obtida com a distância tem sido essencialmente *anulada* como uma vantagem competitiva nas economias avançadas. [...] Apesar do avanço tecnológico atenuar as desvantagens, ele não cria vantagens. Além disso, o abastecimento distante normalmente é a segunda melhor solução em relação ao acesso a um cluster local competitivo em termos de produtividade e inovação (PORTER, 2000, p. 32, grifo no original).

Assim, a ênfase mais importante dos clusters ou distritos industriais – e, no Brasil, devido à terminologia que ganhou dimensão, dos APLs – passou a marcar de modo irrecusável inúmeros estudos em economia regional, adquirindo contornos paradigmáticos. Isso significou, praticamente, a relegação a segundo plano, em termos analíticos, do papel de outras estruturas industriais, também capazes de promover dinamismo e desenvolvimento econômico. Com efeito, a sedução desses aglomerados é, aparentemente, irresistível.

O reconhecimento dos aglomerados produtivos no processo de crescimento econômico é um tema que vem sendo estudado na literatura de economia regional nos últimos anos. Este tem sido analisado devido à organização inter-firmas, o qual permite os agentes econômicos responderem de forma eficaz aos desafios impostos pela dinâmica econômica (RODRIGUES et al, 2012, p. 312).

Entretanto, como costuma ser o caso diante de quaisquer arcabouços de análise tornados quase uma “ortodoxia”, é preciso ter claro que esses aglomerados não constituem a única e definitiva “verdade” no campo da dinâmica industrial e do desenvolvimento regional. De fato:

Cabe referir [...] à aparente aura de ortodoxia que caracteriza algumas análises sobre os novos *complexos produtivos localizados*, especialmente na versão “distrito industrial/marshalliano/italiano”. [...] [A] “forma distrito” [não] é a tradução geográfica fundamental, espécie de padrão espacial que configura regra, da atividade industrial [...] (LINS, 2000, p. 48, destaque no original):

Algumas abordagens procuram estabelecer um contraponto à ideia de que a especialização produtiva é condição incontornável do desenvolvimento regional, diante da enorme complexidade dos modernos processos produtivos globais. Uma notável ilustração é fornecida pelos estudos de Breitbach (2003; 2007), que sistematizam contribuições analíticas e, simultaneamente, desenvolvem análises específicas, sobre a diversificação industrial, e não

a especialização, como base da dinâmica local/regional. Em outras palavras: essas dinâmicas podem ser explicadas, também, pela diversificação industrial.

A análise construída nesta monografia compartilha o entendimento de Breitbach (2007, p. 28), segundo o qual: “De maneira geral, a especialização tornou-se palavra-chave para se obter uma inserção competitiva no mercado mundial, constituindo-se em pré-requisito para o bom desempenho econômico”.

Contudo, ainda que a especialização produtiva exerça importante papel para dinâmicas territoriais, é preciso abertura analítica para outras possibilidades. A razão é que podem existir diversos fatores explicativos para as dinâmicas regionais, sendo a diversificação industrial um desses. Afinal, “Uma indústria diversificada dá oportunidade a que os ramos com melhor desempenho substituam aqueles que passam por dificuldades, conforme a conjuntura. O desemprego em um ramo pode significar absorção de mão de obra por outro” (BREITBACH, 2007, p. 30).

Desse modo, uma região diversificada corre menores riscos, sobretudo em momentos de turbulência econômica, principalmente no que diz respeito a um indicador tão importante como o nível de empregos. Por motivos lógicos, uma região diversificada tenderia a ser menos vulnerável ao jogo de forças econômicas do sistema capitalista, pelas possibilidades de compensação entre as situações de diferentes setores.

Note-se que, se o tema das inovações ocupa um lugar central nas análises desenvolvimentistas no marco da “ortodoxia” das aglomerações produtivas especializadas, essa mesma questão aparece nas visões que realçam a diversificação.

Contrarrestando a tendência dominante, os estudiosos dos “meios inovadores” não compartilham da ideia que o desenvolvimento regional deva fundar-se sobre a especialização produtiva. Alguns salientam que as regiões diversificadas – por disporem de um tecido industrial mais flexível – estariam mais aptas a reagir a situações de riscos e incertezas, que caracterizam a economia globalizada. [...] Com efeito, tem-se verificado que regiões altamente especializadas podem sofrer fortes oscilações em seu ritmo de crescimento, muitas vezes trazendo consequências significativas para o conjunto da organização sócio-territorial correspondente (BREITBACH, 2008, p. 5).

Ademais, possuindo determinada região fatores que, além de terem estimulado a diversificação industrial, permitem a consolidação dessa estrutura produtiva – como salários relativamente baixos, bons níveis de escolaridade e capacitação da mão de obra – é possível que ela possa responder aos desafios incrustados na dinâmica da globalização e, mais amplamente, nos movimentos do capitalismo contemporâneo.

Não se trata, evidentemente, de negar a importância da formação e consolidação de complexos produtivos especializados, mas sim de assinalar que também a diversificação da base produtiva em escala territorial pode representar estrutura apta – e representa, como mostrou Breitbach (2003) – ao envolvimento positivo de locais e regiões à dinâmica capitalista global.

* * *

Ambos os enfoques tangenciados neste capítulo – o relativo aos polos de crescimento e o referente às aglomerações produtivas especializadas – guiaram o olhar sobre Rio do Sul nesta pesquisa. No primeiro caso, porque a cidade de Rio do Sul aparecia como polo regional, o que se mostra reforçado no restante deste trabalho. No segundo caso, porque os correspondentes termos do debate fizeram buscar um contraponto à ideia segundo a qual a especialização produtiva – nas formas de cluster, distrito industrial, entre outros – é condição necessária ao dinamismo produtivo territorializado. Percebia-se Rio do Sul como um caso de diversificação – e não de especialização – produtiva, o que foi asseverado pela investigação presente na sequência da monografia.

3 ESBOÇO DE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A compreensão da dinâmica econômica de Rio do Sul, seja ao longo de sua história, seja em seu período contemporâneo, requer, em igual medida, compreender os movimentos que ocorreram nas escalas mais amplas, em que o município se insere. Isto significa, primeiramente, abordar as dinâmicas da economia catarinense e sobretudo da economia brasileira.

A análise dessas esferas é de grande importância, pois, em maior ou menor medida, elas guiaram e nortearam as dinâmicas protagonizadas na esfera municipal, em Rio do Sul. Isso faz necessária a existência deste capítulo, que trata da questão do desenvolvimento, em sua dimensão espacial, no Brasil e em Santa Catarina. É claro que não é negada a importância das dinâmicas que ocorreram no nível propriamente municipal. Mas esses, por sua vez, são abordados no próximo capítulo, após sua devida contextualização.

3.1 A PROBLEMÁTICA DA DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO NAS ESCALAS BRASILEIRA E CATARINENSE

O Brasil não faz parte do grupo de países cujos agentes econômicos comandam, de um modo geral, o processo globalizador das cadeias produtivas, como é o caso dos EUA, do Japão ou da Alemanha. Todavia, isso não significa desvinculação desses movimentos amplos. De fato, “[...] embora o Brasil não apareça como participante de primeira linha no jogo político-econômico global, dinâmicas protagonizadas nessa escala têm afetado a economia da Nação” (LINS, 2001, p. 78).

Em qualquer país assim implicado, e num cenário onde imperam dinâmicas exercidas por empresas e conglomerados transnacionais, a diferenciação torna-se um importante atributo das distintas unidades territoriais (municípios e regiões). Afinal, quando um agente global quer decidir aonde vai se instalar, ele toma a decisão com base na diferenciação regional, no que um território pode oferecer e que outros não podem. Daí vem um dos possíveis sentidos da máxima “pensar globalmente e atuar localmente”.

Por conta disso, conforme determinadas regiões no interior dos países atraem os investimentos, o cerne do debate sobre o desenvolvimento econômico inclui amplamente a questão do espraiamento dos efeitos dinâmicos, sobretudo em países não localizados nas zonas centrais do capitalismo, como é o caso do Brasil.

Observou-se no Brasil, até os anos 1970, um crescimento industrial – e econômico, em termos gerais – com forte concentração espacial, onde as metrópoles da Nação cresceram fortemente – com o absoluto destaque de São Paulo. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira experimentava intenso processo de êxodo rural. Nesse cenário, ao analisar a socioeconomia do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, Faria (1991, p. 102) afirma:

[E]mergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial. Complexa por que marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora sua complexidade e seu tamanho, essa economia mundial crescentemente internacionalizada esteve – e está – longe de apresentar características das sociedades industriais avançadas [...].

Com o propalado “milagre econômico”, também na década de 1970, ampliou-se a capacidade produtiva brasileira, e teve início, finalmente, uma tendência de desconcentração geográfica do dinamismo industrial. Não só as empresas estatais contribuíram fortemente para tanto, mas também o capital privado passou a enxergar oportunidades além do eixo São Paulo–Rio de Janeiro.

O governo militar parecia não esconder a preocupação em desconcentrar a produção no país, bem como em alterar o padrão de ocupação urbana em seu território, estimulando e apoiando, assim, processos de ocupação humana e econômica em espaços do Centro-Oeste e do Norte do Brasil. Esse processo exibiu com grande destaque a instituição do Plano de Integração Nacional – em 1970 – sob a presidência de Médici, com a cunhagem dos lemas “Integrar para não Entregar” e “Uma terra sem homens para homens sem terra”, adquirindo um valor até simbólico sobre o interesse na desconcentração urbana e produtiva.

Mas a tendência de concentração espacial dos investimentos era de difícil reversão. Pacheco (1996, p. 126) destaca um mix de fatores que, entre 1970 e 1990, se fez necessário para tal reversão: a) deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos; b) integração produtiva do mercado nacional; c) pressões ambientais nas áreas intensamente industrializadas; d) políticas de governo. Ferreira e Diniz (1995, p. 50), de sua parte, ainda apontam a pressão sindical nos grandes centros e o desenvolvimento da infraestrutura em outras regiões do país. Assim, as atividades econômicas foram seduzidas por outras regiões, que não as grandes metrópoles brasileiras.

A passagem de Ferreira e Diniz (1995, p. 50) apresentada na citação abaixo é eloquente sobre o que ocorreu no Brasil entre 1970 e 1990:

A área metropolitana de São Paulo veio a se constituir, ao longo deste século, na maior concentração de atividades industriais e urbanas e de população do País. Em 1970, sua participação na produção e no emprego industriais do Brasil atingiu, respectivamente, 44% e 34%. Essa participação, entretanto, caiu para 26% e 25% em 1990 [...]

Observou-se também, paralelamente à referida reconfiguração da geografia industrial brasileira, uma mudança no padrão urbano do país, que registrou desconcentração enquanto a economia nacional experimentava e refletia os efeitos das transformações econômicas em escala global, com o progressivo aumento da internacionalização produtiva. Faria (1991) mostra que nas décadas de 1960 a 1980 surgiram 386 cidades em território nacional com mais de 20 mil habitantes. Não por acaso, os anos 1970 apontaram avanço industrial na vasta maioria do território brasileiro.

Nesse quadro de metamorfose socioeconômica, com forte rebatimento espacial, a região Sul do Brasil não representa um caso à parte. Impulsionada a partir da 2ª Guerra Mundial, a indústria desta região dá, após o Sudeste, a maior contribuição ao produto interno brasileiro, entre todas as macrorregiões nacionais. Os setores que impulsionaram esse crescimento são apontados por Pacheco (1996, p. 116):

O Sul vai gradativamente ampliando sua participação, devido ao crescimento da metal-mecânica, [...] da têxtil de Santa Catarina, da indústria de papel e celulose do Paraná e Rio Grande do Sul e, por fim, pelo acelerado processo de integração da agropecuária com a agroindústria nos três estados.

Sobretudo a partir de 1970, a região também assistiu à diversificação de seu parque industrial, tendo a Região Metropolitana de Curitiba, a região de Caxias do Sul e o Nordeste Catarinense (Joinville) representando as pontas de lança desse processo. As especificidades de Santa Catarina são tratadas por Lins (2003), que mostra que o fortalecimento da estrutura industrial do estado se deu por ramos dinâmicos, como o complexo metalmeccânico, e com ramos tradicionais, como o complexo têxtil-vestuarista e de alimentos.

Contudo, uma vez que a desconcentração produtiva brasileira não implicou, no essencial, o traslado do parque fabril ou o abandono de antigas áreas industriais, mas, sim, novos investimentos, que buscam áreas mais propícias aos seus processos produtivos, problemas não deixam de se manifestar. Para Pacheco (1996, p. 127), de meados dos anos

1970 em diante, “há desconcentração mas não reversão da polarização, porque não existem alternativas de polarização externas a São Paulo”.

E, ainda que a economia brasileira tenha se desconcentrado, Pacheco (1996) chama atenção para os problemas de competição inter-regional aparentemente intensificados, advertindo sobre a “fragmentação” da economia brasileira. Isso porque não é estranha, aos movimentos de criação de novas bases produtivas, a existência de guerras fiscais, onde estados e municípios travam intensas batalhas para a conquista de novas plantas industriais. O setor automobilístico é provavelmente o exemplo mais representativo desse fenômeno. Portanto, ainda que o dinamismo se faça presente em algumas regiões, por conta da referida desconcentração, não é a economia nacional como um todo que se apresenta envolvida.

Os anos 1980 e 1990 ainda figuraram como décadas de intensa movimentação no jogo político econômico do governo brasileiro. Este período simboliza o rompimento de um projeto de industrialização não apenas brasileiro, mas latino-americano. Projeto este que veio a ser alavancado com o endividamento desses países em contexto de alta liquidez internacional, nutrida pelos petrodólares, e baixas taxas de juros. Singer (1982, p. 75) manifestava-se de maneira enfática sobre o quadro, quando o Brasil ainda não havia mergulhado em marcada estagnação econômica:

Como a economia está se abrindo vigorosamente ao exterior [vide milagre econômico], como fornecedora de manufaturados e semimanufaturados e como importadora de capitais, a nossa dependência se amplia, aumentando a vulnerabilidade da economia. O mais provável, no caso de uma contração do comércio internacional [elevação dos juros internacionais], é que as pressões inflacionárias se agravem, devido à necessidade de desvalorizar externamente a moeda e de restringir as importações, o que deve acarretar o aumento de seu preço. Nesta hipótese, as medidas anti-inflacionárias, que terão que ser adotadas, deverão produzir certo descenso no ritmo de expansão das atividades.

Com a elevação dos juros norte-americanos, em 1982, sob o comando de Paul Wolcker, presidente do *Federal Reserve*, a América Latina mergulha em profunda crise. Dentre as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro, para contornar a crise e ajustar-se aos ditames do FMI, uma das mais relevantes dizia respeito ao parque industrial do país, cuja totalidade, pode-se dizer sem exagero, foi afetada pelo processo conhecido como reestruturação produtiva¹⁶ – de grande intensidade na década de 1990, após o breve período Collor, e durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso.

¹⁶ A reestruturação produtiva foi um fenômeno de suma importância, mas, dada a sua complexidade e tendo em vista serem numerosas as experiências vividas nas diferentes regiões brasileiras, a análise a seguir se restringe às implicações sobre Santa Catarina, base territorial do foco de atenção do presente estudo. Algumas das principais

No que tange ao Governo do Estado de Santa Catarina, a debilitação estatal – associada à crise fiscal e financeira da Nação – significou uma forte mudança no padrão de atuação. No caso catarinense, Goularti Filho (2007, p. 316, grifo no original) é claro:

Com a entrada do Brasil no modelo neoliberal, ajustando-se às políticas do Consenso de Washington, o Estado-Nação e os Estados nas unidades subnacionais inauguraram uma nova etapa: o *regresso liberal*. Agora o Estado começa a atuar como figurante no processo de ordenamento político.

No nível empresarial, os preços convidativos dos bens de capital importados, tendo em vista o câmbio sobrevalorizado e também as facilidades de pagamento oferecidas pelos fornecedores, “[...] atraíam as empresas a tentar autênticos saltos de desempenho” (CASTRO, 2001, p. 14). Souza (2008) procura mostrar que tal movimento não constituiu, todavia, uma tarefa simples e acessível à todas as empresas¹⁷.

Castro (2001) assinala que indústrias do ramo tradicional – têxteis, confecções, calçados – demoraram em assimilar as necessidades impostas pela reestruturação produtiva. Uma vez atingidos pelo assombroso volume de importações asiáticas, desvencilhadas das barreiras protecionistas, esses setores percebiam a crise como algo iminente. Muitas empresas fecharam ou foram absorvidas, sobretudo as de porte menor, que careciam dos recursos de capital necessários ao enfrentamento dos desafios da reestruturação, e apresentavam insuficiências na escala produtiva.

E ainda que estabilizada e revitalizada – após este intenso processo de “ajuste” –, a economia do país vivenciava dificuldades no setor exportador devido ao câmbio sobrevalorizado, que encarecia os produtos nacionais no exterior. Tal situação perdurou até janeiro de 1999, quando uma maxidesvalorização da moeda brasileira sepultou a política de câmbio introduzida com o Plano Real.

Em Santa Catarina, a reestruturação produtiva repercutiu sobremaneira junto aos complexos alimentar, têxtil-vestuarista e eletrometalmecânico, atividades que em 1997

consequências impostas pela agenda neoliberal foram: a) debilitação do aparelho estatal, para redução do custeio público; b) queda das barreiras protecionistas, erguidas historicamente em benefício do crescimento industrial brasileiro; c) privatização de empresas estatais, incluindo os setores estratégicos da economia brasileira; d) desregulamentação dos movimentos de capitais, abrangendo os de caráter especulativo; e) flexibilização das relações trabalhistas.

¹⁷ O câmbio valorizado – que tendia a impulsionar as importações de bens de capital e, assim, aumentar a produtividade da indústria brasileira – combinava-se a uma política de elevação de juros e de arrocho salarial, bem como de abertura econômica. Dessa maneira, as empresas se deparavam com uma forte necessidade de modernização, dada a concorrência externa, mas sofriam estrangulamento pelos juros altos e pelo achatamento do mercado interno. Sem condições de competição em pé de igualdade com o capital externo, e com o mercado interno sem perspectivas de dinamização, é discutível a efetividade do câmbio valorizado – principalmente sobre as menores empresas – para as importações de bens de capital.

respondiam por 62% dos empregos da indústria de transformação catarinense (LINS, 2003). O primeiro setor já vinha se preparando para a concorrência internacional desde a década de 1980, mas tal processo foi bastante acentuado no marco da reestruturação. Entretanto, a desnacionalização parcial no complexo agroindustrial, como analisou Goularti Filho (2007), marcou os movimentos desse ramo.

A indústria têxtil e do vestuário, de sua parte, só experimentou uma efetiva reestruturação produtiva sob as pressões concorrenciais estabelecidas nos anos 1990. Ademais, as maiores empresas têxteis catarinenses esboçaram interessante movimento:

Como estratégia de redução dos custos, as grandes marcas desverticalizaram sua produção, terceirizando partes do processo produtivo, distribuindo entre micro e pequenas empresas recém-criadas. Além das facções industriais, que atendem às empresas de médio e grande porte, disseminaram-se as facções domiciliares que atendem às marcas de médio e pequeno porte (GOULARTI FILHO, 2007, p. 327).

As facções domiciliares e a terceirização dos processos ganharam força devido à atividade ser, em sua maioria, intensiva em mão de obra, conforme assinalou Lins (2000, p. 60): “Vale assinalar que o caráter intensivo em trabalho da etapa de costura tende a fazer do baixo custo da mão de obra o principal fator determinante das estratégias com relação à localização industrial e à subcontratação/terceirização”.

Pode-se dizer que o complexo eletrometalmecânico, por sua vez, enfrentou com menos pressões os efeitos adversos da reestruturação. Uma das razões para isso seria sua participação na cadeia produtiva nacional de automóveis – comandada pelo complexo do ABCD paulista –, favorecendo o desempenho exibido¹⁸.

Observa-se que, nesse último complexo, os reflexos não foram percebidos somente no nordeste catarinense, mas também no Vale do Itajaí. Suas possibilidades, sobretudo na fabricação de autopeças, pareciam figurar entre as melhores no seio da estrutura industrial catarinense.

Não por acaso, tão logo as perspectivas do setor sinalizaram ainda mais favoravelmente, *joint-ventures* e compras de empresas catarinenses por capitais externos passaram a marcar o cenário, sugerindo que sua economia, pelo menos em relação a esse complexo, mostrava-se atraente para o capital industrial na esteira da reestruturação produtiva brasileira. É claro que a associação com o capital externo também se mostrou necessária para que as empresas do complexo eletrometalmecânico catarinense lograssem uma melhor

¹⁸ Outros setores do complexo eletrometalmecânico também atravessaram em condições relativamente pouco turbulentas o período em questão.

atuação (ou posicionamento) no mercado, pelos reflexos em termos de produtividade e qualidade.

Mas não foi apenas no tocante a esse complexo que o estado de Santa Catarina permaneceu dinâmico:

Mantendo suas características históricas, a economia catarinense vem apresentando um desempenho elevado durante os anos noventa e desfazendo, inclusive, as profecias que anunciavam a sua perda de espaço no cenário nacional, em função da abertura comercial e do processo de liberalização econômica implementado com mais força no país a partir de 1990. [...] [O] que os dados dos últimos anos estão mostrando é que se abriram novas perspectivas para os produtos catarinenses, tanto no mercado interno do país como nos mercados internacionais. Isso só está sendo possível devido à competitividade que alguns setores conseguiram obter, seja através da inovação técnica ou da própria reestruturação produtiva (MATTEI, 1999, p. 23-24).

Contudo, os interesses estratégicos das empresas – diante da nova organização imposta pela flexibilização produtiva – ameaçou, e ameaça, o movimento de desconcentração industrial brasileiro. A reestruturação protagonizada no Brasil na década de 1990 representou aprofundamento na vinculação do país à dinâmica dos conglomerados transnacionais, que introduziram importantes mudanças na organização produtiva de tipo fordista.

Observe-se que o que está sob o véu da flexibilização produtiva, incluindo o difundido sistema *just-in-time*, é o estreitamento das relações interfirmas, implicando uma proximidade física mais intensa, de modo a fornecer e lubrificar um funcionamento coordenado, com importantes complementaridades. Aumentou igualmente o grau de especialização necessário da mão de obra, reforçando, como assinala Pacheco (1996, p. 133), o:

[...] Papel de centros urbanos com mercado de trabalho altamente qualificado, excluindo regiões com sistemas educacionais e culturais debilitados, que tendem a ser repositórios de atividades de baixos salários, baixa qualificação e baixa qualidade de vida, realimentando o processo de exclusão.

Esses movimentos observados nas últimas décadas – cerca de 40 anos – no território brasileiro representam a materialização de algumas das principais dinâmicas inter-regionais registradas no país. Nestas permanece crucial o problema das diferenças de dinamismo econômico e de desenvolvimento.

Ora, o combate às disparidades regionais exige ação pública, entre outras direções, no provimento de infraestrutura, cujas necessidades de recursos e cuja rentabilidade sinalizada

tornam as correspondentes ações menos interessantes, de um modo geral, ao setor privado. Assim, recai sobre o Estado o essencial das providências nessa direção.

Nesse engajamento, é necessário olhar atentamente para as regiões, e, no caso da economia catarinense – na qual se insere o objeto deste estudo –, é preciso estimular o dinamismo além dos municípios de Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma e Chapecó – centros de gravidade de tecidos socioeconômicos regionais. É importante utilizar a própria heterogeneidade do estado na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico dos diferentes espaços, valorizando os atributos específicos. Para tanto, é fundamental a compreensão das particularidades das regiões e dos municípios do estado.

Materializar esta iniciativa constitui árdua tarefa, todavia. A começar pelas dificuldades para o delineamento de políticas no marco do que determina a Constituição Federal de 1988. Com essa Carta Constitucional, passou a ser delegada às esferas estaduais e municipais a formulação de políticas de desenvolvimento, inclusive de cunho industrial, onde imperam – com maior veemência – as forças e o poder de barganha das grandes empresas, acirrando ainda mais a competição interestadual e/ou intermunicipal.

Ademais, de um modo geral, essas esferas de gestão territorial são indubitavelmente menos capazes de realizar esforços em prol do desenvolvimento econômico – dado o aporte de capital necessário para esse tipo de tarefa. Ainda que nesses níveis se possa ser mais eficiente na identificação de demandas locais, a operação em conjunto com a esfera nacional é fundamental, com a finalidade de combater incisivamente as disparidades socioeconômicas e promover o desenvolvimento.

Embora seja crucial a iniciativa dos órgãos subnacionais na promoção da situação socioeconômica nas suas jurisdições, a grande responsabilidade deve estar no âmbito do governo federal, de modo a fazer frente às contradições dos planos regionais ou locais. Lins (2011, p. 83) é conclusivo:

[...] O apelo da descentralização, pelo significado para o planejamento e a promoção do desenvolvimento, sinaliza também problemas. É fato que a absoluta prevalência de abordagens centralizadas, com visões totalizantes moldadas pela observação em nível nacional, tende a dificultar a percepção de aspectos locais específicos e de necessidades próprias. Mas a ênfase exacerbada, para não dizer exclusiva, nas possibilidades e peculiaridades de regiões ou lugares representa risco de perda ou, ao menos, de forte redução de perspectiva e parâmetros comparativos. Mais do que isso, ajuda a erodir o sentido de solidariedade e de coesão em esferas mais amplas, como a da Nação. Transferir para a escala local todas as atribuições de promoção do desenvolvimento pode significar incumbir de funções extremamente exigentes de esforços e recursos os contingentes menos aptos a fazer frente a tal desafio.

3.2 UM ADENDO CRÍTICO: A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO EM SANTA CATARINA

Como tangenciado anteriormente, a conjuntura de crises macroeconômicas nos anos 1980 provocou no Brasil, entre outras coisas, o desmonte da estrutura de planejamento, à reboque igualmente das limitações financeiras do Estado brasileiro. Esse quadro não deixou de caracterizar, também, Santa Catarina.

Desde pelo menos o início dos anos 1980, Santa Catarina amargou uma incontornável atrofia das atividades de planejamento e estímulo ao desenvolvimento em nível de governo estadual. O período foi de mudança na orientação desenvolvimentista que marcou sucessivas administrações a partir da década de 1950, uma trajetória que, em termos de planejamento, exibiu nos anos 1960 o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), nas suas versões I e II, e nos 1970 o Projeto Catarinense de Desenvolvimento e o Plano de Governo (LINS, 2011, p. 84).

O PLAMEG (1961-1965) foi o instrumento pelo qual o governo de Santa Catarina efetivou a adoção de políticas econômicas no que tange aos investimentos em infraestrutura e financiamento do capital privado no estado.

O referido plano concentrava-se em três grandes objetivos, a saber: i) o homem: focava a melhoria das condições de vida [...]; ii) o meio: priorizava a melhoria nas condições de infraestrutura [...]; iii) a expansão econômica: visava à expansão agrária e industrial [...] (DIAS, 2012, p. 155).

Graças ao PLAMEG, diferentes instituições de crucial importância para o crescimento e desenvolvimento econômico do estado foram criadas: Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC, e Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, são os exemplos mais relevantes. Dias (2012, p. 156) define o panorama que se estabelecia no estado após a criação do PLAMEG:

[U]m Estado em melhores condições infraestruturais para participar do movimento de crescimento da economia nacional e um Estado que havia superado o entrave de desenvolvimento lançando condições para maior inserção competitiva de suas empresas no padrão de desenvolvimento nacional.

Até a década de 1980 o governo estadual continuou apresentando planos de desenvolvimento, ainda que diferenciados quanto ao êxito obtido. Merecem destaque três

planos/programas estaduais que possuíam forte abordagem territorial, a saber: i) Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano de Santa Catarina – PDRU, em 1979, no governo de Bornhausen; ii) Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico – PIDSE, na década de 1980; iii) Plano Básico de Desenvolvimento Regional – PBDR, criado em 1991.

Entretanto, apesar da existência dessas três diferentes abordagens do planejamento com enfoque espacial em Santa Catarina, é importante sublinhar as palavras de Lins (2011, p. 84): “parece justo dizer que esses movimentos não apresentaram desdobramentos realmente consequentes e que os desafios ligados às mudanças econômicas dos anos 1990 não tiveram respostas à altura na ação estadual”.

Cabe destacar ainda, em 1998, a criação do Fórum Catarinense de Desenvolvimento – FORUMCAT. De origem pública e privada, destinava-se a promover o desenvolvimento estadual com base na parceria entre o governo e a sociedade organizada. Essa iniciativa respeitou as divisões territoriais já estabelecidas pelas associações de municípios, mas pecou na estrutura, por se revelar excessivamente baseada na informalidade e no trabalho voluntário.

A árdua missão posta à frente do FORUMCAT foi arduamente dificultada em 2003, quando surge o Plano 15, sob o comando do governador Luiz Henrique da Silveira, criando as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs.

Desconsiderando a existência dos Fóruns de Desenvolvimento Regional, como iniciativa que surgiu da sociedade para o Estado, inspirada na experiência europeia e mais especificamente na italiana, que criou províncias como um nível intermediário de governo na década de 1970 e promoveu um ambiente de desenvolvimento em cada “distretto industriale”, o então candidato ao governo e sua equipe apresentaram a proposta de governo que foi chamada de Plano 15. (DIAS, 2012, p. 161)

Um dos grandes objetivos da criação das SDRs era – e continua sendo – o combate ao fenômeno da litoralização, que atinge fortemente Santa Catarina. Deste modo, buscava-se harmonizar a distribuição populacional catarinense em todo seu território. De acordo com Lins (2011, p. 91), “Os pilares dessa estrutura seriam os Conselhos de Desenvolvimento Regional, tendo como integrantes natos o Secretário de Desenvolvimento Regional e todos os prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de cada SDR”. Entretanto, a nobreza dos objetivos se dispersou dentro da esfera política.

A proposta de re-engenharia da estrutura governamental pretendia redistribuir as funções sem aumentar os cargos, mas, [...] acabou gerando um inchaço da máquina pública com cargos comissionados. Além disso, o projeto original previa a criação de número menor de Secretarias Regionais, o que resultaria em uma regionalização mais próxima da tradicional divisão das Associações de Municípios. No entanto, [...]

novas secretarias foram criadas, fragmentando regiões, para atender a interesses políticos (SIEBERT, 2010, p. 149-150).

Portanto, as SDRs representaram a criação de uma nova regionalização no estado, com a fragmentação das antigas regiões já estabelecidas pelas associações de municípios, que foram iniciativas próprias das prefeituras locais.

O interessante estudo de Filippim e Abrucio (2010), por sua vez, mostra que a descentralização administrativa se torna, na verdade, instrumento de concentração de poder, a partir da indicação dos principais cargos de comando da regionalização. Portanto, pesam sobremaneira as chances de que as históricas alianças entre municípios se percam, em prol do aprimoramento das SDRs, que (re)regionalizaram o estado de forma, pode-se dizer, no mínimo controversa.

Ademais, outros fatores parecem representar entraves ao bom funcionamento dessas Secretarias. Em denso estudo baseado em entrevistas realizadas em 2011, com servidores públicos de nove Secretarias, Dias (2012) fala em falta de profissionalismo nos cargos comissionados, em dificuldades na elaboração e aprovação de projetos, devido à pressão política, e em pouca capacidade e autonomia das Secretarias, que têm forte dependência em relação às Secretarias centrais, instaladas em Florianópolis.

Entretanto, os problemas constatados não significam que não há solução para o impasse das SDRs. Siebert (2010, p. 152) indica uma possível faceta promissora que tais secretarias poderiam assumir:

[A] pesar das fragilidades decorrentes de sua evidente motivação política, a experiência da descentralização administrativa de Santa Catarina pode ser aperfeiçoada, em termos de governança, com a diminuição do número de Secretarias Regionais, com a adoção do mesmo recorte territorial das Associações de Municípios, e com a ocupação dos cargos das SDRs por técnicos concursados.

De todo modo, seria preciso lidar com problemas do tipo apontado por Lins (2011, p. 95), quando este assinala:

Claro que se trata de algo importante. Mas o que se esperava ser a tônica, a saber, uma convergência entre a política em nível estadual e as políticas para as regiões, estas formuladas à luz dos interesses e visões locais e regionais e aquela à luz de perspectivas mais amplas e estruturais – numa atuação articulada e caracterizada pela multiplicidade de escalas e dimensões na prática do planejamento –, parece não ter ocorrido.

Seja como foi, a nobre missão proposta às SDRs está com os pés acorrentados. Por um lado, essa estrutura ameaça desarticular os antigos vínculos intermunicipais criados através das associações municipais. Por outro lado, sofre com as articulações político-partidárias que afetam a destinação de verbas e a nomeação de cargos comissionados. Desta maneira, compromete-se o papel que poderia ser desempenhado. Daí que, possivelmente, desarticulam-se configurações históricas sem que, no entanto, coloque-se de fato uma alternativa em seu lugar.

* * *

Esse é, em linhas muito gerais e tratados apenas alguns dos seus grandes traços, o contexto geral da situação do Alto Vale do Itajaí, e especificamente de Rio do Sul, nas últimas décadas. A compreensão desse cenário é importantíssima para a análise dos movimentos dinâmicos ocorridos na escala do município. O próprio leitor poderá verificar, a partir da leitura do próximo capítulo, a intensa vinculação entre o processo de formação econômica de Rio do Sul e os contextos estadual e nacional. Com efeito, o presente capítulo esclarece muitas dos movimentos que Rio do Sul e suas principais empresas experimentaram ao longo de suas trajetórias.

Cabe destacar que, em escala de país, houve erosão da liturgia do planejamento, que não foi, até agora, plenamente recuperada. Em nível catarinense, os movimentos erráticos na ação governamental fazem pensar sobre até que ponto, de fato, as regiões e municípios podem contar com a disposição e as providências emanadas das esferas nacional e estadual para equacionar seus problemas e promover o desenvolvimento.

Entretanto, como se verá, processos importantes colocaram-se em curso em Rio do Sul, apesar do contexto, por assim dizer, adverso (ou, no mínimo, pouco propício).

4 RIO DO SUL: DA ESPECIALIZAÇÃO À DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

Compreender o processo histórico da formação econômica de Rio do Sul significa, em primeiro lugar, ter em mente que o espaço geográfico ocupado pelo município era habitado por indígenas. Este mesmo espaço foi reorganizado com a imigração europeia que rumou ao Brasil no século XIX, onde Santa Catarina figurou como um dos principais destinos sobretudo para alemães e italianos.

Num primeiro momento, os imigrantes dessas origens se firmaram próximos à faixa litorânea do estado, sendo que as gerações futuras adentraram as densas matas catarinenses, onde se situa o Alto Vale do Itajaí, e enquadrando esta região, portanto, como a zona de expansão da colonização alemã e italiana no Vale do Itajaí.

A partir de então, começa a ser forjado o que se entende hoje como o município de Rio do Sul. Optou-se – como é de praxe em resgates históricos – por trabalhar com recortes temporais – sugeridos pelo próprio autor – onde são analisados os eventos e as dinâmicas de ordem econômica de modo articulado.

Quatro grandes divisões históricas podem ser percebidas:

- a) Colonização e emancipação do município: compreende o período entre os anos de 1874 (quando é aberta a picada Blumenau-Lages, e estabelecidos os primeiros colonos no entorno da confluência que origina o rio Itajaí-Açu), e 1931 (ano em que é criado o município de Rio do Sul).
- b) A era da madeira: período que ganha relevância a partir da década de 1920, contribuindo diretamente e de maneira muito intensa para o desenvolvimento social e econômico do município até fins dos anos 1960.
- c) Transição econômica: compreende a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980. Este período é marcado pela transição do eixo dinâmico da socioeconomia local, que deixa de assentar-se na extração madeireira e passa a exhibir, com grande destaque, três complexos industriais: o eletrometalmecânico, o têxtil-vestuarista e o alimentar.
- d) Consolidação e crescimento da diversificação produtiva local: período que se inicia no pós-enchente (ano de 1983), e que – a despeito das instabilidades de ordem macroeconômica no Brasil – continua a se fazer presente enquanto este estudo é escrito.

Neste capítulo, analisam-se os três primeiros períodos, que conformam uma trajetória verdadeiramente histórica. A quarta divisão, que recobre o período atual, desde meados dos anos 1980, é objeto do capítulo seguinte. Lá se mostra o fortalecimento do caráter diversificado da estrutura produtiva local.

4.1 COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: DE *SÜDARM* A RIO DO SUL (1874-1931)

Com a criação da Colônia Blumenau, em 1850, e seu respectivo crescimento, aparecia a preocupação não apenas com as ligações da colônia com o litoral, mas também com a região serrana, sobretudo Lages. Além das vantagens para Blumenau – escoamento de produção –, Lages teria uma ligação direta com o litoral e o porto de Itajaí.

A picada aberta com aquele objetivo fez com que, já em 1893, fossem registrados mais de 60 requerimentos para concessão de terras na localidade onde se forma o rio Itajaí-Açu, onde imigrantes – em sua maioria alemães – reivindicavam lotes para o cultivo da lavoura. Nas palavras de Colaço e Klanovicz (2000, p. 122), o “[...] número de solicitações é significativo e vem reforçar a importância da região em vista da falta de lotes em Blumenau e do crescimento populacional que se iniciou com o processo de colonização do Vale do Itajaí”.

Apenas na passagem para o século XX é que imigrantes italianos assumem relevância. Sua importância é destacada por Zanella (2006, p.26): “Muitíssimas famílias italianas passaram a colonizar valadas inteiras e tiveram importância fundamental, não só no movimento colonizador, mas também no desenvolvimento da economia da região”.

A despeito de uma suposta dificuldade para colonizar, dado o difícil acesso por terra, diz Cardoso (1984, p. 30-31) que “o tráfego fluvial era intenso e por isso ninguém criticava a lentidão dos trabalhos do acesso terrestre. [...] [A] canoa era forte concorrente da carroça no transporte de cargas e passageiros”. Este fator, de maneira lógica, estimulava os colonos e imigrantes a se a assentarem às margens dos rios.

O que representava forte possibilidade de crescimento e desenvolvimento àquela localidade era a instalação de uma balsa, próxima à confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, responsável por fazer a travessia das tropas oriundas da região serrana, que tinham como destino a região litorânea.

Tal localidade, inicialmente conhecida como *Südarm* (Braço do Sul), apresentava um considerável crescimento. “[Em] 1904 Rudolf Odebrecht abriu em Südarm a primeira venda e ao mesmo tempo modesto hotelzinho” (STÖER, apud COLAÇO; KLANOVICZ, 2000, p. 123). A pequena atividade hoteleira encontrava sustento na passagem das tropas, que faziam o trajeto Lages-Blumenau. “Com isso, em 1910, na confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, havia se formado próspero centro colonial, ganhando aspectos de um vilarejo” (ZANELLA, 2006, p. 28)¹⁹.

Não por acaso, a localidade tornou-se a sede do 5º distrito de Blumenau, em março de 1912, quando passou a ser chamada de *Bella Alliança*. Saul (2000, p. 47) complementa: “[...] como sede distrital, passou a contar com serviços públicos que contribuíram para o aumento populacional e a circulação de pessoas que vinham resolver seus problemas sem necessidade de deslocarem-se até Blumenau”.

Quanto à passagem do gado, de Lages para Blumenau, cabe destacar o seu papel na impulsão da economia da localidade. Isso tinha a ver não apenas com os gastos dos tropeiros no comércio local, mas também com a arrecadação do imposto municipal que era cobrado sobre a travessia do gado.

Já na década de 1920, o dinamismo econômico que a então *Bella Alliança* apresentava já justificava a extensão da Estrada de Ferro Santa Catarina – EFSC – até aquela localidade. De acordo com o jornal República (1927, apud SAUL 2000, p. 48):

Por isso mesmo, impondo-se a um contato mais rápido com Blumenau e Itajaí, é que a Estrada de Ferro Santa Catarina procura, neste momento, estender os seus trilhos até a sede do distrito, facilitando assim um intercambio comercial já notável e cooperando para que o progresso do Rio do Sul se acelere e se realize [...].

É imprescindível notar que a materialização dessa obra (Blumenau-Rio do Sul) se justificava pela grande quantidade de madeira encontrada na região do Alto Vale, e que sofreria ao longo das próximas décadas intensa exploração – como será visto posteriormente. A conclusão das obras em 1934 foi de grande valia para o progresso econômico da localidade, elevando sobremaneira a integração do município com as economias estadual e federal.

Uma destacada iniciativa protagonizada por Ermmembergo Pellizzetti, cidadão de Rio do Sul e deputado estadual, com início no ano de 1928, teria grande importância para

¹⁹ Ainda que a gênese da ocupação do território rio-sulense tenha se dado em áreas mais ou menos distantes do encontro dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, não se pode negar que a confluência destes dois rios foi determinante para a formação do núcleo urbano de Rio do Sul. Assim, este estudo está de acordo com Poleza (2002, p. 48), que defende a confluência dos rios como "verdadeiro nó estruturador da malha urbana e da ocupação regional".

alavancar as chances de êxito na produção rural do distrito: o Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança. Assim, criava-se um instrumento para concessão de empréstimos aos produtores rurais, e a pequena acumulação de capital estabelecida em *Bella Aliança* era alavancada, em maior ou menor medida²⁰. Esse banco foi incorporado pelo Banco INCO²¹, em janeiro de 1936.

Enquanto isso, a arrecadação tributária da Prefeitura de Blumenau em 1928 já apontava que notáveis 37% das receitas advinham do Distrito de Bella Aliança (ZANELLA, 2006, p. 30). O distanciamento da sede do município deixava aquela população à margem de seus direitos e da celeridade dos serviços públicos prestados pela prefeitura.

[P]elo seu próprio desenvolvimento, ia conquistando e mantendo a liderança entre os muitos centros populacionais surgidos pelo interior, distava da sede do município 103 quilômetros. [...] Pode-se, pois, bem avaliar as dificuldades que tinham de vencer os contribuintes para cumprir as suas obrigações para com o fisco e as que lhe eram impostas como cidadãos, em relação aos poderes constituídos (SILVA, 1988, p. 162-163).

Desse modo, em outubro de 1930, era sancionada lei que criava o município de Rio do Sul, abrangendo os territórios de *Bella Aliança* e *Tayó*²². No dia 15 de abril de 1931 seria, finalmente, instalado o município de Rio do Sul.

4.2 A ERA DA MADEIRA (1920-1970)

Nas muitas terras ainda “virgens” – não desbravadas pelos colonizadores – a madeira da região do Alto Vale do Itajaí gerava relatos destacando a alta qualidade e a fartura com que era encontrada. “Wilhelm Eitz, colonizador de Taió, fez um levantamento do Rio Itajaí do Oeste, em 1911 [...] ele apresenta uma relação de mais de 160 tipos de madeiras”

²⁰ Não foram encontrados registros sobre as taxas de juros e condições dos empréstimos ou financiamentos realizados. Todavia, essa instituição figurava como interessante alternativa aos produtores rurais de Bella Aliança, que até então precisavam se deslocar até o centro de Blumenau para efetuarem suas operações bancárias. Outras instituições bancárias surgiriam no município apenas mais tarde.

²¹ O Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina – INCO, criado em 1934, foi uma influente organização financeira particular do estado, com base no Vale do Itajaí. Surgiu, como relata Pauli (1997), como ideia de Irineu Borhausen e Otto Renaux, enquanto visitavam Rio do Sul e observaram que o desconto de cheques de maior valor era difícil de ser realizado. Foi adquirido pelo Bradesco em 1968.

²² Interessante perceber que os territórios de Bella Aliança e Tayó perfazem praticamente a totalidade do que é conhecido hoje como Alto Vale do Itajaí. Desse modo, a própria emancipação desta região em relação a Blumenau, já indicava a importância do núcleo urbano de Rio do Sul para a região.

(ZANELLA, 2006, p. 35). A madeira encontrada na região ainda disponibilizava a extração do óleo de sassafrás, importante insumo para a indústria química, com enorme potencial para exploração, e que revelou uma qualidade elevada no Alto Vale²³.

Foi durante a década de 1920 que a exploração da madeira começou a ganhar fôlego, acompanhando o movimento que também se firmava em nível estadual, como no Planalto Serrano e no Vale do Rio do Peixe. Dados apresentados por Goularti Filho (2007, p. 434) indicam o crescimento registrado, a partir de então, no estado de Santa Catarina: em 1925, foram exportadas 22.183 toneladas; já em 1930, o mesmo indicador atingiu 82.849 toneladas; para arrematar, em 1955 foram 753.187 toneladas exportadas pelo estado, representando 64% da pauta de exportações catarinense (GOULARTI FILHO, 2007, p. 146).

A qualidade e a oferta abundante da madeira na região do Alto Vale eram estímulos mais do que suficientes para que o setor começasse a ganhar relevância. Não era rara a extração no interior do Alto Vale, às margens dos rios, de onde a madeira era transportada pela própria força das águas até Rio do Sul. “Viam-se balsas de muitas dezenas de toras que a correnteza levava para as serrarias de Bella Alliança” (CARDOSO, 1984, p. 31).

As serrarias também ficavam próximas aos rios devido à ausência de energia elétrica, usando, assim, a energia hidráulica a partir de rodas d’água. A demanda pela madeira era tanto de origem catarinense quanto dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Até mesmo em países como Alemanha e Estados Unidos ocorria a importação de madeira proveniente da região do Alto Vale.

Cabe sublinhar que também a agricultura assumia importante papel nessa época, com grande destaque para o plantio de mandioca, que fez surgir inúmeras feculares em Rio do Sul e na região. O destaque da extração madeireira, contudo, é forte. Em 1923, conforme escreveu Cardoso (1984, p. 35), era construída “na confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste a maior serraria do Alto Vale e que iniciou Rio do Sul no setor industrial”. É interessante notar que, mais uma vez, o elemento polarizador rio-sulense – desta vez a madeira, antes a passagem das tropas – encontrava-se no “encontro dos rios”, onde se forma o Itajaí-Açu.

A comparação entre a atividade madeireira no Oeste Catarinense e no Alto Vale do Itajaí é plena de sentido no que diz respeito às palavras de Campos (1987, p. 112-113), que faz importante observação sobre o primeiro caso, mas que se aplica perfeitamente ao Alto Vale: “[...] as madeireiras eram sediadas na própria região. Isto fez com que os capitais nelas

²³ Interessante estudo escrito por Maar e Rosenbrock (2012) analisa com profundidade a problemática da extração do óleo de sassafrás na região do Alto Vale. Sua não industrialização, em nível local, impediu o surgimento de atividades relacionadas à química fina na região, por exemplo.

acumulados posteriormente se destinassem a outras atividades produtivas na região [...]”. Os reflexos próprios em Rio do Sul são apontados por Zanella (2006, p. 31):

Se durante o período em que Rio do Sul era distrito de Blumenau cresceu muito a agricultura, com a emancipação houve um crescimento sensível da indústria e do comércio. Nesse período a indústria que mais cresceu foi a do setor da madeira, que era responsável pela geração dos empregos e pela economia de todos os municípios do Alto Vale.

A instalação do novo município permitiu também o surgimento de empresas de diversas variedades, principalmente com a industrialização de produtos agrícolas. O aumento de empreendimentos na indústria manufatureira influenciou sensivelmente no comércio de Rio do Sul, também porque começou a se tornar o polo da região do Alto Vale.

Nesse sentido, de acordo com Colaço e Klanovicz (2000, p. 129), “[d]iversas obras públicas são executadas e, com estas, a cidade se mostrava ao Estado de Santa Catarina como um centro econômico e demográfico em potencial”.

No plano econômico, ainda que a população fosse predominantemente rural, a extração da madeira já se mostrava – nas décadas de 1940 e 50 – como atividade dinamizadora, tornando-se o centro de gravidade da economia rio-sulense²⁴.

O forte crescimento do setor madeireiro dinamizou, conseqüentemente, a economia do município. Seguindo este movimento, em 1945, era criada a Associação Comercial e Empresarial de Rio do Sul – ACIRS. “Em 12 de agosto de 1945, aproximadamente 100 empresários unem-se para dar voz às reivindicações da classe empresarial da região, fundando a ACIRS” (ACIRS, 2014, S.p). Isso demonstra que a extração madeireira dinamizava também outros setores, responsáveis por atender suas necessidades e também da população rio-sulense. Quanto ao número de serrarias presentes no Alto Vale, a tabela 1 discrimina esses valores, revelando as respectivas faixas de faturamento.

Tabela 1 – Número de serrarias no Alto Vale do Itajaí por faixa de faturamento em 1939

Distrito	Até 1.000\$	10.000\$ a 20.000\$	20.000\$ a 30.000\$	Mais de 30.000\$	Total
Rio do Sul	29	61	11	03	104
Trombudo Central	06	04	02	03	15
Pouso Redondo	06	01	02	-	09
Taió	12	05	-	-	17
TOTAL	53	71	15	06	145

Fonte: PELUSO JUNIOR apud ZANELLA, 2006, p. 35. Adaptado.

²⁴ Ainda assim, não se pode desprezar o setor agrícola, que contava, de acordo com Tomasini e Hoerhann (2000, p. 157), com treze Postos de Cooperação da Associação Rural de Rio do Sul: “Estes postos, possivelmente derivaram das antigas Domingueiras Agrícolas, pois apresentavam os mesmos fins”. Estava se firmando o cooperativismo agrícola que, na década de 1970, fundaria a Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí – CRAVIL.

Seja pelo número de estabelecimentos ou pelo faturamento, o município se destacava em sua região²⁵. Poleza (2003, p. 57) reforça que o dinamismo já estava consolidado na década de 40: “o extrativismo da madeira foi o alavancador do desenvolvimento industrial de Rio do Sul [...]”.

Vinculado à extração madeireira estava o desenvolvimento da agricultura. Uma vez desmatadas, as terras que se revelaram propícias ao cultivo agrícola foram utilizadas para tal. Entre outros, ganhou destaque a mandioca, e logo começaram a surgir fecularias. A região passou a ganhar destaque inclusive nacional na produção de fécula de mandioca.

Em 1943, Rio do Sul tornava-se o município mais populoso do Vale do Itajaí.

Tabela 2 – População no Vale do Itajaí e sua densidade por km² em 1943

Município	Habitantes	Densidade (km ²)
Rio do Sul	48.600	12,519
Itajaí	44.000	37,308
Blumenau	41.400	39,378

Fonte: Relatório da Estrada de Ferro Santa Catarina de 1941, apud COLAÇO; KLANOVICZ, 2000, p. 135

O feito de tornar-se o município mais populoso se deve ao fato de que Blumenau e Itajaí já haviam sofrido desmembramentos de seus territórios, com a criação de novos municípios. Em Rio do Sul, os primeiros desmembramentos só ocorreriam em 1948. A percepção sobre tal condição é reforçada pela baixa densidade populacional em Rio do Sul, e os índices comparativamente mais altos de Itajaí e Blumenau.

Também na década de 1940 começavam a surgir empresas do setor alimentar, favorecendo a criação bovina no município²⁶. Ainda no setor agrícola, a produção de fécula de mandioca ganhava cada vez mais destaque.

Atinge-se na década de 1950 o auge do ciclo madeireiro²⁷. Esse é o período em que a área central de Rio do Sul começa a ser desenhada da forma como se apresenta atualmente. O extrativismo, apoiado no já consolidado transporte de animais de Lages para Blumenau, bem como a produção de fécula e a localização geográfica favorável, permitiam a Rio do Sul uma posição de proeminência, sobretudo na região do Alto Vale.

²⁵ Importante notar que grande parcela dos estabelecimentos era de pequeno ou médio porte. Assim, não se tratavam de serrarias com capital necessário para, por exemplo, enfrentar uma possível crise do setor.

²⁶ O Frigorífico Riosulense, por exemplo, iniciou suas atividades abatendo bois que eram comprados dos tropeiros que faziam o trajeto Lages-Blumenau. Com o desenvolvimento desta empresa, foi encorajado o desenvolvimento da criação bovina na região de Rio do Sul.

²⁷ A extração da mata nativa no Alto Vale do Itajaí rendeu, inclusive, uma tese de doutorado (GEMBALLA, 1955) – revelando o engajamento nessa atividade e nesse espaço.

É com o dinamismo associado ao setor madeireiro que Rio do Sul passa a materializar a prestação de serviços ao nível regional. De fato, intensifica-se o movimento no seio do qual a população local demanda cada vez mais o meio urbano, reafirmando o caráter de referência que o município assume para o Alto Vale do Itajaí, região que permanece – nessa época – assentada na agricultura e no meio rural²⁸.

Zanella (2006, p. 32) retrata o forte crescimento da construção civil na cidade: “Na década de 50/60, foram construídas as principais edificações do centro de Rio do Sul, como indústrias, igrejas, hospitais, bancos, colégios, casas comerciais e as principais residências”. Poleza (2003, p. 67) destaca que o “crescimento demográfico supera o crescimento vegetativo, onde os migrantes acabam se tornando cidadãos”.

Em entrevista, o ex-prefeito Helmuth Baumgarten (apud Colaço; Klanovicz, 2000, p. 140) informa:

[...] quando eu era prefeito [1956-1961] fui a Florianópolis e o governador Jorge Lacerda me disse: Baumgarten, nós precisamos colocar um nome para Rio do Sul. [...] Daqui para frente vai ser Capital do Alto Vale do Itajaí. Ficou até hoje, para dar um destaque. Ele achava que Rio do Sul precisava ter um destaque. Era o centro. E rodeado por 21 ou 22 municípios.

Em 1964, o então prefeito rio-sulense, Vitório Fornerolli, proferia em discurso: “Como é do conhecimento do público, nosso município ocupa lugar de destaque na economia do nosso Estado, sendo o mais próspero e rico desta região, daí ser cognominado, com muita justiça, a capital do Alto Vale do Itajaí” (apud ZANELLA, 2006, p. 33).

Interessante perceber que o dinamismo econômico do município fez com que a prefeitura construísse, e inaugurasse no dia 12 de agosto de 1960, no distrito de Lontras, o aeroporto municipal de Rio do Sul. O aeroporto contava com serviços prestados pela companhia aérea Varig, que tinha em seu quadro de horários, três vezes por semana, voos para São Paulo e Rio de Janeiro.

Desse modo, tendo em vista o estabelecimento de inúmeras edificações relevantes para a socioeconomia local, bem como a melhoria na infraestrutura, pode-se referir a um verdadeiro processo de inversão dos capitais auferidos com o extrativismo madeireiro, em prol da área urbana do município, fortalecendo a sua posição de polo regional.

²⁸ Note-se que a vasta maioria da venda madeireira do Alto Vale, e de Rio do Sul, envolvia madeira bruta. Deste modo, não havia qualquer tipo de beneficiamento que estendesse a cadeia produtiva do setor madeireiro no município. Eram realizadas – fundamentalmente – a extração e o corte, e então ocorria a venda. A consequência lógica é o baixo grau de densidade tecnológica empregado na indústria madeireira, significando baixa geração de renda e reprodução de baixa qualidade de vida para a sociedade local.

Contudo, duas grandes mudanças atingiram a socioeconomia rio-sulense na década de 1960. A primeira delas diz respeito ao padrão demográfico da cidade, a reboque do movimento na esfera federal, onde a população urbana passa a prevalecer sobre a população rural. A população, que de acordo com o censo do IBGE era de 13.053 habitantes urbanos e de 24.878 pertencentes à zona rural em 1963, atingiu, 33.362 na área urbana e apenas 2.878 no meio rural em 1980 ²⁹.

A segunda grande mudança é o declínio do setor madeireiro, acompanhando o mesmo movimento em escala catarinense. Dados das exportações de madeira em Santa Catarina, apontados por Goularti Filho (2007, p. 434), evidenciam uma grande queda: se em 1955 foram exportadas 753.187 toneladas de madeira, em 1970 o volume caiu para 210.254 toneladas (contração de 72%). Em 1980, foram exportadas 68.055 toneladas (queda acumulada de 91%).

Uma vez que a extração da madeira não foi acompanhada de reflorestamento, ou ao menos de preocupação com o desmatamento que ocasionou, permitindo observar uma conseqüente degradação ambiental – que viria a gerar a proibição da atividade extrativa nos moldes em que se apresentava –, as próprias reservas naturais se esgotaram.

Entretanto, é preciso estar atento à ressalva feita por Bellani (1991, p. 249): “houve uma intensa destruição da floresta nativa, apesar de ter sido, por muitas décadas, a única opção de vida e sobrevivência [...] [incrementando] mudanças ímpar na vida regional”.

Assim, a principal fonte de renda do município, o verdadeiro centro de gravidade da economia rio-sulense, contraía-se vertiginosamente. Muitas serrarias foram fechadas e muitos empregos foram perdidos, e a conseqüência natural foi a diminuição da “massa econômica” municipal. Movimentos migratórios para fora de Rio do Sul e do Alto Vale certamente se fizeram presentes.

Concomitantemente, as fecularias de mandioca passavam a deixar o município, em busca de regiões onde o cultivo da mandioca se mostrava mais produtivo. Esse movimento significava que o segundo “nó estruturador” da socioeconomia rio-sulense perdia rapidamente presença no município. Não se pode desconsiderar a importância desse processo, que agravou os efeitos da perda de ritmo econômico provocada pela brutal redução da atividade madeireira.

Como a literatura que aborda a história econômica do município tende a se concentrar na atividade madeireira, cabe aqui destacar aspectos da situação enfrentada por

²⁹ “A população urbana passa de 37,82% em 1960 para 78,18% em 1970” (POMPÍLIO, 1990, apud, POLEZA, 2003, p. 65).

este setor. Viegand Eger, ex-reitor do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – Unidavi – em entrevista à Zanella (2006, p. 36-37), descreve a situação do setor madeireiro observada, em Rio do Sul na década de 1960:

[...] [Q]uando chegamos a princípios da década de 60 realmente foi um desastre. A maioria absoluta destas empresas madeireiras, as chamadas serrarias, fecharam as suas portas por falta de matéria prima. A economia de Rio do Sul e do Alto Vale girava em torno de recursos advindos da madeira. Dispúnhamos de uma economia considerável, estava entre as cinco primeiras economias do estado de Santa Catarina. Mas o baque foi repentino e total. [...] [O] desemprego fez com que muitos da região fossem residir nos grandes centros.

Horst Bremer, sócio proprietário da H-Bremer, em entrevista concedida a Zanella (2006, p. 37-38) complementa, ao relatar o panorama econômico em Rio do Sul na década de 1960: “[T]ínhamos empresas que vendiam tratores, serrarias, era todo mundo preocupado com a extração do óleo de sassafrás, trituravam-se árvores com mais de oitenta anos, tiravam óleo e jogavam o casco dentro do rio”.

A atmosfera era de tensão em Rio do Sul no final da década de 1960. Era necessário que a prefeitura incentivasse e indicasse soluções eficazes para a perda da dinâmica econômica. Os empresários locais também precisariam se adaptar ao novo cenário estabelecido no nível municipal. A infraestrutura, de sua parte, era bastante precária. Por um lado, a EFSC estava nos últimos anos de sua existência – abandonada, sem manutenção, precária. Por outro lado, a comunicação rodoviária era péssima, fosse com a região serrana ou com Blumenau. Por fim, a rede de telefones na cidade estava longe de ser satisfatória.

A década seguinte seria crucial para o futuro rio-sulense. Não obstante as dificuldades apresentadas, Viegand Eger (2006 apud ZANELLA, 2006, p. 36) complementa acerca da mão de obra local: “Indiscutivelmente o nível cultural, técnico e científico era muito precário, era muito reduzido. Eram raras as pessoas que tinham o nível médio e muito menos o nível superior”.

Assim, era demandada uma solução abrangente, que interligasse os setores público e privado. Saídas para a evasão de capitais e populacional, a queda na arrecadação municipal, o fechamento de serrarias, a redução na demanda por serviços relacionados ao setor madeireiro, enfim: um Processo de Causação Circular negativo, à la Myrdal (1968), estabeleceu-se em Rio do Sul.

As empresas precisariam reorientar a sua produção e a sua oferta de serviços, caso não quisessem fechar as portas ou realizar o traslado de suas plantas produtivas. Com efeito,

uma das principais demandas por parte do setor privado seria a qualificação da mão de obra local. Mas também não havia quem a qualificasse no município.

Mais um aspecto merece destaque: o tecido urbano, sobretudo as áreas de instalação da indústria e do comércio, que se deu em terras alagáveis, sofria com as constantes cheias do rio. De fato, inúmeras pequenas inundações tinham atingido e seguiam atingindo a cidade. A era da madeira, que possibilitara inclusive a emancipação de Rio do Sul, tornava-se, talvez ironicamente, um perigoso entrave ao dinamismo econômico do município.

4.3 TRANSIÇÃO ECONÔMICA (1970-1985)

Com o declínio acentuado do setor madeireiro e a decorrente saída de capitais, esperava-se ocorrer uma grave crise econômica em Rio do Sul na década de 1970. Ainda mais que outra atividade de grande relevância para a socioeconomia local, a produção de fécula, começava a migrar para outras regiões do país – como o noroeste do Paraná, onde o plantio da mandioca representava uma colheita com maior produtividade.

Todavia, os impactos da possível crise foram amortecidos. Uma série de fatores era responsável pelo bom andamento da economia rio-sulense naquele período (década de 1970). São esses: i) a dinamização econômica na esfera nacional, com a entrada no “milagre econômico”, e a reboque dos maciços investimentos estatais; ii) crescente urbanização da população brasileira, provocando aumento sobretudo do consumo de bens duráveis e semi-duráveis; iii) crescimento do setor terciário em Rio do Sul, dada a centralidade do município em escala de Alto Vale; iv) crescimento de outros setores da economia de Rio do Sul, principalmente o eletrometalmeccânico e o alimentar, sob forte estímulo dos processos relacionados aos fatores i e ii; v) a maturação dos investimentos ligados à “era da madeira”, envolvendo, por exemplo, estradas, energia elétrica e linhas de telefone.

Gemballa (apud ZANELLA, 2006, p. 37), idealizador do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – Unidavi, indicava naquele período os problemas e os avanços necessários para a economia rio-sulense:

Rio do Sul já devia ter [...] mais atacadistas especializados, localizados também aqui, e não em outras partes do Estado, pois, a não ser assim, o lucro desse comércio não fica na região, mas sim é exportado. [...] [É necessária a] instalação de novas indústrias, [...] é imprescindível que organizará novos lugares de trabalho para

milhares de adolescentes, que anualmente saem das escolas localizadas no Alto Vale do Itajaí, sem encontrar um lugar onde possam aprender um ofício ou executar um serviço, pois a lavoura da região não está em condições de absorvê-los e as indústrias existentes são poucas, e este problema tende a agravar-se de ano para ano. Muitos jovens serão obrigados, no futuro, a emigrar para outras regiões ou Estados.

Para a alteração no padrão produtivo do município, era notória a necessidade de qualificação dos trabalhadores. Surgia assim, em 1966, a Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí – FEDAVI³⁰, que começou suas atividades ofertando um único curso: administração de empresas. Para Gemballa, a consolidação tanto do centro educacional quanto do curso de administração, poderia representar uma resposta aos problemas ligados ao grande declínio da atividade madeireira, uma iniciativa apta, talvez, a auxiliar a cidade a sair da crise econômica.

A superação de um importante entrave foi a inauguração da BR-470, com pavimentação asfáltica. A rodovia liga a BR-101 à BR-116, cortando o Vale do Itajaí, e continua em direção ao Rio Grande do Sul³¹.

Outro entrave superado na década de 1970 foi a gritante deficiência na oferta de energia elétrica. Problemas esses que fizeram surgir a criação do “Movimento Pró Energia Elétrica”, encabeçado pela ACIRS, no ano de 1951. Esse movimento pode ter repercutido no próprio PLAMEG, uma vez que em 1961 foi anunciada, pelo governador do estado, obras para a expansão da rede de transmissão de energia elétrica de Ilhota a Rio do Sul (ACIRS, 2014). Assim, foram encorajados os investimentos industriais na cidade.

Também as frequentes cheias que atingiam a região do Alto Vale foram combatidas com investimentos públicos. O Programa de Proteção do Vale do Itajaí, executado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, concretizou a construção de duas barragens na região – indicadas na tabela 3 – durante a década de 1970.

Tabela 3 – Barragens dos rios Itajaí do Sul e do Oeste

Barragem (município)	Início das operações	Altura	Capacidade (m ³)
Oeste (Taió)	1973	21 metros	83 milhões
Sul (Ituporanga)	1976	43,5 metros	93,5 milhões

Fonte: Prefeitura de Rio do Oeste.
Elaboração própria.

Esses investimentos, entre outros, realizados pelo Estado se justificavam também pelo crescimento populacional do município. Em 1974, o TRE/SC contabilizava 15.426

³⁰ A FEDAVI se tornaria, em 1998, a UNIDAVI.

³¹ Ramezalani e Luiz (2008) mostram a importância fundamental dessa rodovia para a socioeconomia do município nos dias atuais.

eleitores, o maior número registrado na cidade até então (SAUL, 2000, p. 108). Quatro anos depois, o número de eleitores rio-sulenses era de 19.145 – crescimento de 24% (SAUL, 2000, p. 109). Não há dúvida possível: o crescimento populacional era relevante.

E se por um lado os investimentos públicos encorajavam a inversão de capitais no setor privado, fazendo com que aumentasse também a população de Rio do Sul, o município aumentava sua posição de destaque frente ao Alto Vale. Em entrevista concedida em 1964 ao jornal Nova Era, o então prefeito de Rio do Sul destacou a centralização comercial que seu município representava na região. “[N]ossa cidade é servida com aproximadamente 30 linhas de ônibus, com um movimento de passageiros para mais de 1.000 pessoas diárias, [...] que nos visitam a passeio ou a negócios” (apud ZANELLA, 2006, p. 44).

Não foi por mera coincidência que na década de 1970 se instalavam, no município, lojas de departamento de grande porte, a maioria delas oriundas do Paraná: Hermes Macedo, Prosdócimo, Arapuã e Koerich (TOMASINI; HOERHANN, 2000, p. 169). O crescimento comercial fazia-se sentir na elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade. Poleza (2003, p. 68) ressalta, com efeito, que “uma extensa área foi destinada ao comércio, talvez em função da intenção de solidificar a condição de Capital Comercial do Alto Vale”.

Também houve investimentos por parte do setor bancário na cidade. Em 1965 era inaugurado o Besc, o Unibanco surgia em 1971, a Caixa Econômica Federal inaugurava sua sede própria em 1976, e em 1977 chegava o Itaú. Assim, o setor terciário acentuava a centralidade de Rio do Sul sobre o Alto Vale, o que permitiu fôlego à economia do município, representando mais um elemento amortecedor dos reflexos do fim da “era madeireira”.

Iniciativas locais, como a de Gemballa, bem como as ações dos governos municipais, alinhadas com as orientações desenvolvimentistas em curso nas escalas estadual e nacional, ilustradas, respectivamente, pelo PLAMEG e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND “protegeram” a economia rio-sulense de uma dura queda, vinculada ao fim do padrão assentado na extração madeireira. De fato, o município mais que consolidou sua posição como polo regional do Alto Vale do Itajaí.

Entretanto, o início da década de 1980 traria consideráveis desafios para o espaço urbano rio-sulense. Poleza (2003, p. 70) observou um importante problema que se formava no município: “[o] meio urbano ignorava os rios que passavam inexpressivamente por dentro da cidade em leitos cada vez mais reduzidos, carregando lixo domésticos e industriais, em muitas vezes incomodando, mas só àqueles que moravam em áreas baixas”. Isto é, enquanto a

área urbana do município crescia fazendo vistas grossas para os rios que a cortam, os efeitos devastadores de uma possível cheia na região eram potencializados.

No ano de 1983, índices elevadíssimos de precipitação atingiram Santa Catarina, sem poupar a região do Alto Vale. O rio Itajaí-Açu atingia o seu maior nível histórico, afetando a totalidade dos habitantes do município de Rio do Sul. As águas vertiam em grande volume sobre as barragens de Ituporanga e Taió, inclusive com o risco de colapso das estruturas.

O clima instalado era nada menos que de calamidade pública. Por um lado, as ruas centrais da cidade ficaram submersas. De outra parte, praticamente todas as empresas industriais da cidade foram atingidas, paralelamente ao inaudito dano para a população.

Com efeito, dados apresentados por Poleza (2003, p. 75) indicam que “[...] o número de flagelados chegou a 25.000 habitantes [...] em Rio do Sul”. Tanto contingentes instalados em áreas periféricas como moradores em localizações caracterizadas por habitações de padrão mais elevado viram seus imóveis ficarem sob as águas. “As inundações expressivas, duradouras e sucessivas romperam com situações ligadas ao ritmo de atividades, já abaladas pela recessão da economia [...] em função do fim do ciclo da madeira” (POLEZA, 2003, p. 77)³². Tomasini e Hoerhann (2000, p. 169) oferecem informações sobre o setor empresarial: “[...] das 125 [empresas] existentes, 120 foram atingidas pela catástrofe, 70% da área urbana foi afetada e a agricultura foi completamente destruída”.

A despeito da gravidade da situação a que foi exposta a população rio-sulense, a cheia acabou contribuindo decisivamente para transformar o ambiente urbano de Rio do Sul. O movimento de mudança foi percebido tão logo as águas baixaram e teve início a reconstrução da cidade.

Outrossim, em contexto de ausência de um plano diretor, passou a ocorrer a instalação de atividades industriais em bairros predominantemente residenciais, e a de moradias em áreas tradicionalmente ocupadas pelas primeiras. A BR 470, cujo traçado corta Rio do Sul em áreas altas e, portanto, não suscetíveis a cheias, tornou-se o grande refúgio do setor industrial.

Não por acaso, a paisagem atual com que se deparam os usuários da rodovia, no perímetro urbano rio-sulense, ostenta uma série de empresas de diferentes portes e setores industriais. Em consequência, o fluxo de veículos aumentou consideravelmente nessa rodovia, ao mesmo tempo em que a velocidade média caiu de modo inversamente proporcional. Esse

³² É crucial perceber que a autora trata as inundações no plural, pois foram duas grandes em 1983 e uma terceira em 1984, afetando sobremaneira a economia do município. O presente estudo trata somente das enchentes de 1983, pois foram essas que, de fato, representaram um divisor de águas na história de Rio do Sul. Essa visão é compartilhada por Poleza (2003) no que se refere ao problema da ocupação urbana.

quadro nutre questionamentos sobre os investimentos do governo federal nessa rodovia: o que mudou, de fato, desde a década de 1980? Segundo as evidências, foram alterados apenas os trevos de acesso à cidade.

Entretanto, e a despeito da enchente de 1983, a década de 1980 foi uma década de crescimento para o município de Rio do Sul – apesar de ser considerada a “década perdida” para a economia brasileira. Isso porque se consolidava o novo elemento estruturador da economia da cidade: um parque industrial diversificado, abrangendo os complexos eletrometalmecânico, têxtil-vestuarista e alimentar, que cresceram e fizeram com que Rio do Sul, e Santa Catarina de um modo geral, crescesse.

Em 1985, menos de dois anos após as enchentes – o que sugere rapidez na reconstrução do município –, Saul (2000, p. 112) destaca os seguintes aspectos do desenvolvimento social e econômico rio-sulense:

Segundo a revista *Dirigente Municipal* [em março de 1985], do grupo Visão, Rio do Sul ficou em 203º lugar entre os quinhentos municípios mais desenvolvidos do Brasil, levando em conta alguns critérios, como arrecadação federal e estadual, ligações elétricas e de esgoto e leitos hospitalares, entre outros.

A coesão da sociedade local para a reconstrução do município mostrou-se muito forte. Concomitantemente, a economia do município escorava-se em três complexos industriais que mostravam disposição e condições para recompor seus parques fabris.

Delineava-se, assim, uma trajetória forte de crescimento no pós-enchente, mas que seria, todavia, duramente afetada no início da década seguinte (anos 1990) graças à abertura comercial promovida pelo governo brasileiro. Esse processo, como será visto adiante, teve intensas repercussões nas duas únicas empresas de grande porte – mais de 1000 funcionários – de Rio do Sul. Portanto, um grande número de trabalhadores seria diretamente afetado.

* * *

Na continuidade da análise, parte-se para a compreensão das trajetórias individuais das principais empresas do setor industrial, que forjam o eixo básico do dinamismo econômico local. Essa iniciativa é importante para desvendar a própria consolidação dessas atividades em Rio do Sul. Mas o sentido é mais amplo em termos analíticos: trata-se de observar aspectos centrais do processo de consolidação do caráter diversificado da base produtiva da Capital do Alto Vale.

5 CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA LOCAL (1985 – EM DIANTE)

Neste capítulo são analisadas as trajetórias históricas de algumas das principais empresas rio-sulenses, compreendendo seu surgimento, a consolidação de suas atividades e os principais entraves e propulsores ao seu crescimento. É necessário sublinhar, novamente, a escassez de estudos acerca do parque industrial de Rio do Sul. Para suprir esse “déficit”, o autor realizou entrevistas com diretores/proprietários da maioria das principais empresas que compõem a base produtiva rio-sulense, bem como com importantes sindicatos do município.

O resultado é um fértil material que é analisado de modo articulado no presente capítulo, de modo a compreender alguns dos principais aspectos que nortearam as trajetórias dessas empresas que foram criadas externamente ao setor madeireiro. Contudo, cabe lembrar que várias das quais surgidas em função deste.

Com efeito, as empresas que são aqui analisadas desempenharam – e continuam desempenhando – notável papel na dinamização da economia local. Isso permitiu que a economia de Rio do Sul se mantivesse dinâmica após o fim da “era da madeira”, mesmo enfrentando graves enchentes na década de 1980, e a abertura comercial brasileira na década de 1990.

A análise dos três complexos em que se inserem as referidas empresas – o eletrometalmecânico, o vestuarista e o alimentar – é aprofundada a seguir.

5.1 ATIVIDADES DA ELETROMETALMECÂNICA

Em termos de postos de trabalho, o complexo eletrometalmecânico responde simplesmente por 40% do emprego industrial de Rio do Sul (RAIS/MTE, 2012). Já em 1985 era o mais relevante nesses termos, com uma participação de 32%; portanto, sua presença se intensificou. As trajetórias de algumas das principais empresas são expostas a seguir.

5.1.1 Riosulense³³

Fundada em 1946, a Metalúrgica Riosulense iniciou suas atividades como uma pequena oficina, que atendia serrarias e fecularias de mandioca de Rio do Sul. Em 1956, a empresa decide – após viagens do proprietário a São Paulo – entrar no mercado brasileiro de reposição de autopeças, especificamente na fabricação de guias e sedes de válvulas, notadamente para motores *diesel* de caminhões. “A mudança se deu de maneira gradual: conforme caía a demanda do setor madeireiro e de fécula, ampliávamos nossa participação no mercado de autopeças” (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR FINANCEIRO DA METALÚRGICA RIOSULENSE, JAN. 2014, S.p.).

Com a readequação do parque fabril, dos processos produtivos e da mão de obra, o mercado de atuação da Riosulense deixava de ser o da madeira e passava a ser, progressivamente, o automobilístico.

Em 1980, a fabricação de autopeças já havia se tornado a principal atividade da empresa. Um desafio com que se deparava dizia respeito à gama de produtos que deveria fabricar: “Temos uma fabricação de inúmeros produtos com diferentes especificações. Como atuamos no mercado de reposição, nossos produtos precisam ser adequados a todos os motores que existem no Brasil, de diferentes marcas e especificações” (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

A empresa havia encontrando, assim, sua sobrevivência na produção de autopeças para o mercado de reposição nacional – que havia crescido vertiginosamente desde 1950, graças às políticas econômicas do Governo Federal. Outros fatores também colaboraram: “Fomos crescendo e logo disputávamos a liderança com um concorrente que começou a enfrentar problemas técnicos nos seus produtos, e acabou o levando à falência. Como o nosso produto tem muita qualidade, consolidamos nossa participação no mercado” (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Entretanto, outros desafios perduravam. A abertura comercial brasileira da década de 1990 representou aumento de investimentos externos do setor automotivo no país. No mesmo período, com a implementação do Real, houve também a “fixação” da taxa de câmbio, mantendo a moeda brasileira supervalorizada. O quadro era adverso para a empresa:

³³ Os trechos citados nesta subseção referem-se à entrevista concedida ao autor em janeiro de 2014 pelo diretor financeiro da Metalúrgica Riosulense S.A.

Com a abertura comercial foi complicado porque o Dólar estava fixo, e o Real supervalorizado. Então as montadoras não compravam quase nada no mercado nacional: elas importavam a um custo baixo, e ainda faziam isso de fornecedores já conhecidos, que elas estavam acostumadas a trabalhar. Ou seja: por que eles iriam desenvolver um fornecedor nacional? (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Ademais, também no mercado brasileiro de reposição de autopeças, as importações ganhavam força. Assim, ainda que não seja um período que tenha ameaçado, de fato, a sobrevivência da empresa, certamente o câmbio fixo – e supervalorizado – não condicionava nem encorajava a empresa a investir e ampliar seus negócios, dada a grande concorrência externa.

Com a flexibilização da taxa de câmbio, promovida pelo Governo Federal em janeiro de 1999, e a consequente maxidesvalorização que a atingiu, o panorama se inverteu. Uma vez que a Riosulense já possuía credibilidade junto a seus clientes, o que se expressava em um bom posicionamento no *after-market* nacional, a flexibilização da taxa de câmbio colocava à frente da empresa uma grande oportunidade.

Com efeito, esta oportunidade se materializou. O grande crescimento – bem como o forte investimento por detrás – que a empresa experimentou, quando passou também a atender as montadoras instaladas no país, é referido a seguir:

Em 1999, quando foi promovida a flexibilização do câmbio, a empresa teve um grande crescimento. Porque as montadoras nacionais passaram a comprar da Riosulense. Saímos de um faturamento de R\$500 mil com montadoras em 1999, para faturarmos R\$20 milhões, somente com elas, em 2003. Em 2013 faturamos R\$83 milhões com montadoras e a expectativa é de atingirmos R\$100 milhões neste ano [2014] (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

O vertiginoso crescimento da empresa traduziu-se pela conquista de posição de destaque no mercado nacional. Essa avaliação foi expressa na entrevista realizada:

Hoje somos muito respeitados e reconhecidos no mercado, justamente pela qualidade da nossa produção, pelo bom trabalho que desempenhamos aqui. Dificilmente nosso produto apresenta defeito. Até porque se o nosso produto não estiver de acordo com as especificações – em microns – o motor funde. E isso faz com que sejamos fornecedores de todas as montadoras de caminhões que estão no Brasil e, ainda, possuindo uma participação de 80% no mercado de reposição nacional nas linhas que atuamos (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Os anos 2000 representam a continuidade da tendência de crescimento, com consolidação da presença da empresa na esfera nacional. Consequentemente, é lógico pensar que seu papel é crucial na socioeconomia do município de Rio do Sul. A visão da própria

empresa revela convicção sobre isso: “Já há alguns anos atrás respondíamos por 11% do ICMS que retorna ao município” (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

A Riosulense atualmente emprega 1.050 funcionários. As atividades do seu processo produtivo incluem fusão, moldagem, centrifugação, usinagem e tratamentos térmico e superficial. Em 2013 foram utilizadas, em média, 1.700 toneladas/mês de metal líquido. Trata-se da maior fabricante latino-americana de guias, sedes e tuchos mecânicos de válvulas e fundidos em ligas especiais (RIOSULENSE, 2013, S.p.).

Cabe ressaltar que, apesar de todas as mudanças, transformando-se de uma pequena oficina em uma grande empresa metalmeccânica, a Riosulense manteve inalterada sua característica de empresa familiar, nativa de Rio do Sul. A tal característica associa-se o fato do “enraizamento” no território, aspecto que costuma ser referido com frequência em abordagens sobre o desenvolvimento econômico com dimensão espacial.

O “enraizamento” da Riosulense certamente repercutiu no desenvolvimento do município, bem como da região. Uma série de outros fatores, além da característica familiar, explicam por que a empresa nunca saiu da região e migrou, por exemplo, para a região de Curitiba ou para o ABCD paulista.

Ela continua em Rio do Sul primeiramente porque há um investimento consolidado muito grande aqui. O custo para mover toda essa estrutura seria gigantesco. Outra razão é que a distância não é mais um problema como era antigamente. Dentro de 24 horas nós conseguimos colocar nosso produto em São Paulo. [...] Outro fator que pesa é a mão de obra local. Ela é produtiva, a cultura do trabalho aqui é muito forte. O resultado disso é um produto bem fabricado. E quem diz isso não somos nós, são os nossos clientes de São Paulo, que afirmam a excelente qualidade da nossa mão de obra (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

O diretor financeiro ainda destacou a importância dos municípios vizinhos, que são próximos e estão bem conectados a Rio do Sul. Isso permite que a empresa utilize mão de obra da região: não menos do que 40% dela está fora de Rio do Sul. A empresa possui linhas próprias de ônibus, que vão aos municípios de Lontras, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga e Trombudo Central, para o transporte de trabalhadores – totalizando um perímetro de 60 quilômetros ao redor de seu parque fabril.

Além da mão de obra própria, a empresa polariza a região pelo uso de serviços de manutenção, transporte, construção civil e comércio. A Riosulense estima que está em contato com pelo menos 100 empresas da região, de diferentes portes, que prestam serviço a ela. Ganha destaque, nesse aspecto, o trabalho exercido pelo Sebrae. Ainda que se volte para o

apoio de micro e pequenas empresas, foi fundamental a parceria dessa instituição com a Riosulense. O diretor da unidade de Rio do Sul esclarece:

A gente [Sebrae] fez um trabalho em parceria com o IEL [Instituto Euvaldo Lodi], onde a gente capacitou quem presta serviço para a Metalúrgica Riosulense. Ela está em um nível que, quem vem prestar serviço para ela, tem que estar qualificado também. Então a gente conseguiu fazer esse trabalho – com essas empresas que prestam serviço – de qualificação, tornando algo homogêneo. A Metalúrgica vai bem, vai todo mundo bem (ANDRADE, 2010, S.p.).

Este fato apenas reforça a caracterização da Riosulense como uma espécie de empresa motriz – evocando as ideias de Perroux (1967), já tangenciadas no capítulo 2 – para a economia de Rio do Sul. É válido lembrar, nessa linha, que ela teve contribuição no surgimento de outras empresas, como pode ser considerado em relação ao caso da H-Bremer, cujo fundador trabalhou como torneiro mecânico na Riosulense.

5.1.2 H-Bremer³⁴

Em 1943, o casal Hermann e Lilly Bremer dão início às atividades da H-Bremer. Tratava-se de uma oficina que prestava serviço para serrarias e fecularias do município de Rio do Sul, do mesmo modo que a Riosulense. Os negócios cresceram, e logo a empresa passou a se preocupar em criar uma alternativa para sua sobrevivência, pois sabia-se que a extração madeireira teria um fim.

Como o fundador da empresa havia trabalhado com a manutenção das locomotivas da EFSC, ele possuía conhecimento prático de manutenção, montagem e fabricação de caldeiras. Assim, na década de 1960, inicia-se a produção de caldeiras.

Quando nós começamos a construir as caldeiras, elas eram baseadas na experiência do meu pai. Nem projeto ele fazia. Ele pegava uma chapa, e em cima dela ele riscava as especificações. E, mais tarde, eu comprei uma prancheta. Sem curso nenhum, não tenho curso de engenharia, não tenho nada – foi tudo na base do desenvolvimento próprio (ENTREVISTA REALIZADA COM O SÓCIO-PROPRIETÁRIO DA H-BREMER, JAN. 2014, S.p.).

³⁴ Os trechos citados nesta subseção referem-se à entrevista concedida ao autor em janeiro de 2014 pelo sócio-proprietário da H-Bremer & Filhos LTDA.

Com o desenvolvimento da atividade, em fins da década de 1970, a H-Bremer passa a profissionalizar suas práticas de produção. Seus diretores vão à Alemanha, devido a contatos estabelecidos naquele país. De lá, eles trouxeram o conhecimento técnico necessário à fabricação de caldeiras. E encontraram um importante espaço no mercado catarinense para atuar:

Aqui na região já se tinha muita disponibilidade do Pinnus de reflorestamento. E o Pinnus não era utilizado como combustível [as caldeiras até então fabricadas não queimavam esta madeira], ele era um resíduo. E então [após o retorno da Alemanha] nós conseguimos montar as primeiras caldeiras queimando Pinnus. A Perdigão, por exemplo, já consumia 400 metros cúbicos de lenha por dia, lenha nativa. E nós substituímos essa lenha nativa por Pinnus (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Como pode ser observado, as novas caldeiras permitiram, e impuseram, à H-Bremer uma nova dinâmica, bastante acentuada. Tanto é que na década de 1980 a empresa inaugura um novo parque fabril, o qual na década seguinte já se mostraria insuficiente, exigindo novos investimentos para o aumento da capacidade produtiva – mas sempre dentro do território rio-sulense.

A entrevista realizada informou que 80% da matéria prima da empresa é oriunda de São Paulo. E, que seu mercado de atuação é o brasileiro, com maior destaque para os estados do Sul e São Paulo. São 1.494 caldeiras H-Bremer instaladas no país, e 46 no exterior (H-BREMER, 2014, S.p.), respondendo por 10 a 15% do mercado nacional de caldeiras.

Estes dados permitem sugerir que a H-Bremer é, de fato, uma importante empresa do setor brasileiro de caldeiraria, sobretudo na região Sul do país. Compreender sua localização geográfica, contudo, necessita – mais uma vez – fazer referência ao “enraizamento”, dada a sua administração de caráter familiar.

Se fosse para você fazer hoje uma fábrica de caldeiras, você nunca a colocaria em Rio do Sul. Nunca. [...] Num centro maior, você consegue mão de obra com mais facilidade. Você consegue melhor logística: a BR-470 além do risco, tem o trânsito, e quanto mais lento o transporte, mais caro ele é. Teoricamente não tem lógica nenhuma produzir caldeira aqui (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Portanto, o primeiro fator explicativo da consolidação da empresa em Rio do Sul é o seu “enraizamento”, cuja análise histórica da constituição da H-Bremer permite identificar. O segundo aspecto, veementemente destacado pelo sócio-proprietário, diz respeito à mão de obra local.

O pessoal da nossa região é importante. Aqui [na H-Bremer] o pessoal é do interior, com formação toda no Senai, e depois com a complementação aqui dentro [...]. Isso é um patrimônio. O pessoal vem trabalhar, e são muito aplicados. A mão de obra na nossa região é boa. E isso não nos apeteceria a levar essa empresa para outra região. Isso eu não faria nunca. Eu estou bem aqui porque eu tenho a mão de obra. Por isso a localização da metalmecânica na região do Alto Vale do Itajaí, propriamente em Rio do Sul (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

O próprio posicionamento geográfico da H-Bremer permitiu interessante diálogo entre o seu sócio-proprietário e o diretor de uma empresa paulista, fabricante de tubos de aço, narrado na entrevista realizada na empresa:

Uma vez, o diretor de uma empresa, visitando nossas antigas instalações, me disse: “Eu não sei o que os meus belos tubos vêm fazer aqui neste fim de mundo”. Aí eu respondi para ele: “Os seus belos tubos vêm aqui para Rio do Sul ser industrializados de maneira que vocês não conseguem lá em São Paulo” (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Com cerca de 140 funcionários – dos quais 70% rio-sulenses e 30% do Alto Vale –, a empresa produz caldeiras com capacidade de gerar até 80 toneladas de vapor/hora, destinados a diversos segmentos industriais. Nos anos 2000, importantíssimos movimentos foram efetuados pela H-Bremer, envolvendo duas *joint-ventures* com o capital português – especificamente com a Marcovil Metalomecânica de Viseu.

A primeira delas é criada em 2000. Fabricante de equipamentos para movimentação e elevação de cargas, a Brevil possui 65 funcionários, e seu parque fabril se situa também em Rio do Sul. A segunda *joint-venture* foi instalada no município de Indaial, no Médio Vale. Trata-se da Grubras, fabricante de guias para construção civil.

A H-Bremer também representou fonte geradora de outras empresas, em movimento do tipo *spill-over*. De fato, algumas novas empresas foram criadas por ex-funcionários da H-Bremer. A entrevista realizada assim caracteriza esse processo:

É como uma árvore. Você planta, e cai uma semente do lado, que é o funcionário empreendedor. [...] E alinha-se, começa-se a avançar no desenvolvimento da metalmecânica na região. E isso vem com mais ou menos facilidade, depende da assiduidade do pessoal que trabalha, que aqui na região é muito bom (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Ganha destaque, nesse sentido, a trajetória da Metalciclo. Essa empresa foi comprada pela H-Bremer em 1985 e, na década de 1990, foi vendida a um ex-funcionário. Figurando como protagonista em *joint-ventures* e compra de ativos locais, a H-Bremer também pode ser entendida, como a Riosulense, como uma espécie de empresa motriz.

5.1.3 Metalciclo³⁵

A Metalciclo pertencia inicialmente à uma família rio-sulense composta por imigrantes austríacos, e que possuía experiência na fabricação de peças para bicicleta. Destacava-se a produção de contrapedais, que representou a base do desenvolvimento da empresa. Dificuldades enfrentadas, contudo, acabaram resultando na sua venda em 1985 para a H-Bremer.

Para administrar a empresa, foi convidado Milton Hobus, um ex-funcionário da própria H-Bremer.

Por ser do bairro [o mesmo em que se situa a H-Bremer], por ter uma atividade familiar longa, ele [Horst Bremer] queria comprar [a Metalciclo]. E ainda, queria que eu fosse gerenciar ela. E me fez a proposta de sociedade. A princípio eu fiz uma análise da empresa e achei que não valia a pena – ela devia mais do que valia. Mas mesmo assim ele fazia questão de comprar e me deu 30% do negócio, com o compromisso de eu devolver o recurso que ele estava colocando na empresa (ENTREVISTA REALIZADA COM O PROPRIETÁRIO DA METALCICLO, DEZ. 2013, S.p.).

Produzindo inicialmente contrapedais para bicicletas, destinados ao mercado brasileiro, no ano seguinte (1986) o dinheiro investido na compra da empresa já havia sido recuperado. Todavia, produzir contrapedais para bicicletas significava atender um mercado restrito, e seu mercado praticamente desapareceria, dada a disseminação do uso de freio livre.

A empresa também produzia pedais, mas em modelos e especificações que não resistiriam à abertura comercial brasileira. Entretanto, como empresa constituinte do setor metalmeccânico brasileiro, a Metalciclo iniciou sua modernização e reestruturação antes do “surto” neoliberal que atingiu a atuação do Estado brasileiro na década de 1990. Assim se referiu a esse processo na entrevista realizada:

Nós fabricávamos um tipo de pedal que, se eu continuasse insistindo naquilo, eu teria quebrado. Então, antes de começarem as importações de pedais diferenciados, eu fiz isso. [...] Desde 1986 eu viajo pelos continentes acompanhando os ciclos migratórios da produção de peças de bicicletas, e todas as suas tendências. Isso me dá uma condição muito privilegiada na tomada de decisões (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

³⁵ Os trechos citados nesta subseção referem-se à entrevista concedida ao autor em dezembro de 2013 pelo proprietário da Metalciclo LTDA, e também prefeito de Rio do Sul no período 2004-2012.

De qualquer modo, os desafios impostos pela abertura comercial eram relevantes: “Abriu-se o mercado do dia para a noite, uma invasão de produtos asiáticos, todo mundo voraz para importar. As grandes distribuidoras de peças de bicicletas se tornaram grandes importadoras e grandes concorrentes da indústria nacional. Foi um desafio muito grande” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Contudo, importante processo provocado pela abertura comercial foi a desverticalização nas atividades das montadoras nacionais de bicicleta. Com isso, a Metalciclo conseguiu tornar-se fornecedora das duas maiores montadoras de bicicleta do mercado brasileiro: Caloi e Monark. “Viramos uma referência no mercado nacional, e a empresa teve uma ascensão muito grande” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

A abertura comercial também acentuou um processo de mudança no mercado de bicicleta brasileiro, que se aproximou de tendências mundiais. A bicicleta deixou de ser somente um meio de transporte e se tornou igualmente um meio de lazer e prática de esportes. Essa evolução fez necessária a fabricação de produtos com maior valor agregado.

Em 1993, como destaca o jornal A Notícia (apud TOMASINI; HOERHANN, 2000, p. 170) a empresa já respondia por 70% dos pedais e descansos para bicicletas utilizados no Brasil. Em 1998, Hobus compra o restante da empresa e se torna o único proprietário. “Em função do trabalho que eu havia feito, ele [Bremer] fez questão que eu ficasse com a empresa. Comprei a empresa, duplicamos seu tamanho, e nos especializamos na fabricação de pedais” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Seis anos depois, no ano de 2004, é realizada uma *joint-venture* entre a Metalciclo, já líder na fabricação de pedais em escala de América Latina, e a italiana SelleRoyal, líder mundial na fabricação de *sellins*. A nova empresa, batizada de Royalciclo, consolida seu parque fabril em Rio do Sul, produzindo *sellins* das marcas do grupo SelleRoyal para toda a América Latina. “Eu fiz a joint venture justamente porque, se a gente ficasse só com pedais, com a tendência futura do mercado nós iríamos ficar muito vulneráveis” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

A *joint-venture* integra estratégia de produção protagonizada em nível global pela SelleRoyal, que possui fábricas na China, em Taiwan, na Inglaterra e na Itália, assim como operações nos EUA. Nesse contexto, a Royalciclo atende ao mercado latino americano produzindo – em sua própria unidade, em Rio do Sul – diversas marcas do grupo SelleRoyal: “Muitas vezes a nossa marca nem aparece, porque nós temos várias marcas e temos também a personalização do produto. Usamos as marcas SelleRoyal, Royalgel, Fizik, Brooks e muitas

vezes a marca da própria bicicleta, ou um personagem da bicicleta em sellins infantis” (METALCICLO, 2013, S.p.).

O proprietário da Metalciclo ainda destacou que a empresa é atualmente a maior da América Latina e a 5ª maior empresa do mundo na fabricação de pedais, tendo produzido 8,6 milhões de pares de pedais em 2013.

Nós fornecemos para todas as montadoras de bicicleta [que estão no Brasil], e temos uma grande participação no mercado de reposição nacional, que é bastante grande. [...] Hoje somos vistos pelo mercado como a principal e mais bem conceituada fábrica de peças de bicicleta de toda a América. Na avaliação feita por lojistas brasileiros, nos últimos 10 anos, nós sempre figuramos entre as marcas mais importantes, muitas vezes ganhando até da própria Shimano, que é um sonho de consumo mundial. Isso para nós é muito importante. [...] Nós somos uma referência. Eles [concorrentes] não entendem como nós somos o único fabricante de pedal que sobreviveu fora da Ásia – eles conseguiram fechar todo mundo. E assim nós estamos fazendo com os sellins também (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

É interessante notar que algumas etapas produtivas terceirizadas pela Royalciclo³⁶ são desenvolvidas em parceria com ex-funcionários da própria empresa. Tais empreendimentos encontram-se instalados também em Rio do Sul.

O faturamento da empresa, em 2012, foi de R\$ 46 milhões, e a previsão é atingir R\$ 80 milhões no ano de 2015, quando já estarão em operação novos investimentos. Nesse quadro, a Royalciclo passará a produzir mais um componente de bicicletas: o pé de vela. “[Será] um investimento de R\$ 12 milhões, e vamos gerar mais de 60 empregos nessa nova fábrica” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Dois outros aspectos, dizendo respeito à localização da empresa, merecem realce. Em primeiro lugar, o fato de que a Royalciclo está fora da grande área global de produção desse setor, que é o continente asiático. Em segundo lugar, ainda que esteja no Brasil, ela está fora da Zona Franca de Manaus, onde incidem fortes incentivos fiscais e onde se encontram os parques fabris das montadoras de bicicletas no Brasil.

Deve ser destacado, portanto, que o município de Rio do Sul se encontra “deslocado” geograficamente em relação aos principais processos desse setor, mas que, ainda assim, a Royalciclo mantém suas operações na cidade. Isso é considerado na empresa conforme a manifestação abaixo, captada mediante entrevista:

Nós não temos estradas, nós não temos acesso à matéria-prima, que está em São Paulo e Minas Gerais. Então é realmente um sacrifício de custo a gente estar aqui.

³⁶ A partir deste ponto do texto, entenda-se Royalciclo como o grupo formado pelas empresas Metalciclo e Royalciclo.

Mas no nosso caso o investimento que temos consolidado aqui é muito grande, e o custo para mover o parque fabril é alto. E temos respeito pelo time de 280 colaboradores que temos aqui. Mais da metade deles com mais de 5 anos de casa, e 1/3 com mais de 15 anos de casa. Então você tem uma história de vida com a comunidade, e isso para nós vale muito (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

O empresário ainda complementa, destacando a insistência da empresa em permanecer em Rio do Sul:

Seria melhor Curitiba, São Paulo, Manaus. Mas essa foi uma condição na época para que a gente fizesse a sociedade [com a SelleRoyal]. O que a gente tem, nós conquistamos aqui. Então há um pouco de raízes e, enquanto isso for possível, a gente vai manter aqui. Essa nova fábrica de pé de vela, por exemplo, as montadoras insistiram muito para que eu fizesse em Manaus, porque eles estão lá. [...] Mas em produtos mais focados para determinadas montadoras, talvez não conseguiremos fugir disso (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Outro entrave indicado pela empresa em Rio do Sul, e que também foi sinalizado por todos os outros entrevistados, é o baixo desemprego no município, que se traduz em dificuldade para contratar novos funcionários:

Nós não temos mão de obra suficiente. [...] Hoje Rio do Sul dá emprego para quase 20 mil trabalhadores da região. E mesmo assim temos dificuldades. Já temos uma comunidade de haitianos grande na cidade, e temos uma comunidade nordestina superior a 2 mil pessoas vivendo em Rio do Sul [ambas fontes de mão de obra para a indústria local] (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Por fim, foram apontados aspectos que favorecem a continuidade das empresas no município: “A importância de Rio do Sul como um polo industrial muito forte, principalmente o metalmeccânico – com várias empresas com parcerias internacionais – fez a nossa indústria rio-sulense se solidificar muito e se tornar muito importante no mercado brasileiro” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

A interação entre as empresas do setor metalmeccânico também foi considerada uma característica favorável, inclusive pelo que representa de induções ao surgimento de novas empresas. Tal foi o caso da interação entre a H-Bremer e a Metalciclo, como já assinalado. Mas não foi o único. A própria Metalciclo, antes impulsionada pela H-Bremer, promoveu ela própria outra empresa:

A gente conseguiu protagonizar, além da *joint-venture*, a Vedamotors. Que começou também muito pequena, e foi nessa visão de abertura [década de 1990] que eu levei o Felipe [proprietário da Vedamotors] para Taiwan, depois levei para a Itália [...]. Hoje a Vedamotors é uma potência (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

5.1.4 Vedamotors

Fundada em 1991, a Vedamotors é fabricante de juntas para motores, sobretudo de motocicletas. Inicialmente atendendo somente lojas de motocicletas, a empresa procurou atingir maiores níveis de qualidade e produtividade por meio da participação em feiras internacionais do setor.

Essa participação em importantes eventos rendeu frutos que se revelaram estratégicos: surgiu a proposta de sociedade com a empresa italiana Athena³⁷, que acabou adquirindo metade do controle da Vedamotors em 1998. A Vedamotors passou, assim, a ser responsável pela produção e distribuição de peças do grupo Athena na América Latina. “Esta nova fase da Vedamotors permitiu o acesso a uma gama de produtos de alta tecnologia, com ênfase nas linhas para motos de grande porte, motos *off-road* e linha náutica” (VEDAMOTORS, 2012, S.p).

Atualmente, a empresa possui cerca de 130 empregados, e produz mais de 4,5 milhões de peças por mês. É fornecedora das principais montadoras de motocicleta instaladas no Brasil, e também para fabricantes de equipamentos utilizados em jardins e no manejo de áreas florestais. No seu portfólio constam, por exemplo, juntas em papelão hidráulico, juntas metálicas, juntas em borracha e produtos químicos.

Por fim, ainda fornece suas juntas e sistemas de vedação para outras indústrias. Nesse sentido, destacam-se três clientes: a Raisman (de Canoas/RS), a Schulz (de Joinville/SC) e a Bovenau (de Rio do Sul/SC).

5.1.5 Bovenau

A Metal Técnica Bovenau LTDA foi fundada em 1989. Trata-se de uma empresa que surge intimamente ligada ao setor de produção de fécula de mandioca. Isso porque ela nasce a partir da Cassava/SA, empresa rio-sulense produtora de fécula e amido de mandioca – fundada na década de 1950.

³⁷ A empresa é líder mundial na fabricação de elementos para vedação para motores. Possui unidades de fabricação na Itália, Espanha, EUA, Índia, China e no Brasil, com a Vedamotors.

A decisão de criar a Bovenau, por parte da Cassava, ocorreu a partir de contato com a Autolatina (antiga *joint-venture* entre Volkswagen e Ford), em torno do fornecimento de macacos hidráulicos para a linha de caminhões.

Cabe lembrar que a Bovenau foi criada em momento que apresentou o início, praticamente, do processo de abertura comercial desencadeado no Brasil, provocando reestruturação produtiva no parque fabril do país. Todavia, essas mudanças não representaram, na sua continuidade, desafios à sobrevivência da Bovenau. “Por fornecer produtos OEM (Original Equipment Manufactured) para montadoras, o foco na qualidade total e excelência na fabricação dos produtos acompanha a empresa desde o nascimento” (SCHMIDT, 2014, p. 7).

Em outras palavras, a Bovenau nasceu fornecendo para clientes que requerem qualidade muito alta e preços bastante competitivos. Assinale-se que a empresa já se encontrava participando de feiras internacionais de seu setor nesse período.

Em 1997, a empresa passou a atender também o mercado de reposição brasileiro. Assim, ocorreu ampliação da linha de produtos fabricados, da própria participação de mercado e do porte da empresa. Nesse período, crescia o interesse da alemã Weber-Hydraulik, maior fabricante mundial de cilindros hidráulicos, pelo mercado brasileiro, tendo em vista o iminente início da fabricação de caminhões do tipo *front-line* no Brasil, que necessitam de *tilt-cabs* para o basculamento da cabine.

Assim, iniciam os contatos para o estabelecimento de uma parceria entre a Weber-Hydraulik e a Bovenau:

Os diretores brasileiros perceberam a oportunidade de ganho de *know-how* tecnológico e mercadológico a partir desta possível parceria. Do outro lado, os diretores alemães sabiam que a experiência da Bovenau no setor de autopeças brasileiro e no fornecimento a montadoras seriam importantes para a entrada no Brasil (SCHMIDT, 2014, p. 11).

Começam a ocorrer as primeiras visitas entre as empresas, e a criação de uma possível *joint-venture* tornou-se cada vez mais próxima.

No início de 2003, intensifica-se o interesse da empresa Weber em fabricar *tilt cabs* no Brasil para atender o mercado brasileiro. Porém, um antigo concorrente brasileiro da Bovenau que produzia macacos hidráulicos também tinha interesse em formar esta parceria com a empresa alemã. Após algumas reuniões, em março de 2003, a formação da JV entre o concorrente brasileiro e a Weber era dada como certa. Ao saber desta informação após um encontro no Brasil, o CEO da Bovenau comunica a Weber que a Bovenau também entraria neste mercado, com ou sem os alemães. [...] No dia seguinte a este encontro em São Paulo, e de forma inesperada, o CEO da

Bovenau recebe uma ligação para uma nova conversa e reunião, e então abre-se a oportunidade para que, após duas semanas, a Bovenau apresentasse um *business plan* para os diretores da empresa alemã. O plano foi apresentado e aprovado [...] (SCHMIDT, 2014, p. 10)

Assim, em 2004 é firmada a *joint-venture* com a alemã Weber-Hydraulik, surgindo em Rio do Sul a Weber-Bovenau. Para a empresa alemã, essa foi a primeira unidade produtiva fora de seu país de origem, fazendo parte da internacionalização de suas operações, do que resultou estrutura que conta com três unidades produtivas na Alemanha, duas no Brasil (Rio do Sul e Caxias do Sul/RS), e uma em cada um dos seguintes países: Áustria, Polônia, EUA, Canadá e Índia. Para a empresa rio-sulense, a *joint venture* constituiu etapa decisiva para um maior alinhamento de sua produção com os padrões do mercado internacional.

A Weber-Bovenau produz *tilt cabs*, atendendo diretamente às montadoras instaladas no Brasil – e que passavam a produzir caminhões do tipo *front-line*, conforme já indicado. Em 2012, todavia, a Weber-Hydraulik assumiu o controle total da Weber-Bovenau, deixando de existir a última marca.

No ano de 2011 [...] a Weber-Hydraulik [...] decide comprar o grupo Hyco International, [...] que possuía [...] uma unidade em Caxias do Sul [...] Como previa o contrato da JV, a Bovenau deveria comprar 50% da fábrica brasileira da Hyco. A diretoria da Bovenau analisou a compra da metade da fábrica da Hyco, e após análise econômica, concluiu que o valor a ser pago era alto e considerado acima do valor de mercado. Por estes motivos, optou por não exercer a compra em sociedade. A Weber decidiu assim mesmo manter a oferta de compra da Hyco, incluindo a fábrica no Brasil, e desta maneira, de forma súbita, em fevereiro de 2012, a Weber deveria adquirir a parte da Bovenau na JV (SCHMIDT, 2014, p. 11).

Em 2013, a Bovenau cria a empresa Riosul Tools, fabricante de ferramentas profissionais, objetivando atender clientes com o mesmo perfil da empresa – isto é, produtos de alta qualidade. A Bovenau atinge 2014 exibindo os seguintes indicadores:

A Bovenau possui uma das maiores linhas de macacos hidráulicos do mundo, com mais de 80 modelos com capacidade de carga de 1,5 a 100 TON, além de produzir e comercializar equipamentos hidráulicos para os setores automotivo e industrial. É fornecedora exclusiva de praticamente 90% das montadoras de caminhões instaladas no Brasil e América do Sul, e líder de vendas no segmento de macacos e equipamentos hidráulicos neste mesmo mercado. [...] No mercado sul-americano, é considerada a única empresa a cumprir todas as normas e regulamentos internacionais para o fornecimento de macacos hidráulicos para montadoras de caminhões. Possui certificação ISO 9001, ISO 14001, ISO/TS 16949 e Q1 da Ford (SCHMIDT, 2014, p. 7).

Ademais, possui duas unidades fabris – Rio do Sul e Laurentino –, empregando, juntas, 175 funcionários.

5.1.6 Frahm³⁸

A Frahm é fabricante de caixas acústicas e amplificadas. É uma das empresas de Rio do Sul que mais permitem falar em, por assim dizer, anomalia, com respeito à relação entre sua localização geográfica e o seu setor produtivo. No decorrer de sua trajetória produziu também rádios e *CD Players*. Seu fundador, um imigrante alemão, trabalhou numa oficina de consertos de rádio em Rio do Sul. Com a experiência que adquiriu, bem como uma pequena quantia de capital, Norberto Frahm decide abrir sua própria loja, para vendas e consertos de rádios, em 1952.

A loja logo se firmou no mercado regional, tendo em vista dois grandes diferenciais oferecidos por Frahm: 1) desenvolvimento de um dispositivo que impedia a queima dos aparelhos; 2) reajuste das bobinas dos aparelhos, para sintonização de rádios alemãs e italianas.

Dadas essas modificações necessárias nos aparelhos da região, Frahm começou a comprar “kits” de rádios de São Paulo, que recebia em sua loja, montava e então revendia. Como os rádios da loja Frahm sintonizavam muito bem e não queimavam, a loja se consolidou, e o fundador não demorou em começar a fabricar, de fato, o seu próprio aparelho.

Acrescentou-se aos diferenciais do produto Frahm o menor preço em relação ao rádio importado, que o imigrante da região comprava para poder sintonizar as rádios europeias.

Com a fabricação própria de rádios, aumentaram as viagens do fundador a São Paulo, especificamente para o bairro Santa Ifigênia, para aquisição de peças e componentes. Daí foram surgindo importantes contatos, como com o proprietário da Gradiente – empresa paulista fabricante de produtos eletroeletrônicos.

No período em que a Frahm progredia com base em seus diferenciais ao mercado, a economia brasileira atravessou um período de forte crescimento, com notável expansão no consumo de bens duráveis. Todavia, a grande alavanca na década de 1970 – período que abrange o “milagre econômico brasileiro” – era constituída com os reflexos da política de Industrialização por Substituição de Importações.

No caso do complexo eletrônico brasileiro, essa década marca a elevação das taxas de importação de um rol de produtos eletrônicos por parte do governo federal – ver, por

³⁸ Os trechos citados nesta subseção referem-se à entrevista concedida ao autor em dezembro de 2013 pelo sócio-proprietário da NH Indústria e Comércio LTDA, fabricante das marcas Frahm e Hinor.

exemplo, Batista (2010). Com efeito, a trajetória da Frahm apresentou forte ascensão nesse período.

Em 1975 a empresa contava com 95 funcionários, tendo produzido, naquele ano, 38 mil unidades (entre rádios e caixas amplificadas) (FRAHM, 2012, p. 12). Apenas um ano depois, em 1976, a produção da empresa já havia quase que duplicado: “eram 143 funcionários responsáveis por cerca de 70 mil unidades (entre rádios e conjuntos de som)” (FRAHM, 2012, p. 12). Em 1977 iniciava-se a construção do novo parque fabril, em Rio do Sul, no mesmo ano em que foi fundada a Frahm Eletrônica Ltda. Em 1978 já eram 300 os funcionários presentes, e a produção atingiu 100 mil unidades. Em 1979, a Frahm “já era considerada a primeira fonte de arrecadação do município” (FRAHM, 2012, p. 14).

Em 1986 é criada pela Frahm a empresa Hinor Componentes Eletrônicos, fabricante de alto-falantes, bobinas e micromotores. Nesse mesmo ano, o grupo Frahm atingia a marca de 800 funcionários. Em 1988, devido aos incentivos fiscais do governo federal, a Frahm inaugura uma unidade de processos industriais e comerciais na Zona Franca de Manaus.

Em 1990 são inauguradas em Rio do Sul novas instalações para a Frahm Móveis e Componentes de madeira. Além da própria Frahm, essa empresa atendia empresas nacionais e internacionais do ramo.

Em 1991 a Frahm chegou à marca de 1500 funcionários – sendo 1100 em Rio do Sul. Entretanto, a primeira metade da década de 1990 significaria o maior desafio que a empresa já vivenciara. “Graças ao regime neo-liberalista e às novas medidas legais impostas pelo governo, a empresa se viu obrigada a reestruturar seu funcionamento” (FRAHM, 2012, p. 19).

Assim, acentuava-se a necessidade do deslocamento da produção de componentes eletrônicos para Manaus, a fim de usufruir de novos incentivos fiscais.

Basicamente, o Collor abriu as portas, só que de um dia para o outro. E naquela época, quando ele aumentou o IPI, ficou inviável produzir eletrônicos aqui [em Rio do Sul]. E a gente foi pra Manaus. A empresa investiu uma fortuna para transferir parte do parque fabril pra lá. Só que isso teve um custo muito alto. E naqueles anos, na primeira recessão que deu no mercado, com a abertura de importação, as lojas compraram muito menos [das fabricantes nacionais]. Foi aí que a empresa enfrentou um déficit financeiro muito grande, e entrou em concordata (ENTREVISTA REALIZADA COM O SÓCIO-PROPRIETÁRIO DA NH, DEZ. 2013, S.p.).

A repentina abertura de mercado causou um grande impacto na Frahm, pois uma reestruturação fez-se necessária, tendo em vista, inclusive, o processo de concordata em que a empresa se viu envolvida. Uma consequência direta e lógica foi o enxugamento da mão de

obra, que caiu de um total de 1500 para menos de 400 funcionários (no período 1994-1998). A produção de CD Players e aparelhos “3 em 1” foi abandonada.

No nível propriamente municipal, os impactos desse enxugamento certamente foram fortes. Em menos de quatro anos, a empresa perdeu 700 funcionários. A repercussão na vida da empresa das decisões e medidas tomadas na esfera política, no plano nacional, é claramente referida pelo sócio-proprietário da Frahm:

Quando a gente teve que negociar alguma coisa, em função da concordata, a contribuição política foi zero. O governo [...] não tem uma visão estratégica de longo prazo para a indústria. [...] Tanto na parte municipal, estadual ou federal, a formação de uma política industrial é muito fraca. Então é um salve-se quem puder (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Claro que a abertura comercial brasileira não afetou apenas a Frahm. Todo o setor de eletrônicos em atuação no país foi implicado.

Naquela época [abertura comercial] fecharam todas. Eu me lembro, quando nós chegamos em Manaus, a Gradiente tinha 3 mil funcionários. A CCE tinha 10 mil. A Gradiente não existe mais, está vendendo a marca, negociando. A CCE não existe mais. Então, sumiram as empresas de eletrônico no Brasil, mesmo em Manaus. E as produtoras de componentes no Brasil também sumiram. Faltou visão, uma estratégia de política econômica para a área de eletrônicos (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Porém, apesar do processo de concordata, a Frahm não desistiu de manter-se viva no mercado. Uma ampla e profunda reestruturação foi, todavia, necessária, atingindo toda a empresa. “Foi um recomeço bastante difícil: redefinir a história da empresa, começar tudo de novo. Lá [em Manaus] não havia condições financeiras de tocar, e a gente recomeçou aqui [Rio do Sul], do zero mesmo. Redefinir produto, mercado e clientes. Foi um duro recomeço” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

A Frahm incorporou todas as empresas de seu grupo (Frahm Eletrônica, Madefrahm, Hinor), e optou por focar-se na produção de alto-falantes com a marca Hinor e também na produção de caixas amplificadas com a marca Frahm. A decisão surtiu efeito, pois em 2000 a empresa já quitava a concordata e recuperava o seu posicionamento no mercado. Os números da produção em 2002 são sugestivos: “[...] a produção já alcançava [...] cerca de 135 mil caixas com a marca Frahm e 1,1 milhão de alto-falantes com a marca Hinor por ano, com um quadro de 300 funcionários” (DANTAS, 2011, S.p.).

Concomitantemente à sua recuperação, a empresa atingiu uma marcada verticalização. “A gente atua em vários ramos: temos a maquinaria, a eletrônica, a mecânica

(fabricamos carcaças, temos tornos de usinagem aqui). É uma empresa eletromecânica. Temos ainda marcenaria e transformação plástica” (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Além de apresentar-se fortemente verticalizada, o que remete à problemática da agregação de valor no seio da empresa – com reflexos, ao menos em potencial, na arrecadação dos cofres públicos em Rio do Sul –, vários foram os funcionários da Frahm que saíram para a abertura de negócios próprios.

Muitas empresas surgiram em função da Frahm. Na terceirização, por exemplo: metalização, ferramentaria, fabricantes de máquinas, marcenaria, usinagem. São ex-funcionários que saíram e criaram empresas próprias em Rio do Sul. A Frahm é uma escola para muita gente. Então tem gente que vem aqui e depois abre um negócio próprio, voltado para nos atender ou não. Nós temos uma rede de terceirização na cidade, que trabalha em função da empresa também. Apesar de sermos bastante verticalizados, existe muita coisa terceirizada (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Movimentos migratórios, em maior ou menor intensidade, podem ser ligados à dinâmica da Frahm:

Os engenheiros, nós temos que trazer de São Paulo, do Rio Grande do Sul. A parte de engenharia nunca teve aqui [em Rio do Sul]. Mesmo os técnicos, a gente tinha cursos pelo Senai, por exemplo, para formar aqui. Pagava para formar porque não tinha escolas, e isso é um problema ainda hoje. Dependemos do pessoal do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Ainda assim, impera a mão de obra de origem rio-sulense na empresa: aproximadamente 80% dos funcionários são do município, segundo informação captada por meio de entrevista.

Há outros problemas que dificultam a atuação da empresa, tendo em vista a sua localização no município de Rio do Sul. Um deles é que praticamente todos os processos relacionados ao desenvolvimento tecnológico dos produtos fabricados pela empresa estão fora do Brasil. Esse aspecto mereceu destaque na entrevista.

Existe tecnologia que é desenvolvida no Japão, nos EUA, em função do nosso [Frahm] conhecimento de mercado. A parte de Bluetooth e USB vem da China – a gente faz o projeto e eles customizam. Já o Brasil não fabrica mais nada na parte eletrônica. Ele deixou desaparecer todo o polo eletrônico que tinha. [...] É por isso que a nossa ligação de componentes é toda com o exterior, tecnologia totalmente fora do Brasil. A Coréia do Sul tem um bom polo, Taiwan tem, a China tem. A indústria de base eletrônica nesses países é forte. Os EUA estão repatriando todas as empresas de alta tecnologia para o desenvolvimento e produção de componentes. E o Brasil está sempre no caminho contrário, sempre. Na balança comercial, um dos maiores déficits é do setor eletrônico. E mesmo com esse indicativo, não há política clara. O setor eletrônico não é importante para o governo, e nem vai ser em prazos tão curtos. Mas nós temos aqui [em Rio do Sul], por exemplo, a marcenaria

completa, o centro de usinagem [...]. Existe muita coisa que, no Brasil, você é obrigado a verticalizar para conseguir o nível de qualidade que precisa para o mercado, para o cliente (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

O distanciamento geográfico de Rio do Sul em relação aos grandes centros urbanos brasileiros já não representa fonte de problemas para a Frahm. Historicamente, entretanto, este foi um atributo adverso.

Antigamente a Frahm só tinha o conhecimento para fabricar o rádio. De resto, não tinha nada em Rio do Sul: não tinha logística, não tinha nada. Ter uma empresa eletrônica em Rio do Sul era uma coisa totalmente fora do foco. Mas continua aqui, porque melhorou a comunicação, a infraestrutura [em relação à década de 1960] (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Nesse sentido, foram de crucial importância os intensos investimentos públicos realizados em fins da década de 1960 e na década de 1970, envolvendo, por exemplo, a atuação do PLAMEG. Esses investimentos contribuíram fortemente para melhorar a infraestrutura do município. O sucateamento da máquina pública nas décadas de 1980 e 1990, contudo, transformaram relevantes obras – como a BR-470 – em profundos problemas.

Cabe assinalar, por fim, que a Frahm exibiu em 2012 os seguintes indicadores: pouco mais de 400 funcionários e faturamento anual de R\$80 milhões.

5.1.7 Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul – Simmers³⁹

O sindicato patronal do complexo eletrometalmecânico rio-sulense foi criado em 1973. Sua existência pode ser dividida em duas fases: a primeira, de 1973 até fins da década de 80, onde o Simmers atuou como um órgão representativo; a segunda fase, do início dos anos 90 – período da abertura comercial brasileira – até atualmente, onde a entidade passa a interferir, de fato, no processo de qualificação e capacitação dos trabalhadores e empresários.

Vale sublinhar que foi justamente na década em que a madeira deixou de ser a atividade econômica motriz do município e da região que se deu a criação do Simmers. Isso

³⁹ Os trechos citados nesta subseção referem-se à entrevista concedida ao autor em janeiro de 2014 pelo diretor executivo do Simmers.

não causa surpresa, já que os complexos eletrônico e metalmeccânico se apresentavam como uma grande oportunidade para o município manter o seu dinamismo econômico.

Como a atividade madeireira dominava a economia local, alguns desafios eram impostos ao complexo eletrometalmeccânico: “Trabalhar com madeira é uma coisa, com ferro é outra. Teve-se que reeducar toda a mão de obra para trabalhar com metal. [...] E se começou a ter uma evolução de conhecimento muito grande” (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR EXECUTIVO DO SIMMMERS, JAN. 2014, S.p.).

É por isso que uma das primeiras conquistas da entidade, pouco depois da sua criação (1973), foi levar para Rio do Sul o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina (Senai), que teve como primeiro curso oferecido no município o de ajustador mecânico. “E aí começou a questão da representatividade do Simmmers. Com um assento na Fiesc, conseguiu-se o Senai” (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Foi esse o ponto de partida do processo de qualificação da mão de obra para o trabalho no setor. Na sequência, novas necessidades do complexo eletrometalmeccânico começaram a surgir, interpelando a capacidade de resposta dos agentes implicados. A entrevista realizada junto ao Simmmers é eloquente a respeito:

Até o final da década de 1980 o Senai era uma escola com curso de ajustador mecânico. Mas aí a indústria metalmeccânica tinha necessidade de algo a mais. [...] O sindicato foi chamado para interferir junto à Federação, ao Senai, para que ele saísse de um cursinho de ajustagem mecânica e fosse para um nível de curso técnico. E aí entra a história de investimento forte do sindicato com recursos próprios (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

A partir do início dos anos 1990 o Simmmers passa, portanto, a atuar não apenas representativamente, mas também financeiramente na qualificação da mão de obra local. Centralizando recursos das diferentes empresas do complexo eletrometalmeccânico rio-sulense, o sindicato operou em parceria com o Senai: “Por exemplo, o Senai colocou que: ‘Podemos fazer o curso e instalar os equipamentos, mas não temos como construir o prédio’. Aí nós dissemos: ‘Então nós construímos, e vocês colocam os cursos’” (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Conforme observado na evolução histórica das empresas, apresentada anteriormente, o crescimento das atividades metalmeccânicas nas décadas de 1990 e 2000 foi notável, o que representou maiores demandas junto às instituições de ensino. Todavia, mesmo com o forte crescimento da estrutura do Senai em Rio do Sul, essa instituição já não atendia a todas as

necessidades desse complexo industrial. Assim, ganhou vulto nos anos 2000 a atuação da unidade rio-sulense do Instituto Federal Catarinense – IFC.

Como nós tínhamos muita necessidade e o Senai já não conseguia atender tudo sozinho, o IFC se disponibilizou a investir na educação. E aí nós [Simmmer] também entramos com investimentos. Hoje o IFC tem dois blocos na unidade urbana [de Rio do Sul]. No primeiro bloco, eles tinham o dinheiro para construir, mas não tinham o projeto. Então nós pagamos o projeto para eles poderem fazer o prédio. E no segundo bloco, por ironia, foi mais ou menos a mesma história. Então nós bancamos o projeto de novo, e tudo com recursos próprios (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Em 2008 começou a se manifestar uma das situações mais gritantes no que se refere à lentidão no funcionamento do setor público no município. Tal cenário envolve a implantação de um prédio do Centro de Educação Profissional do Alto Vale – Cedup. Trata-se de um investimento de R\$8 milhões, realizado pelo poder público, materializados em 3 mil metros quadrados de área construída contendo laboratórios, salas de aula, biblioteca e auditório. O Cedup objetiva a oferta de cursos de mecânica e fabricação mecânica. O grande problema é que essa estrutura foi “finalizada” em junho de 2012, mas, até o momento em que este trabalho é escrito, o Cedup ainda não começou a funcionar. A situação não deixou de ser mencionada com destaque na entrevista.

O Simmmers investiu no Senai, investiu no IFC, e pasme: em 2008 nós começamos a desenvolver um projeto junto com o governo do estado, junto com a SDR local, junto com a Secretaria de Educação para trazer uma escola do Cedup para Rio do Sul. Conseguimos agilizar projeto, projeto de edificação, projeto de custo. Nós [Simmmer] fomos ao MEC para viabilizar essa escola. Temos R\$8 milhões de investimento em uma escola que está pronta, equipada, e que está parada há 2 anos. [...] O Cedup foi apoiado pelo sindicato por que a indústria metalmeccânica precisa de mais qualificação. O Senai e o IFC sozinhos não dão conta (ENTREVISTA..., 2014, S.p.).

Cabe finalizar esta seção transcrevendo depoimento do diretor executivo do Simmmers, sobre o que este considera serem os diferenciais do município para atividades industriais. A fala inclui igualmente uma visão sobre os problemas ou obstáculos enfrentados. Em conjunto, os aspectos abordados fornecem uma ideia de como o empresariado local enxerga o seu próprio local de atuação.

O trabalhador aqui é comprometido, se qualifica relativamente fácil – vai atrás do conhecimento –, gosta de trabalhar. Então, há certos fatores da população que favorecem as empresas a ficarem aqui. E outra coisa: as pessoas nasceram aqui, as famílias são daqui, as raízes estão aqui. Há todo um fator cultural em volta disso. [...] Não há estrada, não há hidrovía, não há ferrovia. A dificuldade é o tempo de

deslocamento numa BR-470, sem contar o risco de morte. Tem tudo que conspira contra, só que tem um detalhe: daqui sai um bom produto, que tem qualidade. Por que o povo produz qualidade. Acho até que por essa dificuldade, por essa distância, por ser um produto que lá fora irão dizer que é de Rio do Sul, é que a sociedade local se esmera, se esforça pra fazer melhor. Isso é um diferencial da região.

5.2 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O setor de alimentos, sob o ponto de vista do número de empregos e do volume de comércio exterior, é largamente representado por uma única empresa de grande porte: o Frigorífico Riosulense, ou Pamplona Alimentos. Porém, tem relevância, sobretudo pelo ângulo histórico, o papel desempenhado pela Cassava. Começa-se tecendo algumas considerações sobre essa empresa.

5.2.1 Cassava

Fundada em 1954, em Rio do Sul, a Cassava S.A. iniciou suas atividades como transformadora de mandioca em fécula e amido de mandioca. Durante o período 1954-75 houve grande crescimento do cultivo de mandioca no Alto Vale e, por consequência, multiplicaram-se as fecularias, entre as quais a Cassava. Todavia, desde então outras regiões do Brasil se mostraram muito mais adequadas ao plantio da mandioca. A colheita, que no Alto Vale levava até 24 meses, em regiões como o noroeste do Paraná levava apenas 8 meses.

Desse modo, já não era mais interessante o desenvolvimento daquela atividade na região, que foi uma das mais importantes daquela atividade no cenário nacional⁴⁰. A Cassava, naturalmente, acompanhou o movimento de traslado das empresas do setor para as novas regiões. Todavia, manteve seu escritório central em Rio do Sul.

A primeira unidade fabril fora do Alto Vale foi implantada em 1983 no município de Paranavaí, no noroeste do Paraná. Com 42 funcionários (COSTA, 2012, p. 172), essa unidade produz amido de mandioca e amido modificado. A segunda unidade fabril se concretizou em 1997, no município de Maripá – localizado na região Oeste paranaense. Ali, produz-se amido de mandioca, amido modificado, amido pré-gelatinizado, dextrinas e maltodextrinas. Por fim,

⁴⁰ Estudo realizado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2013), da USP, revela que em 2012 o Alto Vale passou a contribuir com apenas 0,1% na produção nacional de fécula.

a empresa inaugurou a terceira unidade fabril no município de Glória de Dourados, sudoeste de Mato Grosso do Sul: “Unidade essa implantada no ano de 2000 com incentivos do município (doação do terreno e terraplanagem da prefeitura), e fiscais do Estado, bem como a pavimentação asfáltica até o pátio da indústria” (COSTA, 2012, p. 76). São empregados, nessa fábrica, 30 funcionários (SEPROTUR, apud COSTA, 2012), atuando na produção de amido de mandioca, amido modificado e sagu de mandioca. Cada uma dessas unidades têm capacidade de processamento de 300 toneladas de mandioca por dia.

No que diz respeito à economia de Rio do Sul, propriamente, a saída das unidades produtivas da Cassava não significou perda de relevância econômica direta da empresa. A razão é que, em 1989, essa empresa criou a Bovenau, empresa metalmeccânica já abordada anteriormente neste estudo.

5.2.2 Frigorífico Riosulense

Fundado em 1969, as atividades do Frigorífico Riosulense tiveram início, todavia, já em 1949, quando o casal Lauro e Ana Pamplona iniciou, meio por acaso, o abate de bois. “Toda a atividade da matança era manual, com ferramentas rústicas, muitas vezes confeccionadas por nós. [...] Não sabíamos cortar um boi, íamos conversando e vendo o melhor lugar para cortar, ou seja, nas juntas” (PAMPLONA, 2002, p. 49).

Com o crescimento do negócio, em 1968 o casal termina a construção do novo frigorífico, localizado às margens da BR-470, onde hoje se encontra a matriz da empresa. A consolidação do fornecimento de energia elétrica pela Celesc, em Rio do Sul, teve grande importância para o negócio, pois dependia dela o armazenamento e a conservação da carne. Isso sugere a importância de ações do governo estadual voltadas à infraestrutura, cabendo referir aqui especificamente ao PLAMEG.

De início, como a venda era toda local, o próprio crescimento populacional de Rio do Sul contribuía fortemente para alavancar os negócios do frigorífico. “Com o desenvolvimento da comunidade de Rio do Sul foram surgindo os supermercados. Atentos às mudanças do comércio, [...] passamos a vender diretamente aos mercados” (PAMPLONA, 2002, p. 78). Mas já era possível também vender para além de Rio do Sul, e o frigorífico passava a atender as regiões de Lages, Florianópolis, Itajaí, Blumenau e Joinville.

As décadas de 1970 e 1980 representaram período de grande modernização para a empresa. O avanço tecnológico e o fornecimento consolidado de energia elétrica em Rio do Sul permitiam ao Frigorífico Riosulense contar com câmaras frigoríficas e com maquinário para o corte e processamento da carne, entre outros bens de capital. O mercado brasileiro crescia, e as perspectivas para alcançar o mercado externo eram motivadoras. “Com o mercado brasileiro em crescimento e as portas das exportações se abrindo para o nosso estado, houve a necessidade de ampliar a capacidade produtiva” (PAMPLONA ALIMENTOS, 2013, S.p.).

É nessa época que o Frigorífico Riosulense conquista o selo do Serviço de Inspeção Federal – SIF, importante para destacar a qualidade de seus produtos. Havia convicção na empresa que esse passo era fundamental, pelo que se depreende da informação apresentada pelo presidente do conselho administrativo:

Nós saímos de um açougue, passamos pra um abatedouro melhorado e aí nosso pai, mais uma vez idealista, disse: “Eu quero ter um frigorífico com Inspeção Federal”. E não existia no estado de Santa Catarina Inspeção Federal. Existia um comentário muito forte que, quem não instalasse a Inspeção Federal, ia ter que ser lacrado, parado (PAMPLONA, apud ESTADO DE EXCELÊNCIA, 2012, S.p.).

Uma estratégia de verticalização das atividades foi colocada em prática, visando aumentar a qualidade do já denominado produto Pamplona. Na década de 1980 foi inaugurada a fábrica de rações da empresa, em Laurentino (no Alto Vale). No final daquela década, em 1989, o Pamplona adquiriu um frigorífico no município de Presidente Getúlio – também no Alto Vale –, e aumentou sua capacidade produtiva, sobretudo no que diz respeito à produção de carne suína.

Um aspecto importante do contexto em que passou a operar o Pamplona, na década de 1990, é que, para potencializar a entrada – não apenas da empresa, mas da agroindústria catarinense como um todo – no mercado externo, as empresas estaduais do setor se reuniram, protagonizando um esforço conjunto, a fim de consolidar o status de Santa Catarina como único estado brasileiro livre de febre aftosa sem vacinação.

“[O] Pamplona participou na decisão e na tomada de ação há 20 anos, e não foi só a empresa. Foi juntamente com a Sadia, a Seara, a Perdigão, (...) fizemos um acerto entre as agroindústrias: sem essa condição sanitária agroindústria nenhuma consegue exportar carne – nem de frango, nem de suíno, nem de bovino” (PAMPLONA, apud ESTADO DE EXCELÊNCIA, 2012, S.p.).

Assim, juntamente com o governo do estado, teve lugar uma forte parceria para fiscalizar e promover a carne produzida em território catarinense, o que possibilitou o início das exportações – no caso do Pamplona – já na década de 1990. O processo desenvolveu-se progressivamente, segundo a narrativa registrada em entrevista na empresa.

O diferencial dos anos 1990 para a empresa foi a mudança de foco das atividades. Sempre fomos focados no abate de bovinos – abatíamos 200, 300 bovinos por dia. Mas na década de 90 foi comprada a unidade de Presidente Getúlio, focada somente em suínos. Ali começamos a mudar o negócio, indo para o abate de suínos, e que começou a crescer ano a ano. Em 1998 ocorreu a primeira exportação de carne suína – abrindo o Pamplona para o mundo. Começamos exportando para Hong Kong, e hoje exportamos 50% da produção” (ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR DE EXPANSÃO DE NEGÓCIOS DA PAMPLONA ALIMENTOS, DEZ. 2013, S.p.).

Usufruindo do status de processadora de carne livre de febre aftosa sem vacinação, a empresa alcançou e fortaleceu-se no mercado externo, sobretudo no início dos anos 2000, quando o câmbio brasileiro passou a ser flexível, alavancando as exportações. Atualmente o Frigorífico Riosulense vende carne suína para mais de 30 países, consolidando-se como uma das maiores empresas exportadoras desse tipo de carne no Brasil.

Em 2013, o Frigorífico Riosulense alterou a sua razão social para Pamplona Alimentos. Note-se igualmente que a empresa terceiriza a industrialização de embutidos em dois frigoríficos do Rio Grande do Sul, nas cidades de Tupancreretã e Estação – Mesorregiões Centro Ocidental e Noroeste Rio Grandense.

Trata-se, vale enfatizar, da maior empresa rio-sulense em termos de faturamento, que atingiu R\$600 milhões em 2012, outorgando a 555ª posição no ranking das 1000 maiores empresas brasileiras (VALOR ECONÔMICO, 2012). Em Santa Catarina, é a 11ª maior empresa exportadora (FIESC, 2013). Destaca-se que o estado é o maior produtor e exportador brasileiro de carne suína. O país, por sua vez, é o maior exportador mundial de carne suína *in natura*. Nesse cenário, a inserção do Frigorífico Riosulense é forte. Em 2005, as principais empresas brasileiras exportadoras de carne suína foram: Perdigão (19,7%), Sadia (17,7%), Seara (16,7%), Pamplona (13,3%) e Aurora (7,5%) (ABIPECS, 2007).

O número de postos de trabalho na empresa já ultrapassa a marca de 1.700 funcionários, com aproximadamente 1.100 lotados em Rio do Sul. O abate é de mais de 5.000 suínos/dia. Em 2014, segundo informações obtidas junto à empresa por meio de entrevista, serão consolidados investimentos da ordem de R\$ 75 milhões no município de Rio do Sul, visando a industrialização dos produtos embutidos – a capacidade será de 11 mil

toneladas/ano. Assim, a expectativa é que aumente o número de empregos e cresça a arrecadação tributária na sua unidade matriz.

Em sua trajetória, a Pamplona escorou o seu crescimento junto às atividades de numerosas granjas do Alto Vale. “O produtor constrói a granja, e nós garantimos a colocação do suíno, a alimentação, os medicamentos e a assistência técnica”. Ao todo são 355 granjas de todo o Alto Vale que atuam em parceria com o Pamplona, sendo 7 delas granjas próprias.

A mão de obra da empresa é majoritariamente oriunda da própria região. De fato, 60% do efetivo tem origem no Alto Vale, um percentual relativamente baixo quando comparado aos de outras empresas rio-sulenses. Isso implica até mesmo a existência de linhas de ônibus próprias da empresa, para poder suprir sua necessidade de mão de obra, percorrendo território num perímetro de 60 quilômetros no entorno de sua unidade matriz. Quanto aos 40% da mão de obra empregada que não são de origem regional, a informação obtida na empresa é a seguinte:

Há emprego também de mão de obra nordestina, como do Ceará – do pessoal que vem para a região sul em busca de emprego. Recentemente estamos começando a contratar mão de obra haitiana, e ainda estamos na fase experimental. Mas está funcionando. É claro que não ficam todos, digamos que 15% dessas pessoas saem da empresa – mas a grande maioria fica. São pagos os mesmo salários e os mesmos benefícios para estes trabalhadores. Foi uma saída encontrada para a escassez de mão de obra (ENTREVISTA..., 2013, S.p).

Uma das grandes conquistas recentes da agroindústria catarinense foi a liberação de exportação de carne suína para o Japão. O papel diplomático desempenhado pelo governo brasileiro foi importante nesse sentido. A negociação foi dura e arrastada entre os governos brasileiro e japonês, prolongando-se por sete anos.

A razão é que o Japão só aceitava importações de carne suína de países inteiramente livres de febre aftosa e sem vacinação. E, pela primeira vez, os japoneses fizeram uma exceção, adotando o princípio da regionalização. Segundo a entrevista, tiveram peso nessa decisão a qualidade e o rigor do processo produtivo catarinense.

Santa Catarina tem um diferencial que é o status livre de febre aftosa sem vacinação. É um trabalho do estado de Santa Catarina, que cuida das barreiras interestaduais para que haja o controle. Todos os animais são “brincados”, para que haja a rastreabilidade deles (ENTREVISTA..., 2013, S.p.).

Não obstante, além de estar inserida em Santa Catarina, qualquer unidade processadora de carne suína precisa da autorização do governo japonês para exportar para

aquele país. No dia 7 de junho de 2013 era veiculada a informação, por parte do governo catarinense, sobre quais os frigoríficos do estado que se encontravam aptos a exportar para o Japão:

Definidos os frigoríficos de Santa Catarina aptos para vender carne suína ao Japão. Santa Catarina tem 8 frigoríficos habilitados à exportar carne suína ao mercado japonês. A lista das indústrias foi elaborada pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento, e aprovada pelo governo japonês. Foram habilitados os frigoríficos de Campos Novos e de Herval do Oeste, da BRF, as unidades de Seara e de Itapiranga do grupo Seara, os frigoríficos de Rio do Sul e de Presidente Getúlio da marca Pamplona, o de Chapecó da empresa Aurora e a unidade de São Miguel do Oeste da rede Sul Valle (SANTA CATARINA, 2013, S.p.).

Essa notícia foi amplamente comemorada pelo Frigorífico Riosulense, sem que isso surpreenda. Realmente, tratou-se de:

Um marco na história do comércio do Alto Vale do Itajaí [...]: a Pamplona Alimentos confirmou o embarque da primeira carga de carne suína com destino ao Japão. [...] O japonês decidiu comprar da Pamplona porque sabe da procedência daquilo que produzimos no Alto Vale. Eles têm também o melhor e mais completo certificado sanitário que existe. Exportar para o Japão significa hoje estar apto a exportar para qualquer outro país (FRANZOI, 2013, p. 1).

Para finalizar, cabe ainda assinalar que pesam movimentos de concentração e centralização de capitais marcam a trajetória da agroindústria brasileira, cujo período recente revelou como protagonistas desse processo os grupos Sadia e Perdigão (BRF), JBS e Marfrig. É preciso refletir sobre os impactos que esses movimentos representam em nível regional. Por exemplo, a venda da Agrovêneta pela JBS deixará boa parte da dinâmica econômica do município de Nova Veneza ao sabor das decisões tomadas pela cúpula do grupo comprador.

Uma possível venda do Frigorífico Riosulense teria, de maneira óbvia, consequências para o município em que se insere. Uma empresa familiar, que carrega a sua origem em seu próprio nome revela importante “enraizamento”. A sua venda, ainda que em partes, para um grande grupo do setor, traria consequências significativas para a socioeconomia de Rio do Sul. Contudo, até o presente momento, a resposta do diretor de expansão de negócios ao autor, acerca dessa problemática, é de relevante importância para o município: “Os negócios estão bons, a empresa apresenta bons indicadores, e ela não está à venda”.

5.3 ATIVIDADES DO VESTUÁRIO⁴¹

Em termos de emprego, o setor do vestuário é o segundo mais relevante para a economia rio-sulense, perdendo apenas para as atividades eletrometalmecânicas. Sua participação como empregador é sólida e com persistente crescimento, adentrando 1985 com 787 postos de trabalho e chegando em 2012 com efetivo engajado de 2.723 trabalhadores. A trajetória desse setor em Rio do Sul não destoa, ao que tudo parece indicar, do movimento geral detectado em escala de Vale do Itajaí por Goularti Filho (2007, p. 261):

Se os anos 50 e 60, para a indústria têxtil no Vale do Itajaí, foram os da verticalização, os anos 70 podem ser considerados os da expansão (Nordeste, Paraná e São Paulo), os 80 da diversificação e ampliação para o mercado externo e os 90 da desverticalização e da retração.

Embora nos anos 1950, 1960 e 1970 o peso do segmento de vestuário na economia rio-sulense tenha se mostrado diminuto ou mesmo pouco perceptível, o quadro nas décadas de 1980 e 1990 apresentou contornos em conformidade com o movimento esboçado acima.

Por exemplo: acompanhando a tendência de diversificação e ampliação das atividades com vistas ao mercado externo, a empresa Sulfabril – de Blumenau – ampliou a sua capacidade produtiva mediante a instalação de um novo parque produtivo em Rio do Sul, no início dos anos 1980. A unidade de confecção foi criada para atender a crescente demanda com que se deparava a empresa⁴².

Dentre os fatores que atraíram a unidade da empresa para o município, não se pode desconsiderar a mão de obra disponível, oriunda, em grande medida, da atividade madeireira e agrícola, representando um bom contingente a ser empregado e, ainda, relativamente próximo à unidade matriz, com atmosfera cultural bastante semelhante.

Essa nova planta, em Rio do Sul, gerou empregos para centenas de pessoas, sobretudo mulheres, que obtinham ali boa parte – quando não a totalidade – das condições para o sustento da casa e da família. Pode-se afirmar que a Sulfabril representou um grande impulso para que Rio do Sul se consolidasse na produção vestuarista.

⁴¹ Recomenda-se atenção ao leitor pois, nesta subseção, são utilizadas uma série de entrevistas, dentre as quais, uma realizada pelo autor com o presidente do Sinfiatec, sindicato patronal do complexo vestuarista de Rio do Sul, e outra realizada pelo autor com a presidente do Sititev, sindicato dos trabalhadores do complexo vestuarista rio-sulense.

⁴² Em 1989 a Sulfabril possuía unidades fabris em Blumenau (matriz), Joinville, Rio do Sul, Gaspar e Ascurra, assim como uma unidade no estado do Rio Grande do Norte.

Entretanto, também é necessário destacar que: desde fins da década de 1970 começaram a surgir em Rio do Sul pequenas confecções, oriundas de iniciativas próprias e locais. “Na década de 70, quando o ciclo da madeira começava o seu declínio, os pioneiros do setor [vestuarista], muitos deles de famílias de agricultores, viram no trabalho com jeans e tecidos planos uma oportunidade de obterem mais renda” (SINFIATEC, 2012, p. 6).

Essas iniciativas implicavam cidadãos rio-sulenses que, diante da queda na dinâmica econômica do município, passaram a encontrar no trabalho com peças de vestuário um meio de sobrevivência, ainda que de maneira experimental. “O segmento de confecção na capital do Alto Vale do Itajaí emergiu na metade da década de 70 como mais uma alternativa de renda com o iminente fim do ciclo da madeira, a principal atividade econômica até então” (SINFIATEC, 2012, p.8). Essa orientação mostrou-se adequada, pois os produtos encontraram boa aceitabilidade no mercado – atraindo compradores para Rio do Sul.

Dificuldades relacionadas ao início da atividade fizeram-se presentes, todavia. “O início foi basicamente experimental e difícil já que não existiam na região fornecedores de matéria-prima, aviamentos, acessórios, equipamentos e mão de obra capacitada” (SINFIATEC, 2012, p. 8). Assim, o desenvolvimento de produtos mais elaborados ficava comprometido.

Mas, mesmo com vendas voltadas – num primeiro momento – só ao mercado local, as empresas passaram a treinar seus funcionários. Paralelamente, alguns proprietários já se dirigiam aos grandes centros urbanos brasileiros para pesquisar as tendências da moda.

E, se por um lado desenvolviam-se as pequenas confecções, por outro lado, a Sulfabril deslanchava no mercado nacional. Matéria veiculada no Jornal de Santa Catarina (MATTHES, 2014, S.p.) referia nestes termos o desempenho da empresa em 1994: “[...] faturamento chega a US\$ 140 milhões, 5,6 mil funcionários e produção mensal de 5,1 milhões de camisas”. Nessa mesma época, facionistas do município e os sindicatos deste setor em Rio do Sul afirmam, em entrevista ao autor, haver cerca de 1200 funcionários engajados na unidade rio-sulense da Sulfabril.

O grande crescimento do contingente empregado na unidade rio-sulense da Sulfabril, que abriu as portas no início da década de 1980, e menos de 15 anos depois já empregava mais de mil funcionários, alavancou o crescimento da população urbana do município, atraindo inclusive trabalhadores de Blumenau. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul (Sititev) esclarece:

A Sulfabril fez a população urbana de Rio do Sul aumentar. Eu e minha irmã, por exemplo, morávamos em Blumenau e viemos pra cá, para trabalhar na Sulfabril. Era uma empresa grande, um dos melhores salários. Ela tinha uma cooperativa onde a gente comprava produtos com 40% de desconto. Ela oferecia algumas condições que outras empresas não ofereciam. Então você chegava a ter um status por trabalhar na Sulfabril (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO SITITEV – DEZ. 2013, S.p.).

E é principalmente devido aos trabalhadores da Sulfabril que surge, em 1990, o Sititev. “Um grupo de trabalhadores, principalmente da Sulfabril, resolveu fundar o sindicato. A ideia na época era de resolver as dificuldades que os trabalhadores daqui tinham, até porque estávamos esquecidos aqui” (ENTREVISTA..., 2013, S.p).

Ao lado da Sulfabril, crescia o restante do setor em Rio do Sul, que via o número das respectivas empresas aumentar:

As primeiras empresas que foram criadas em Rio do Sul [...] ainda trabalhavam com jeans bruto, conforme a matéria prima vinha das fábricas. [...] Com o tempo surgiram as lavações de jeans em Rio do Sul e aos poucos o setor foi se profissionalizando. O trabalho com o jeans e moda em geral começava a se consolidar como uma importante atividade econômica (SINFIATEC, 2012, p. 11).

Nesse processo, intensificou-se – ou, a rigor, surgiu – a institucionalização no lado patronal:

Conforme o setor cresceu, algumas empresas se juntaram e viram que era necessário organizá-lo. Foi aí que, em 1992, criou-se o Sindicato das Indústrias Têxteis e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí, o Sinfiatec, abrangendo 23 municípios da região. As empresas daqui da região começaram a atender o mercado da pronta entrega no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO SINFIATEC, JAN. 2014, S.p.).

A criação do Sinfiatec foi importante não apenas para articular as empresas do setor, mas para as negociações salariais com o sindicato dos trabalhadores, o Sititev.

Antes disso, os trabalhadores da região faziam as negociações salariais com o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau (Sintex). Com empresas maiores e há mais tempo no mercado, a realidade de Blumenau era diferente da do Alto Vale e, por isso, as negociações nem sempre chegavam a valores viáveis (SINFIATEC, 2012, p. 16).

O sindicato também assumiu papel relevante por alavancar a qualificação da mão de obra local.

Na minha gestão [1992-1997], o alvo foi fazer uma escola de costura, que inclusive agregasse homens. Foi feita uma parceria entre Sinfiatec, Prefeitura e Senai para a criação de uma escola de costura e mecânica de máquinas [...]. Começaram então a surgir pessoas para trabalhar e também os mecânicos. Naquela época, ao subir para os bairros da cidade [...], só o que se ouvia era o barulho das máquinas trabalhando. Foi algo fantástico (PEREIRA, apud SINFIATEC, 2012, p. 17).

No intuito de proporcionar aumento na venda dos produtos de vestuário da região, foram inaugurados no início dos anos 1990 dois centros de comercialização destinados às empresas de confecção do Alto Vale. O primeiro destes centros, o “Fabricenter”, começou a funcionar em 1993, “[...] com 14 lojas, pontos de venda direta de fábrica, atendendo no atacado e varejo” (FABRICENTER, 2013, S.p.). As vendas no varejo eram feitas, sobretudo, para a população local, enquanto as vendas no atacado implicavam toda a Região Sul do país.

O sucesso do Fabricenter em todos esses anos foi sempre pautado no trabalho de parceria. De um lado, com os agentes de viagens, responsáveis por trazer os lojistas/compradores das mais diversas regiões. E, de outro, os lojistas/vendedores que procuram, com a qualidade de seus produtos, fidelizar seus clientes (FABRICENTER, 2013, S.p.).

A iniciativa foi bem sucedida. Tanto assim que, no ano seguinte – 1994 –, foi inaugurado o “Polo Têxtil”, centro comercial que reunia lojas das empresas confeccionistas da cidade de Rio do Sul e da região. O objetivo da criação era “[...] atender a demanda de ônibus de turismo de compras que passavam na BR 470, vindos do Oeste Catarinense, Rio Grande do Sul e outros estados” (POLOSHOPPING, 2013, S.p.)⁴³.

É importante perceber que o setor vestuarista em Rio do Sul estava crescendo num contexto de abertura comercial brasileira. Abertura essa que promoveu a desverticalização das atividades nesse setor, no bojo de uma reestruturação produtiva. Assim, cresceu a terceirização, favorecendo a expansão e o fortalecimento das numerosas confecções e fábricas instaladas no município.

Todavia, como notado por Goularti Filho (2002), a década de 1990 foi marcada não só pela desverticalização da produção, mas também pela retração das atividades desse setor em escala ampla. Isso não deixou de repercutir no Vale do Itajaí. Com efeito, tão logo adentrou os anos 1990, e sobretudo na segunda metade dessa década, a Sulfábrica percebeu-se

⁴³ Ambos os centros continuam em operação no momento em que o presente estudo é escrito. Cada um tem aproximadamente 50 lojas. Deve-se ainda observar que as empresas que mais cresceram, no universo da produção vestuarista local e regional, passaram a se estabelecer no entorno desses centros comerciais, às margens da BR 470, com instalações estruturadas conforme o conceito de “loja de fábrica”.

diante de novos desafios, provocados pela abertura comercial brasileira, que impunham a modernização dos parques fabris têxteis e vestuaristas.

É fato que a indústria têxtil e vestuarista figurou entre as que mais sofreram com a abertura do mercado interno brasileiro. Muitas empresas, como a Sulfabril, não conseguiram atravessar a abertura comercial. Tal empresa, que chegou a ser a segunda maior do ramo têxtil na América Latina, começou a enfrentar problemas financeiros sérios, com reflexos principalmente junto aos trabalhadores. Demissões consideráveis passaram a ocorrer e folhas salariais foram atrasadas; em setembro de 1999, a empresa declarou falência, mesmo que tenha continuado a operar em razão de determinação judicial.

Em 1996 ela [Sulfabril] começou a fazer demissão motivada. A partir daí a gente já sabia que a empresa não ia bem. Em 1999 eles fecharam todas as unidades, demitindo todo mundo e não pagando ninguém (em Blumenau, Gaspar, Rio do Sul, Ascurra e Joinville que já havia fechado). A média da dívida ficou entre 3 e 6 mil reais por costureira (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO SITITEV, DEZ. 2013, S.p.).

Uma ex-funcionária, que trabalhou durante seis anos nas instalações de Rio do Sul, retrata a delicada situação a que foram submetidas as ex-funcionárias da empresa, envolvidas nas atividades de confecção:

Na época eles [Sulfabril] ficaram me devendo R\$ 4.600,00. E foi triste, porque todo mundo que trabalhava lá dependia disso. Eu sou casada, meu marido ainda tinha salário, mas muitas mulheres tinham só aquilo para sobreviver. Então não foi nada fácil (RBA, 2012, S.p.).

Cabe igualmente destacar a presença de trabalho informal em tal setor, sobretudo nas menores facções, que atendem até empresas de fora do estado⁴⁴. Vários desses trabalhadores tentam, perante as poucas exigências de capital, ter um negócio próprio, já que possuem o mínimo de conhecimento técnico para a fabricação. Como muitas dessas micro facções têm pequena escala e poucos clientes, dos quais depende a manutenção de sua atividade e o próprio sustento, a solução – para redução de custos e inserção de mercado – é, por vezes, a informalidade⁴⁵.

⁴⁴ É comum a formação de cadeias produtivas incompletas dentro do próprio município. Confeccões de Santa Catarina, ou mesmo de outros estados, podem terceirizar parte de seu processo produtivo com uma facção rio-sulense. E mesmo uma facção, pode terceirizar para facções menores algumas etapas, estabelecendo-se complexas cadeias de vínculos entre as empresas do município.

⁴⁵ Todavia, não se pode desconsiderar o avanço na formalização dos postos de trabalho, que ocorre – num nível geral – na economia brasileira. Uma facionista entrevistada pelo autor revelou que é cada vez mais difícil ter um trabalhador informal, pois o número de denúncias junto à Justiça do Trabalho vem aumentando. Tais

Também com a falência da Sulfábril, muitos ex-trabalhadores dessa empresa tentaram estabelecer seu próprio negócio.

Foi a alternativa que sobrou na época: o desemprego aqui no município era grande. E era o que as pessoas que saíram da Sulfábril sabiam fazer, porque a grande maioria tinha vindo da roça. Existia uma prioridade na Sulfábril para contratar o pessoal que trabalhava na agricultura – as dificuldades que essas pessoas sofreram na roça fazem elas valorizarem muito o trabalho (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO SITITEV, DEZ. 2013, S.p.).

Por outro lado, consolidaram-se confecções com situação mais confortável no mercado. Isso porque conseguiram deixar o chamado “mercado da pronta entrega”. Isto é, passaram a fabricar artigos de vestuário voltados para determinados clientes. Estas empresas criaram uma “identidade própria”⁴⁶. Algumas delas começam a ganhar destaque inclusive no cenário nacional. Podem ser destacadas as empresas Monnari, Visual, Brix, Star Luck, Carlan, Dulmar, Rafree e Costa Pública.

Destaca-se que em nível de Alto Vale, as confecções se concentram em Rio do Sul, enquanto as fábricas no restante dos municípios – contudo, havendo importantes exceções. O proprietário de uma confecção, entrevistado pelo autor, descreveu como é a cadeia de vínculos da sua empresa: “Na minha empresa, por exemplo, há fábricas contratadas em Agrolândia (com 20 funcionários), em Agronômica (com 25 funcionários) e em Ituporanga (com 18 funcionários). E eu ainda tenho 70 empregados em Rio do Sul, dentro da empresa”. Este fato expõe a irradiação do crescimento do setor vestuarista de Rio do Sul em sua região.

É importante assinalar que a criação do Sinfiatec se mostrou relevante no sentido de encorajar o crescimento conjunto das empresas. São promovidos encontros e reuniões entre os proprietários associados. De fato, um olhar histórico sobre o Sinfiatec permite caracterizar três diferentes momentos da atuação sindicato: a) de 1992 a 2003, onde o grande esforço se concentrou na qualificação da mão obra, em parcerias com as instituições de ensino locais; b) de 2003 a 2005 ganhou destaque a divulgação das confecções do município em nível nacional, com a “cunhagem” da ideia de Rio do Sul como “Capital do Jeans”; c) de 2006 em

denúncias são devidamente julgadas, e os proprietários das fábricas penalizados – desencorajando a informalização.

⁴⁶ Isso quer dizer que a confecção A passou a atender apenas o mercado infantil; a confecção B, peças adultas de menor manequim; a confecção C, peças adultas de maior manequim; a confecção D, peças para jovens e adolescentes; a confecção E, peças para a terceira idade; e assim por diante.

diante adquire ênfase o engajamento do sindicato em fomentar o associativismo entre as empresas⁴⁷.

No período recente, ganham destaque algumas ações efetuadas pelo poder público. A primeira delas está no âmbito do Programa Nova Economia Catarinense⁴⁸. No Alto Vale, 18 empresas do setor vestuarista participam do programa. Tais empresas “[...] poderão participar de todas as ações previstas no programa ao longo dos próximos três anos (sem contrapartida financeira da empresa participante), com custo zero” (SINFIA TEC, 2012, p. 54). Entre os benefícios, estão a participação em eventos e visitas técnicas, consultorias, capacitações e formação de mão de obra. A compra coletiva de matérias-primas está em fase de análise.

Cabe destaque também para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Com o uso dos recursos oriundos deste programa, foi criada uma parceria entre o Sinfiatec, a Unidavi e o Senai de Rio do Sul, para oferecer cursos de costura industrial e de mecânico de manutenção de máquina de costura.

Os cursos são gratuitos e abertos a famílias cadastradas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da Prefeitura de Rio do Sul. [...] Os inscritos também recebem vale transporte, alimentação e certificação. [...] Os integrantes da primeira turma foram incentivados a concluir o curso devido ao crescente índice de empregabilidade existente no Alto Vale para quem tem qualificação [...] (SINFIA TEC, 2012, p. 46).

Aspecto destacado pelos entrevistados, incluindo o sindicato dos trabalhadores, diz respeito ao baixo desemprego em Rio do Sul. Portanto, apesar de mais uma vez ser destacada a qualidade da mão de obra, ela se encontra escassa. A presidente do Sititev é enfática:

Hoje falta mão de obra, e então há uma concorrência muito grande. Por 50 reais a mais os funcionários estão trocando de empresa [...]. No setor da costura não tem desemprego: quem quiser trabalhar consegue. O pessoal aprende rápido, e a qualificação não é o problema (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO SITITEV, DEZ. 2013, S.p.).

⁴⁷ Sobre o associativismo que o Sinfiatec buscou promover, diz Fronza (2012, p. 23): “[...] foi iniciada uma mobilização para criar um Arranjo Produtivo Local (APL), que seria uma associação de empresas para viabilizar a compra de matéria-prima na própria região, além de promover debates, negócios e compras conjuntas. O projeto não teve continuidade [...]”.

A preocupação em aproximar as empresas vestuaristas da região encontra respaldo nas palavras do ex-presidente do Sinfiatec: “O empresário do Alto Vale precisa ver que o concorrente não é a fábrica do lado dele, mas sim os produtos vindos de fora. [...] Então temos que nos remodelar e crer que o Governo Federal venha a dar respaldos nesse sentido. [...] Temos que nos planejar melhor e acredito que o associativismo vai ser uma boa saída” (FRONZA, 2012, p. 23).

⁴⁸ Este programa, promovido pelo governo catarinense, possui foco em microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas. As ações são desenvolvidas em parceria com o Sebrae/SC, e visam aumentar a competitividade econômica de Santa Catarina.

A problemática da escassez de mão de obra é confirmada pelo presidente do Sinfiatec. Em entrevista concedida ao autor, ele afirmou:

Nossa região tem um problema de mão de obra. Se alguém decidisse abrir hoje uma confecção de 200 ou 300 funcionários, não vai ter. Ele só vai ter se tirar de outras empresas. [...] E ainda, empresas de fora do Alto Vale utilizam facções daqui. Então tira a mão de obra do empresário local. Por consequência, a rotatividade cresce (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO SINFIATEC, JAN. 2014, S.p.).

Outra dificuldade de estabelecer a atividade produtiva vestuarista em Rio do Sul foi exposta pelo presidente do Sinfiatec. Mais uma vez a BR-470 é o principal entrave: “Os ônibus [com compradores] que vêm pelo litoral já não vêm para Rio do Sul. Vão a Criciúma, Blumenau e Indaial. Esse é um dos grandes entraves para o crescimento local” (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO SINFIATEC, JAN. 2014, S.p.).

Por outro lado, mostra-se decisivo – mais uma vez – o enraizamento das empresas rio-sulenses. “Na nossa região existo muito aquele negócio de ‘eu sou daqui’. Nós somos muito enraizados, faz parte da nossa cultura. Muitas vezes você poderia sair daqui e ir para outros municípios com benefícios, mas você prefere ficar aqui sem nada” (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DO SINFIATEC, JAN. 2014, S.p.).

Por fim, é preciso sublinhar que as atividades ligadas à produção de artigos do vestuário têm crescido e, por consequência, as empresas inseridas também crescem. Nesse sentido, é relevante a informação destacada pela presidente do Sititev, referente à última negociação salarial do setor vestuarista de Rio do Sul. Afinal, se na década de 1990 o Sinfiatec foi criado porque as empresas locais não conseguiam acompanhar os reajustes firmados em Blumenau, a panorama local parece ter melhorado.

“O sindicato de fiação e tecelagem de Blumenau é o maior da América Latina. Mas na última negociação, em setembro [de 2013], nós conseguimos 2,5% de aumento real, e eles 1,5%. No ano passado nós conseguimos 2% [de aumento real], enquanto eles 1,5%” (ENTREVISTA REALIZADA COM A PRESIDENTE DO SITITEV, DEZ. 2013, S.p.).

A conquista de reajustes salariais em Rio do Sul superiores àqueles de Blumenau revelam que, pelo menos comparativamente, a dinâmica do setor vestuarista rio-sulense tem avançado, deixando de representar, unicamente, uma área de expansão das atividades têxtil-vestuaristas de um dos principais municípios fabricante de produtos têxteis do Brasil.

5.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ELETROMETALMECÂNICAS, ALIMENTARES E VESTUARISTAS DE RIO DO SUL

Os três complexos industriais até agora abordados foram, e continuam sendo, de suma importância para a dinâmica social e econômica do município de Rio do Sul. Afinal, a partir dos anos 1970, o elemento que até então dinamizou essa economia – a grande extração madeireira – declinou dramaticamente.

A dinâmica desse território passou então a escorar-se na ampliação e consolidação de uma base produtiva composta pelas atividades produtivas enfeixadas nesses três grandes complexos industriais, integrados – num primeiro momento – exclusivamente por empresas rio-sulenses, forjando um novo eixo de dinamismo socioeconômico local.

Uma série de indicadores permite sugerir o êxito nessa transição – no período de 1980 a 2000 – e na consolidação desse novo eixo dinâmico – anos 2000. O crescimento da população de Rio do Sul é eloquente a esse respeito. O mesmo pode ser dito sobre o crescimento dos contingentes empregados na indústria local. Outro fator que sustenta a pertinência dessa hipótese é a inserção das empresas metalmeccânicas em processos em curso na escala global. Várias foram as *joint-ventures* realizadas (Brevil, Grubras, Royalciclo, Weber-Bovenau), além de ter ocorrido a compra de ativos pelo capital externo (Vedamotors), significando que estas empresas avançaram no seu *catch-up* produtivo⁴⁹.

No setor alimentar, o Frigorífico Riosulense desponta como uma das principais empresas agroindustriais brasileiras. Consolida-se como uma das maiores exportadoras catarinenses e responde por significativa parcela das exportações de carne suína do Brasil.

Mesmo as empresas que não se associaram ao capital externo, e que possuem como carro chefe as vendas para o mercado interno, apresentam indicadores que justificam a hipótese de êxito econômico em suas trajetórias recentes. A Riosulense, além de fornecer para todas as montadoras de caminhões instaladas no Brasil, é responsável por 80% do mercado de reposição nacional nas linhas em que atua. A Frahm, por sua vez, figura entre as três maiores produtoras nacionais de equipamentos eletrônicos de comunicação.

⁴⁹ Ocorreu historicamente nesse complexo rio-sulense uma mudança de foco de mercado por parte das empresas. O metalmeccânico deixou de atender o setor madeireiro – bem como de produção de fécula – e se voltou para outros setores, como o automobilístico. Emergiu, assim, a necessidade de adaptar a produção. Os anos após a enchente de 1983 e a década de 1990 representaram, portanto, período de intensos investimentos nos parques fabris dessas empresas.

As confecções e facções rio-sulenses, que surgem a partir dos anos 1970 e são fortemente alavancadas pela expansão do complexo vestuarista de Blumenau passam a traçar movimentos já descolados da dinâmica que impera no Médio Vale. É representativa a criação dos sindicatos patronal e laboral em Rio do Sul no início dos anos 1990, devido – naquele momento – aos problemas para acompanhar de modo consequente as negociações salariais referentes a Blumenau. Contudo, o período recente vem mostrando uma maior vinculação entre as variações dos salários dos trabalhadores nos dois municípios, sendo que a última negociação beneficiou em maior medida os trabalhadores de Rio do Sul – revelando maior crescimento das empresas ali instaladas.

O avanço das empresas de Rio do Sul tornou necessário aumentar a qualificação da mão de obra local, preparando o trabalhador rio-sulense para exercer novas atividades dentro do parque fabril do município. No cumprimento dessa tarefa, as empresas e o poder público se engajaram de modo relativamente articulado, o que deve ser colocado em destaque.

As empresas eletrometalmecânicas criaram, em 1973, o Simmmers, que a partir do início dos anos 1990 passou a atuar com grande intensidade e investimentos próprios na qualificação da mão de obra necessária às suas atividades. O setor vestuarista fez surgir o Sinfiatec, que também atua procurando ampliar a qualificação dos trabalhadores para as respectivas fábricas. As empresas desses setores, assim como também o Frigorífico Riosulense, operaram ativamente com instituições como Unidavi, Senai, Instituto Federal Catarinense (IFC) e Centro de Educação Profissional (Cedup). Desta maneira, é difícil recusar a ideia segundo a qual essas instituições – e os recursos públicos a elas destinados, por exemplo, no âmbito do Pronatec – contribuem de forma muito relevante para o fortalecimento da base produtiva rio-sulense.

Por fim, é possível ainda interpretar o crescimento da metalmecânica riosulense por duas vias complementares. De um lado, considerando o engajamento do empresário rio-sulense na manutenção de suas bases produtivas no seu espaço de origem. Isto é, o esforço em contribuir na promoção de avanços importantes na economia do município. De outro lado, levando em conta o movimento de expansão e desconcentração da indústria metalmecânica paulista, que ganhou força, como se viu, a partir da década de 1970, provocando recuo na proporção da produção industrial paulista em relação à brasileira. O município de Rio do Sul foi afetado, pois sua metalmecânica exibe um intenso entrelaçamento – envolvendo clientes e fornecedores – com as atividades de São Paulo.

5.5 MENSURANDO O GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL RIO-SULENSE

Antes de revelar o perfil das atividades produtivas na indústria de Rio do Sul é preciso indicar, primeiramente, que esse setor constitui o elemento central da dinâmica econômica do município. A tabela 4 reúne algumas indicações dessa dinâmica para a primeira década do século XXI.

Tabela 4 – Indicadores socioeconômicos do município de Rio do Sul

Ano	População (variação) [variação em SC]	Emprego formal (variação) [variação em SC]	Emprego industrial (variação) [variação em SC]	Exportações (variação) [variação em SC]	PIB a preços de 2000 (variação) [variação em SC]
2000	51.650	13.034	5.222	U\$S 10.545.025	R\$ 437.176.000
2010	61.198 (19%) [17%]	28.511 (119%) [83%]	8.653 (66%) [66%]	U\$S 150.183.224 (1324%) [242%]	R\$ 596.554.000 (37%) [57%]

Fontes: IBGE (2000; 2010a); RAIS/MTE (2000; 2010); MDIC (2000; 2010). Elaboração própria.

Como pode ser observado, Rio do Sul exibiu na última década uma dinâmica considerável. O crescimento de sua população, de seu emprego formal e – principalmente – de suas exportações, superou o avanço observado na economia catarinense. O emprego industrial, por sua vez, acompanhou o crescimento observado em Santa Catarina.

Já a evolução do PIB municipal foi menor, quando comparada ao estado. Este fato guarda relação com os efeitos da crise econômica de 2008, que parece ter repercutido de forma mais intensa e duradoura na economia rio-sulense. Isso é sugerido pela observação do crescimento do PIB municipal e estadual entre os anos de 2000 e 2008: nesse período, a evolução do produto interno catarinense – a preços constantes – foi de 47%, enquanto a de Rio do Sul foi de 50% (IBGE, 2000; 2008). Essa dinâmica rio-sulense, que se destaca em escala de economia catarinense, possui respaldo num elemento fundamental: a indústria local.

A representatividade da indústria em Rio do Sul, por sua vez, é exposta pelos seguintes números: esse setor participa com 39,19% do Produto Interno Bruto (IBGE, 2010b); com 30,35% do Emprego Formal (RAIS/MTE, 2010) e; com 54,01% da arrecadação de ICMS do município (SEF/SC, 2012). Esses dados, sobretudo o relativo à arrecadação, revelam a importância da indústria para a economia rio-sulense.

O PIB industrial se mostra elevado quando comparado ao estado de Santa Catarina, escala em que representa 34,09% do total (IBGE, 2010b), e ainda maior quando cotejado à economia brasileira, onde a representação é de 26,8% do total (IBGE, 2010b). Todavia, é

comparativamente baixo em relação a municípios como Joinville (45,53%) e Blumenau (40,32%). Entretanto, tal situação não significa que a indústria assuma uma importância menor para Rio do Sul, já que é graças à indústria local que se formou no município o setor de serviços – como observado no processo de formação econômica, onde aparece essa relação de causalidade.

Ademais, trata-se do setor industrial mais denso do Alto Vale do Itajaí, uma microrregião com considerável dimensão territorial – terceira maior de Santa Catarina, ocupando 7,9% do território de Santa Catarina (IBGE, 2010a) – e com municípios de baixa população – média de 7.387 habitantes/município, excluindo Rio do Sul. Pode-se dizer que essas duas características, combinadas, demandam a existência de um município polo, e que Rio do Sul responde a essa necessidade. Isso se deve fundamentalmente à sua indústria, que gerou a maior concentração populacional e urbana da região e, ainda, pressionou pela existência de um setor de serviços que atende não só o município, mas todo o seu entorno.

Considerando que Rio do Sul é o município polarizador do Alto Vale do Itajaí, é preciso sublinhar que no seu território concentra-se 22,71% da população desta região (IBGE, 2010a). Os outros dois municípios anteriormente citados – Joinville e Blumenau – concentram, respectivamente, 61,86% e 46,02% da população de suas microrregiões (IBGE, 2010a). Estes dados indicam que o setor de serviços rio-sulense atende, de fato, uma porcentagem maior de pessoas que estão fora da jurisdição do município. Isso faz com que, em termos relativos, o setor seja maior em Rio do Sul do que nos outros dois municípios. Assim, reforça-se a convicção de que os 39,19% de participação no PIB rio-sulense pelo setor industrial não justificam qualquer afirmação de que este não dinamiza tal economia.

Abaixo, na tabela 5, são disponibilizadas informações que compõem um retrato do cenário contemporâneo no município.

Tabela 5 – Indicadores econômicos de Rio do Sul para o ano de 2010

Setor Variável	Agropecuária		Indústria*		Comércio e Serviços		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
PIB	R\$ 16.757.000	1,26	R\$ 521.514.000	39,19	R\$ 792.513.000	59,55	R\$ 1.330.784.000	100
Emprego Formal	105	0,01	8.653	30,35	19.753	69,28	28.511	100
Arrecadação ICMS**	R\$ 47.424	0,08	R\$ 30.733.628	54,01	R\$ 26.125.412	45,91	R\$ 56.906.465	100

Fonte: IBGE, 2010b; RAIS/MTE, 2010; SEF/SC, 2012.

* Exclusive construção civil.

** Dados de 2012

Uma vez assinalado que a indústria responde, em última instância, pelo essencial do dinamismo econômico de Rio do Sul, parte-se para a análise dos dados de emprego industrial e arrecadação de ICMS nas respectivas atividades. A figura 3 retrata a evolução do emprego industrial de Rio do Sul, por complexos produtivos, nos últimos 30 anos.

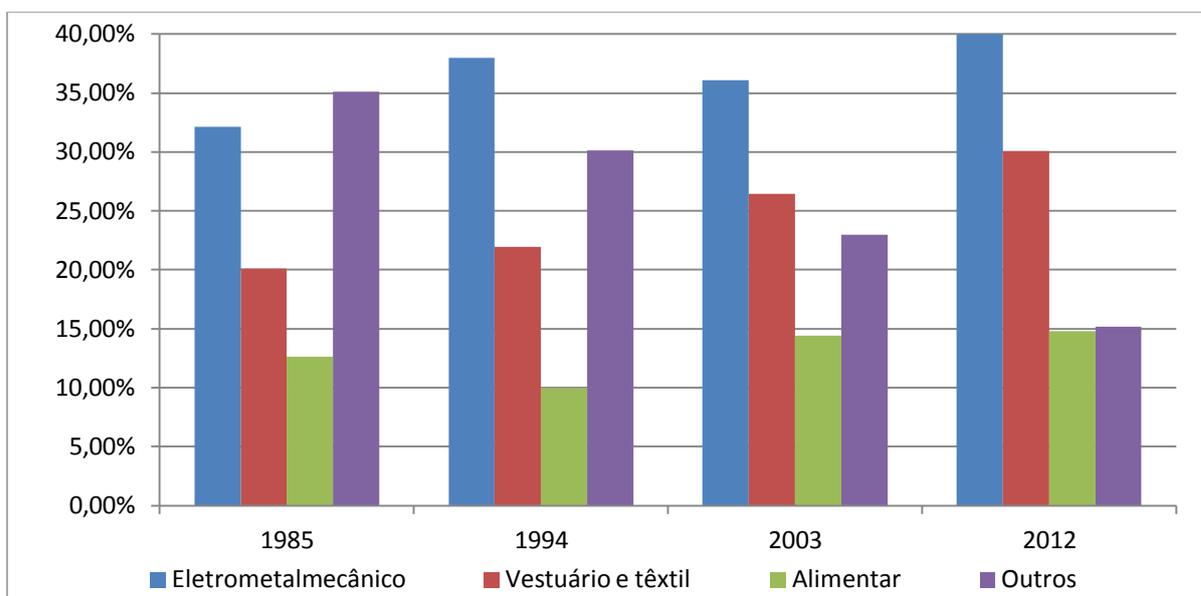


Figura 3 – Emprego industrial rio-sulense 1985-2012 por complexos industriais

Fonte dos dados: RAIS/MTE, diversos anos. Elaboração própria.

Primeiramente, constata-se (a partir da figura 3) que os três setores principais, objeto de abordagem anterior, dinamizam, de fato, a socioeconomia local, respondendo – em 2012 – por praticamente 85% do emprego industrial. O olhar sobre o período de 3 décadas mostra que a economia de Rio do Sul vem se especializando nestes três setores, uma vez que em 1985 respondiam por 65% do emprego industrial (o que já era relevante).

Como uma parcela cada vez maior de trabalhadores está empregada nestes setores mais dinâmicos, e as atividades com menor dinamismo têm empregado um contingente comparativamente menor, encontrar mão de obra torna-se um problema para as empresas dos setores em expansão. Isso significa dizer que movimentos migratórios tendem a ser atraídos por Rio do Sul, uma possibilidade confirmada pela proporção de trabalhadores de fora do município empregados nas empresas locais – como do Nordeste brasileiro e, inclusive, haitianos, como assinalado anteriormente. Cabe lembrar ainda que a taxa de desemprego em Rio do Sul é de 2,8% (IBGE, 2010a) – e por ser inferior a 3,5%, o IBGE considera que o município atingiu o pleno emprego.

Apesar da “especialização tripla” da economia rio-sulense, referida na figura 3, é necessário salientar que, por si só, a metalmeccânica possui subsetores bastante distintos, reforçando a ideia de diversificação da economia local, ainda que a fabricação ligada à indústria automobilística registre a maior parcela dos empregos.

A estratificação pela Divisão CNAE 2.0, à luz da tipologia proposta por Almeida e Ribeiro (1991) – apresentada no início deste trabalho, na parte referente à metodologia –, é apresentada na tabela 6, auxiliando a esboçar o padrão de diversificação. São observadas quatro Divisões – em destaque – com representação individual maior do que 10%, e que juntas respondem por 70,4% do emprego industrial do município: situação que, cabe destacar, não se enquadra em nenhum dos grupos da tipologia proposta por aqueles autores.

Tabela 6 – Emprego industrial em Rio do Sul segundo Divisão CNAE 2.0 para os anos de 2006 e 2012

CNAE 2.0 DIVISÕES	2006			2012		
	Absoluto	Participação	QL ^{RSL} _{SC}	Absoluto	Participação	QL ^{RSL} _{SC}
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2.024	27,11%	1,60	2.601	30,02%	1,73
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.213	16,24%	7,37	1.347	15,55%	6,19
Fabricação de produtos alimentícios	1.162	15,56%	0,95	1.283	14,81%	1,05
Fabricação de máquinas e equipamentos	681	9,12%	1,76	868	10,02%	1,51
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	275	3,68%	0,78	560	6,46%	1,16
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	335	4,49%	4,98	435	5,02%	3,81
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	287	3,84%	0,71	280	3,23%	0,56
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	278	3,72%	7,36	234	2,70%	2,69
Fabricação de produtos de madeira	233	3,12%	0,36	213	2,46%	0,40
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	201	2,69%	0,84	146	1,69%	0,52
Fabricação de móveis	288	3,86%	0,70	143	1,65%	0,37
Fabricação de produtos têxteis	80	1,07%	0,11	122	1,41%	0,15
Outros (menos de 100 empregos)	411	5,50%	-	431	4,98%	-
Total	7.467	100%	-	8.663	100,00%	-

Fonte dos dados: RAIS/MTE, 2006; 2012. Elaboração própria.

Ainda assim, a tabela 6 sugere uma clara diversificação produtiva da economia, tendo o complexo eletrometalmeccânico – além de ocupar a maior parcela do emprego industrial rio-sulense – a participação em maior número de Divisões, enquanto que os setores de vestuário e alimentar concentram seu emprego em menor número de Divisões. Entretanto,

é notável a participação das atividades relacionadas à confecção de artigos do vestuário, uma vez que se envolvem, na sua esmagadora maioria, numerosas micro e pequenas empresas, querendo isto dizer muitos postos de trabalho tanto formais (captados pela tabela) quanto informais.

É possível notar um considerável crescimento do total de postos de trabalho na indústria, que foi de 16% no período 2006-2012. Esse crescimento está escorado em diferentes divisões de atividades produtivas. Chama a atenção o emprego ligado às atividades relacionadas à confecção de artigos do vestuário, que experimentou expansão de 28,51% no período. Todavia, outros setores da indústria também cresceram, ainda que em menor dimensão. O alimentar (fabricação de produtos alimentícios) ampliou seu emprego em 10,4%. O eletrometalmecânico ampliou seus postos de trabalho em 23,8%, com destaque para a fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos), que mais do que duplicou seu número de trabalhadores contratados.

Também observa-se, na tabela 6, um aumento do QL das atividades de confecção, o que reforça o sólido crescimento que essa atividade apresenta historicamente. Mas também avança o QL da fabricação de produtos alimentícios, revelando o crescimento das empresas locais.

O eletrometalmecânico, por sua vez, não demonstra aumento no seu quociente de localização, mas é importante tomar nota de dois fatores: i) reforça-se que as empresas deste complexo, inseridas em Rio do Sul, são intensivas em capital, e essa característica se fortalece no decorrer do tempo – portanto, não se pode falar em perda de dinamismo a partir da análise exclusiva do QL; ii) observações pontuais em escala de Santa Catarina são importantes, também, para se compreender a queda no QL de algumas atividades eletrometalmecânicas de Rio do Sul – no caso da “fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores”, esta divisão inclui a construção de embarcações, que avança no estado, e de maneira lógica, com maior ênfase no litoral, o que tende a reduzir o QL desta atividade em todo o interior catarinense.

E, é claro, há atividades em que Rio do Sul se destaca em escala de economia catarinense. Das 12 Divisões expostas na tabela 6, sete apresentam QL superior a 1, indicando a relevância municipal nestas atividades no confronto com a situação estadual. Logicamente, há algumas divisões relevantes para o município que também empregam muito em Santa Catarina – o que faz gerar alguns QLS não muito elevados. É o caso da fabricação de produtos alimentícios, que possui a terceira maior representatividade no município, mas representa

apenas 1,45% do emprego industrial nessa atividade no estado – o QL, todavia, é ainda assim superior a 1.

Pelo contrário, cinco atividades são relevantes não apenas para o município, mas para o estado de Santa Catarina. De acordo com os dados da RAIS/MTE (2012) Rio do Sul é o 10º maior empregador em confecções do estado, o 9º na fabricação de máquinas e equipamentos, o 6º na fabricação de produtos eletrônicos e também de equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), e o 4º na fabricação de autopeças – 8,57% do emprego catarinense nesta última atividade estão em Rio do Sul.

Ademais, como possui atividades relativamente menos intensivas em mão de obra, o setor metalmeccânico acaba apresentando grupos dinâmicos e relevantes para a economia municipal, com número comparativamente baixo de empregos, como é o caso – por exemplo – da caldeiraria. Isso faz com que uma análise que se baseie exclusivamente em postos de trabalho subestime estas atividades. Por isso, será feita adiante uma análise considerando a arrecadação de ICMS na indústria.

Também cabe levar em conta o mercado informal de trabalho, que possui considerável representatividade na confecção de artigos do vestuário. O Sititev estima que existem 500 trabalhadores na condição de informalidade no município. Não obstante, proprietários de fábricas entrevistados pelo autor acreditam que este número esteja subestimado. Como é necessário trabalhar com dados produzidos com rigor metodológico, cabe somente considerar os dados de emprego formal, fazendo a ressalva sobre a informalidade presente no setor. Nos outros setores aqui analisados, a presença da informalidade tende a ser irrisória.

Por fim, analisa-se a socioeconomia local sob a ótica da arrecadação de ICMS. Apesar de desfavorecer os setores que possuem exportações com grande representatividade (produtos para exportação são isentos de ICMS), a análise da arrecadação é importante por complementar aquela baseada no emprego industrial, já que ela não se baseia no contingente empregado, mas sim no valor adicionado das empresas, permitindo verificar o destaque das Divisões não intensivas em mão de obra.

Como pode ser observado na figura 4, predominam nessa arrecadação os “três grandes” complexos até agora analisados.

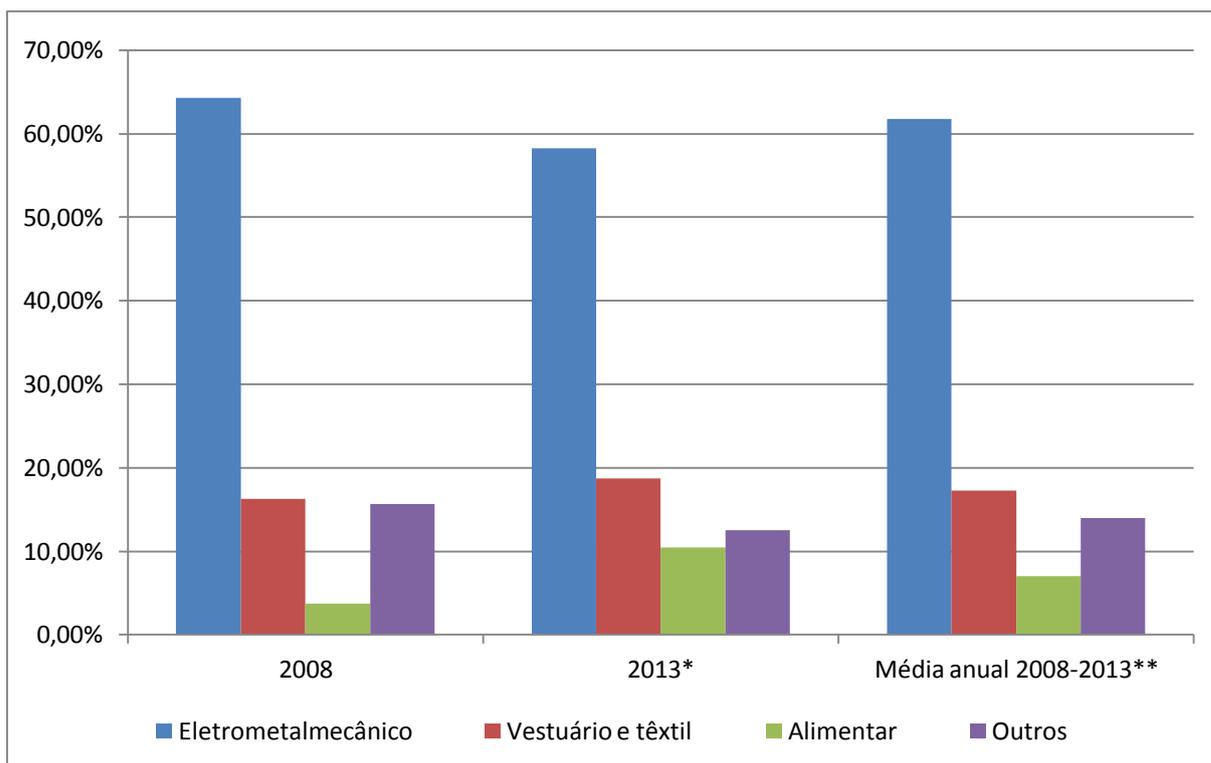


Figura 4 – Recolhimento de ICMS no município de Rio do Sul por complexos industriais

Fonte dos dados: SEF/SC, diversos anos. Elaboração própria. *Dados de 2013 compreendem o período de 01/01/2013 a 20/12/2013. **Média anual do período 2008-2013.

É necessário fazer, com base na figura 4, duas observações fundamentais: i) o grande descolamento entre a proporção de postos de trabalho e arrecadação de ICMS nos complexos eletrometalmeccânico e vestuarista, com forte predominância das atividades eletrometalmeccânicas; ii) um crescimento destacável da arrecadação com produtos alimentares neste período, característica que deverá se fortalecer nos próximos anos.

Relativamente ao primeiro aspecto, este evidencia a necessidade de uma análise que articule o número de postos de trabalho e a arrecadação tributária. Afinal, algumas atividades, ainda que apresentem um menor número de empregos, são relevantes pela arrecadação tributária que fornecem à máquina pública, para o custeio de suas atividades. Esta análise complementar, do ICMS, acentuou a importância do complexo eletrometalmeccânico local. Quanto às atividades vestuaristas, o alto contingente empregado em suas atividades, coerente com o caráter intensivo em mão de obra, é acompanhado de uma participação comparativamente baixa na arrecadação tributária.

Relativo ao segundo aspecto, deve-se ter em mente que a evolução das atividades do setor alimentar é sólida, e que esse traço se tornará mais evidente nos próximos anos. Este fato se dá em função do próprio crescimento das empresas rio-sulenses, não apenas do Frigorífico Riosulense, mas também de outras que vêm ganhando destaque, como é o caso da

empresa Neilar. Deve-se lembrar que a Pamplona Alimentos exporta cerca de 50% da sua produção de carne suína – que fica isenta de ICMS.

Contudo, essa empresa realizará investimentos de mais de 70 milhões de reais no ano de 2014, para ampliação de sua unidade produtiva de Rio do Sul. Esses investimentos visam a industrialização de carne suína destinada ao mercado brasileiro, o que propiciará, também, uma maior arrecadação tributária para o poder público. Como esses investimentos têm prazo de conclusão para o fim do ano, a partir de 2015 seus reflexos mais amplos poderão ser percebidos – número de postos de trabalho, arrecadação de ICMS, entre outros.

A análise da arrecadação do “ICMS industrial” por Divisões CNAE 2.0 é feita a seguir, na tabela 7, e auxilia a compreender o grau de diversificação da economia rio-sulense sob este aspecto.

Tabela 7 – Recolhimento de ICMS em Rio do Sul pela Divisão CNAE 2.0 no ano de 2012

CNAE 2.0 DIVISÕES	2012	
	Absoluto (R\$)	Participação
Fabricação de máquinas e equipamentos	5.331.846,41	17,35%
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	5.193.891,44	16,90%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	5.026.151,35	16,35%
Fabricação de equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	4.386.278,34	14,27%
Fabricação de produtos alimentícios	2.769.906,96	9,01%
Fabricação de produtos de madeira	1.968.130,82	6,40%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.463.117,14	4,76%
Fabricação de produtos têxteis	1.292.573,17	4,21%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	946.169,51	3,08%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	683.465,10	2,22%
Outros (menos de 2% de participação por Divisão)	1.672.098,14	5,44%
Total	30.733.628,38	100,00%

Fonte dos dados: SEF/SC, 2012. Elaboração própria.

Desta feita, são consideradas cinco Divisões com participação maior que 10%. Inclui-se a fabricação de produtos alimentícios devido aos motivos citados no parágrafo anterior⁵⁰. Deve também aumentar, em termos proporcionais, a arrecadação relativa ao setor de vestuário, na medida em que empresas deixem a informalidade e a Secretaria Estadual da

⁵⁰ Para reforçar esta necessidade destaca-se que a fabricação de produtos alimentícios já atingiu 10,49% do “ICMS industrial” rio-sulense em 2013 (SEF/SC, 2013) – um crescimento de quase 7 pontos percentuais em 5 anos, uma vez que em 2008 a arrecadação nesta atividade representava apenas 3,75% da arrecadação de ICMS na indústria rio-sulense.

Fazenda utilize novos métodos de fiscalização tributária. Mas é claro que a arrecadação, em termos proporcionais, das atividades ligadas ao vestuário e ao alimentar depende também da evolução da arrecadação do complexo eletrometalmecânico, que sinaliza avanços. O principal exemplo é o caso da Royalciclo, que está realizando investimentos objetivando produzir mais um componente para bicicletas, algo em torno de 12 milhões de reais, que deverá criar 60 novos postos de trabalho nessa empresa.

Note-se que também com respeito ao ICMS o município não se enquadrou em nenhum dos grupos propostos pela tipologia de Almeida e Ribeiro (1991), complementada por Breitbach (2008). A tabela 8 sistematiza os resultados obtidos com a aplicação do método proposto e utilizado por esses autores.

Tabela 8 – Participação das principais Divisões industriais no emprego e arrecadação de ICMS da indústria de Rio do Sul em 2012

Variável	Participação	Divisões CNAE 2.0 com participação individual maior a 10%	Somatório da participação
Emprego industrial		4	70,40%
Arrecadação de ICMS na indústria		5	73,88%

Fonte: elaboração própria, com base em: RAIS/MTE (2012) e SEF/SC (2012).

Entretanto, mais uma vez é sugerida a forte diversificação do parque industrial rio-sulense. Com mais de três atividades produtivas possuindo forte representatividade, seja em termos de emprego ou de arrecadação tributária, sugerir uma única especialização produtiva para o município parece constituir perigosa tarefa. Se o número de empresas sugere que o complexo vestuarista prevalece na economia de Rio do Sul, os dados da arrecadação de ICMS no município revelam a intensa participação das atividades eletrometalmecânicas. Ao mesmo tempo, sobretudo em termos de comércio exterior, a fabricação de produtos alimentícios desponta como importante segmento da indústria rio-sulense.

* * *

As iniciativas repertoriadas no início deste capítulo denotam – esta é a posição do autor desta pesquisa – a importância do caráter diversificado da estrutura produtiva de Rio do Sul para a trajetória recente do município. O destaque logrado por esse tecido industrial, que

foi mensurado ao longo deste capítulo, com reflexos socioeconômicos mais gerais, significa o sucesso – por assim dizer – da diversificação produtiva como vetor de dinamização em escala territorial. Rio do Sul apresenta uma eloquente experiência para se pensar a diversificação industrial como fator de dinâmicas territoriais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defender a ideia de que um parque industrial de caráter produtivo diversificado pode ser o elemento motriz de uma dinâmica socioeconômica territorial, como se procurou fazer neste estudo, significou, antes de tudo, avançar na contramão do pensamento aparentemente “ortodoxo” na literatura em desenvolvimento econômico territorial. Nesse sentido, as atenções geralmente se concentram na identificação de complexos industriais localizados, especializados em determinada atividade produtiva.

Alguns autores vêm procurando mostrar, contudo, que a diversificação produtiva dos territórios também pode se constituir, de fato, como uma via exitosa para o alcance de etapas superiores no processo de desenvolvimento social e econômico. Cabe destacar os esforços de pesquisadores como Breitbach (2003; 2007; 2008), cujas contribuições compõem um dos pilares centrais do presente estudo.

Nesse sentido, buscou-se – como objetivo geral – evidências na socioeconomia do município de Rio do Sul, com o pressuposto de que este é um município cuja dinâmica assenta-se sobre um parque industrial diversificado. Isso foi confirmado pela análise dos indicadores de emprego industrial e arrecadação de ICMS na indústria rio-sulense.

Dessa maneira, atingiu-se o principal objetivo traçado para este estudo. Afinal, o município revelou uma forte diversificação de suas atividades produtivas, que se articulam em três complexos industriais: o eletrometalmecânico, o vestuarista e o alimentar. Com efeito, os movimentos apresentados nas variáveis população total, PIB, emprego formal e volume de exportações do município superaram aqueles apresentados em nível estadual, justificando a dinâmica da economia rio-sulense e, por consequência, do papel desempenhado pelo parque industrial de Rio do Sul.

O olhar sobre o processo histórico de formação da base produtiva de caráter diversificado de Rio do Sul revelou dois importantes fatores: i) o engajamento da sociedade local, sobretudo o enraizamento de suas empresas, que fez com que estas se consolidassem mesmo se “deslocadas” dos centros de gravidade das atividades produtivas em que se inserem, com exceção ao complexo vestuarista – pois a inserção de Rio do Sul no Vale do Itajaí é elemento básico para compreender o surgimento das respectivas atividades; ii) os benefícios, por assim dizer, do processo de desconcentração produtiva da economia brasileira, protagonizada por São Paulo, e que ganhou força a partir dos anos 1970 – afinal, a

metalmecânica rio-sulense possui intensos vínculos com a metrópole paulista e seu entorno geográfico.

As razões para o nascimento da diversificação industrial de Rio do Sul, por sua vez, são difíceis de pormenorizar, e uma análise mais minuciosa estenderia sobremaneira a discussão aqui realizada. Contudo, uma parcela importante da resposta está na própria sociedade rio-sulense, formada – principalmente – por imigrantes alemães e italianos que estavam às margens da revolução industrial europeia. Por um lado, destaca-se o seu empreendedorismo, cujos descendentes exemplificam múltiplos casos de abertura de novos negócios (alguns deles tratados ao longo desta monografia), fazendo surgir um município industrialmente diversificado. Por outro lado, destaca-se a qualidade da mão de obra local, majoritariamente enaltecida pelos empresários – figurando como um poderoso elemento para manter as empresas rio-sulenses em seu município.

Portanto, a diversificação da base produtiva local constitui um processo histórico, sobretudo por envolver empresas nativas e a sociedade local. Todavia, trata-se de uma formação que se consolidou no período recente da história econômica local, embora deva ser reforçado que não é possível desprezar o importante papel das dinâmicas ocorridas nas décadas anteriores.

Rio do Sul nasceu, praticamente, como um município monoindustrial, ligado fundamentalmente à extração madeireira. Ocorreu, assim, o consequente surgimento de serrarias, que atuaram como a atividade motriz – para evocar as ideias de Perroux (1967) – do município. Em função das referidas serrarias, surgiram, por exemplo, pequenas oficinas mecânicas para atender demandas por serviços técnicos – perfazendo os embriões do que viria a ser o complexo metalmecânico local. Dessa maneira, o declínio da atividade madeireira nas décadas de 1960 e 1970 ameaçou a própria “sobrevivência” econômica do município, uma vez que esta atividade era o elemento central da dinâmica econômica de Rio do Sul.

Contudo, a diversificação do parque industrial rio-sulense passou a ocorrer na década de 1970, protagonizada pela vontade própria das empresas rio-sulenses, interessadas também no desenvolvimento do território em que se inserem, e beneficiadas por políticas econômicas nas esferas nacional e estadual – como investimentos em infraestrutura, linhas de financiamento e barreiras protecionistas. Não por acaso, a partir da segunda metade dos anos 1980, passou a se consolidar e crescer a diversificação produtiva de Rio do Sul. É nesse último recorte temporal, estabelecido pelo autor, e atualmente experimentado pelo município,

que importantíssimos movimentos se fazem presentes, determinando a dinâmica econômica local, que por consequência possui amplos impactos para sociedade inserida nesse espaço.

Em primeiro lugar, esse movimento – de diversificação da base produtiva – foi crucial para contrapor, em grande parte, as consequências de um potencial processo de causalção circular negativo – à la Myrdal (1968) –, devido ao grande declínio na atividade madeireira. A dinâmica econômica de Rio do Sul certamente foi posta em cheque, mas a formação de um “novo” eixo de dinamismo econômico composto pelos complexos eletrometalmecânico, vestuarista e alimentar foi decisivo para o êxito na fase de transição econômica de Rio do Sul (abrangendo a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980).

Com efeito, os anos 1980 foram marcados pelas grandes enchentes que atingiram o município. Catástrofes que foram superadas pela coesão da sociedade local, e também pela fase de crescimento que experimentavam as empresas locais – que estavam, desse modo, encorajadas a reerguer seus parques fabris.

Os anos 1990, por sua vez, trazem consigo a abertura comercial brasileira, que causou duras consequências para as duas empresas com mais de mil funcionários que o município possuía até então: a Sulfabril e a Frahm. Os impactos sobretudo em termos de perda postos de trabalho foram fortes. A primeira empresa sucumbiu diante deste processo, fechando suas portas. A segunda conseguiu promover a própria “ressurreição”.

Essa mesma década (1990), porém, apresenta aspectos que também favoreceram a atividade industrial rio-sulense. Primeiramente, a abertura comercial acentuou o processo de desverticalização dos processos produtivos na indústria brasileira. Assim, ainda que a Sulfabril – figurando como uma grande indústria têxtil – tenha fechado as portas, o contingente empregado no complexo vestuarista rio-sulense aumentou, dado o surgimento de inúmeras micro e pequenas fábricas e confecções no município – que permitem, inclusive, o trabalho domiciliar. Não obstante, com a desverticalização as empresas metalmeccânicas rio-sulenses consolidaram-se como fornecedoras da grande indústria metalmeccânica brasileira.

Portanto, o final do século XX marca um importante período, pois as duas maiores empresas do município enfrentaram sérios problemas financeiros – repercutidos em grande número de demissões – e, ao mesmo tempo, outras empresas passaram a experimentar um notável crescimento. Isso evidenciou uma das principais vantagens de um parque industrial diversificado. Afinal, os fluxos do mão de obra oriundos da Frahm e da Sulfabril foram absorvidos, em grande medida, pelas atividades metalmeccânicas, alimentares e vestuaristas.

Em 1999, foi promovida mudança na política de câmbio brasileira, que passou a ser flexível. A maxidesvalorização que ocorreu em virtude desse processo alavancou fortemente as atividades de duas empresas: a Metalúrgica Riosulense e o Frigorífico Riosulense. Elas se tornam – nos anos 2000 – as duas novas empresas rio-sulenses com mais de mil postos de trabalho cada.

Também é importante perceber que a diversificação produtiva foi decisiva para firmar a posição de Rio do Sul como “Capital do Alto Vale”, isto é, como polo regional. Em última instância, esse indicativo revela o município como um polo de crescimento de Perroux (1967). Rio do Sul concentra geograficamente três complexos industriais, onde seu crescimento significa a emanção de forças propulsoras do crescimento sobretudo para o Alto Vale do Itajaí – fato revelado principalmente pelo contingente de mão de obra dessa região empregado no município em análise.

Ao mesmo tempo, algumas das principais empresas rio-sulenses revelam características que permitem atribuir a elas o adjetivo motriz, conforme postulou Perroux (1967). O crescimento dessas empresas significa o crescimento de um conjunto de agentes econômicos, sejam prestadores de serviços ou fornecedores de insumos ou matérias primas.

Contudo, deve-se atentar ao fato de que ainda existem importantes elementos para reflexão. Os anos 2000 foram os primeiros que não representaram grandes desafios ao diversificado parque produtivo rio-sulense. Mas esse período também marca a entrada de investimento externo direto em Rio do Sul.

Já em 1998, a italiana Athena adquiriu metade do controle da Vedamotors. Em 2001, a H-Bremer cria uma *joint-venture* com a portuguesa Marcovil, criando a Brevil. Em 2003, a Bovenau firma *joint-venture* com a alemã Weber-Hydraulik, originando a Weber-Bovenau. Em 2005, a Metalciclo inicia *joint-venture* com a italiana SelleRoyal, surgindo, assim, a Royalciclo. Todas essas parcerias, ou alianças, representaram o surgimento de novas empresas em território rio-sulense.

Por um lado, esse movimento indica a sintonia dos produtos fabricados com o padrão produtivo internacional, outorgando um posicionamento mais favorável no mercado, e ganhos de *know-how* tecnológico e mercadológico. Por outro lado, perde-se parte importante do domínio local sobre decisões estratégicas para a economia rio-sulense. Não se pretende aqui rechaçar o capital externo, mas cabe a pergunta: qual será o interesse deste em desenvolver a socioeconomia rio-sulense? Mostrar-se-á superior ou inferior ao interesse do empresário local? É provável que se mostre infinitamente menor.

Dessa maneira, é de grande importância que o empresário local mantenha as atividades de suas empresas em suas mãos. A venda de seus ativos, ainda que em parte, para o capital não rio-sulense, sobretudo ao capital estrangeiro, pode representar perda no ritmo dinâmico do desenvolvimento social de Rio do Sul. Em outras palavras, isso significa para Rio do Sul a perda do enraizamento, dos laços históricos, entre a indústria e a sociedade local.

Portanto, será necessário um notável esforço e engajamento, para que as empresas rio-sulenses continuem ampliando sua participação na vida econômica do município, e que resistam às propostas, ainda que sedutoras, do capital externo. O futuro socioeconômico de Rio do Sul depende, indubitavelmente, do fio condutor que guiará as decisões futuras das empresas. Se na década de 1970 as empresas metalmeccânicas optaram por permanecer em Rio do Sul e reestruturar suas atividades produtivas pelo fato de serem rio-sulenses, um período futuro de crise, enfrentado por empresas estrangeiras, ou externas à região, pode significar o traslado de seus parques fabris para fora de Rio do Sul. As consequências serão, claramente, sérias para a sociedade local.

E é lógico que, além do compromisso das empresas, a atuação do poder público tem fundamental importância para alavancar o desenvolvimento local. Primeiramente, a formulação de uma política industrial que norteie os movimentos esboçados pelos setores produtivos que compõem a economia brasileira assume elevada importância. É claro que a ausência da atuação estatal não implica em ausência de “política industrial”. Como já observado, um breve período de 7 anos (1998-2005) representou a formação de alianças estratégicas com o capital externo, com o objetivo de alavancar a dinâmica das empresas rio-sulenses. Todavia, um Estado forte e preocupado com o desenvolvimento, ou surgimento, de grandes empresas nacionais, num cenário norteado por claras políticas de longo prazo, impulsionaria a atividade produtiva do país – beneficiando, conseqüentemente, Rio do Sul.

Os investimentos do governo federal em áreas específicas, como a educação, são de suma importância para a indústria rio-sulense, materializando-se em instituições como o Instituto Federal Catarinense. Também, em nível de governo de estado, investimentos como o Cedup possuem grande relevância – para não falar nas escolas de ensino básico.

No tocante às SDRs, não foram encontradas evidências de que sua existência tenha melhorado a atuação do governo estadual no município. Isto é, a estrutura montada ainda não se justificou para a sociedade local, questionando – pelo menos no Alto Vale – a política de descentralização administrativa que vem sendo promovida pelo governo estadual desde o ano de 2003.

Talvez seja o caso de se adotar outro enfoque, que descentralize a administração e os recursos públicos com maior aderência às associações de municípios historicamente formadas em Santa Catarina, onde a Amavi constitui uma das iniciativas pioneiras. Uma abordagem à luz do que foi imaginado para o *Tennessee Valley Authority*, onde se pensaria e se planejará a região e seus municípios não apenas em termos de Amavi, mas sim em escala de bacia hidrográfica (Vale do Itajaí), também poderia, talvez, ser frutífera.

Contudo, a maior problemática, em termos de investimentos do poder público, parece ser a de infraestrutura de transportes. Essa afirmação é feita com base na síntese das interpretações dos empresários locais. Figurou, na vasta maioria das entrevistas realizadas pelo autor, a defesa da ideia de que a BR-470, na maneira como hoje se encontra, representa imposição de condições desfavoráveis às atividades das empresas rio-sulenses.

Este cenário faz surgir as palavras captadas por meio de entrevista com o presidente do Sinfiatec: “Aí nós [rio-sulenses] temos um pouco de culpa: onde estão os nossos políticos? Nós precisamos de gente que tenha atitude. Rio do Sul cresceu muito no período do Milton Hobus, foi um prefeito que levou o nome de Rio do Sul, da indústria de Rio do Sul para fora”. A interpretação é compartilhada, também, pelo proprietário da Cassava S.A. Em entrevista à Rede Bela Aliança de Televisão (2011, S.p.), o empresário afirmou:

Lages, por exemplo, já teve diversos governadores, e hoje tem novamente o Raimundo Colombo. Eu tenho impressão que o Milton Hobus vai ser o primeiro rio-sulense a ser governador do estado de Santa Catarina. Eu tenho muitos amigos fora de Rio do Sul, e vejo o apoio ao nome do Milton como uma pessoa que consegue realizar. Que Deus nos dê a condição de estar vivos, de poder votar no Milton como o primeiro candidato, a governador, de Rio do Sul.

Cabe lembrar que Rio do Sul se situa numa região fracionada em 28 municípios, a maioria de pequeno porte, e – ainda – em 4 SDRs. Não se pode deixar de considerar que é preciso uma grande coesão regional para que o Alto Vale tenha força política, e, por consequência, avance em questões chave para o desenvolvimento da região. É por isso que surge a preocupação da sociedade local, e em particular dos empresários rio-sulenses, em eleger um governador da região. Pois acredita-se que assim Rio do Sul e o Alto Vale poderão ver equacionados importantes entraves econômicos – ênfase para a BR-470.

Todavia, a discussão deve ir além desse fato político. A eleição de um governador não necessariamente promove mudanças significativas no padrão de crescimento da indústria da determinada região. Uma vez que é a indústria rio-sulense o elemento central da dinâmica econômica do município, como o presente estudo indicou, o desenvolvimento de Rio do Sul

depende da resolução das barreiras ao maior crescimento da sua atividade industrial, como a prevenção de cheias, melhoria nos serviços públicos – com grande importância para a educação –, mas sobretudo o provimento de melhor infraestrutura, referindo-se especificamente à BR-470. Essa tríade (prevenção de cheias, serviços públicos e BR-470) parece figurar como a grande barreira para alavancar a dinâmica local. Em nível de governo de estado, a atuação nessas áreas é fundamental para a dinâmica da indústria rio-sulense.

Por fim, espera-se que a discussão aqui realizada estimule e sirva de base para novas interpretações acerca da socioeconomia rio-sulense, que se aproxima de seu centenário. Pensar e planejar o futuro de Rio do Sul é papel básico para que os rio-sulenses tenham ainda mais motivos para comemorar o primeiro século da existência de seu município. Esta é a função não apenas da sociedade e do poder público local. Também é tarefa do Estado Nacional, e, conseqüentemente, da Universidade Federal de Santa Catarina. Dessa maneira, desempenha essa instituição um importantíssimo papel por possibilitar a materialização do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ACIRS, ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE RIO DO SUL. **Institucional**: linha do tempo. 2014. Disponível em:
<<http://www.acirs.com.br/institucional/linha%20do%20tempo#.U7MAc5RdVl8>> Acesso em: 01.mai.2014

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA PRODUTORA E EXPORTADORA DE CARNE SUÍNA (ABIEPCS). **Relatório anual 2007**. São Paulo, 2007. Disponível em:
<http://www.abiepcs.org.br/uploads/relatorios/relatorios-associados/ABIEPCS_relatorio_2007_pt.pdf> Acesso em: 20.set.2012.

ALMEIDA, R. S., RIBEIRO, M. A. C. Análise da organização espacial da indústria brasileira através de uma tipologia de centros industriais. In: **Atlas Nacional do Brasil**, Cadernos de Geociências (especial), IBGE, p. 61-81. Rio de Janeiro, dezembro de 1991.

ANDRADE, W. V. de. Apresentação do Sebrae: depoimento. [03 de setembro de 2010]. Rio do Sul, Programa na Boca do Povo, **Rede Bela Aliança de Televisão**. Entrevista concedida a Neri Conte. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3vsj45T9Mu8>>. Acesso em: 08.ago.2013.

BACELAR, T. Globalização e Território. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 8-10, jun. 2008.

BELLANI, E. M. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950). Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1991. 260 p.

BREITBACH, A. C. M. **Une dynamique regionale fondee sur la diversification industrielle**: l'expérience de la region de Caxias do Sul (Brésil). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Paris, Paris, 2003. 439 p.

_____. A diversificação industrial como fator de crescimento da região de Caxias do Sul. In: **Análise**: Revista de Administração da PUCRS. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2007

_____. Especialização e diversificação nas regiões industriais do Rio Grande do Sul. In: **Textos para Discussão FEE n°31**. Porto Alegre, junho de 2008.

CAMPOS, Í. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre pequena produção e agroindústrias no oeste catarinense. Dissertação de mestrado. Campina Grande: UFPB, 1987. 370 p.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CARDOSO, A. M. **Compêndio histórico e geográfico de Rio do Sul**. 1ª Ed. 1984.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. (Orgs). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASTRO, A. B. de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. In: **Revista de Economia Política**, vol. 21, nº 3 (83), p. 3-26, jul.-set. 2001.

CEPEA. **Produção de fécula fica estagnada e margem diminui em 2012**. Universidade de São Paulo. Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Piracicaba, abril de 2013.

COLAÇO, T. L., KLANOVICZ, J. Urbanização. In: KLUG, J., DIRKSEN, V. (ORGs). **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul. 2000. p. 121-151.

CORRÊA, R. L. Organização espacial. In: **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991, p. 51-82.

COSTA, U. G. **Industrialização e relações de trabalho nas fecularias de Mato Grosso do Sul**. Faculdade de Ciências Humanas. 228 pgs. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados, 2012.

DANTAS, I. Mercado em festa: Frahm, do rádio ao LCD. In: **Música e Mercado**. 2011. Disponível em: < <http://musicaemercado.com.br/pagina/1527/mercado-em-festa-frahm-do-radio-ao-lcd>>. Acesso em: 13.dez.2013.

DIÁRIO DO ALTO VALE, Jornal. **Mensagem ao Alto Vale**. 22 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.facebook.com/DiarioAV/>>. Acesso em: 22/setembro/2013.

DIAS, T. **Governança pública: uma concepção teórico-analítica aplicada no governo do Estado de Santa Catarina a partir da implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional**. 2012. Departamento de Administração. 356 pgs. Tese (Doutorado em Administração) UFSC, Florianópolis, 2012.

ESTADO DE EXCELÊNCIA. **Frigorífico Pamplona**. Produção e apresentação: Raimundo Martins. Rede Bandeirantes Santa Catarina. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=sLwb7dnniSk>> Acesso em: 15/jul/13.

FABRICENTER. **Um pouco sobre o Fabricenter**: Centro Comercial Atacadista. 2013. Disponível em: <<http://www.fabricenter.com.br/shopping/>>. Acesso em: 11.dez.2013.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. In: **Novos Estudos**, CEBRAP. n. 29, março 1991. p. 98-119.

FERREIRA, A. H. B., DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4 (60), outubro-dezembro/1995. p. 38-56.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados.** Unidade de política econômica e industrial. Florianópolis, 2013.

FILIPPIM, E. S., ABRUCIO, F. L. Quando descentralizar é concentrar o poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. In: **Revista de Administração Contemporânea**. vol. 14, n. 2. Curitiba, abril de 2010.

FRAHM. **50 anos: meio século de história e ousadia.** Rio do Sul, NH Indústria e Comércio Ltda. 2011.

FRANZOI, J. C. Pamplona Alimentos realizou primeiro embarque ao Japão. In: **Inforpam**. Ed. 219, dezembro de 2013. Rio do Sul.

GEMBALLA, G. **Contribuição para a caracterização da essência de Ocotea pretiosa Metz.** Tese (Doutorado em Biologia). Faculdade Nacional de Farmácia, Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1955.

GEREFFI, G. Las cadenas productivas como marco analítico para la blobalización. In: **Problemas Del Desarrollo**, vol. 32, n. 124, p. 9-37. México, IIEc-UNAM, abril-junho de 2001.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina.** 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 353 p.

H-BREMER. **Institucional.** Disponível em: <
<http://www.bremer.com.br/site/?pg=institucional>> Acesso em: 10.mai.2014.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** Tradução de Laura Schlaepfer. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 314 pg.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Rio do Sul. 2000, 2010a.

_____. **Contas Regionais do Brasil.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Rio do Sul e ao estado de Santa Catarina. 2010b.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** redes urbanas regionais: Sul. Brasília, IPEA. Outubro de 2000, v.6., 206p.

KELLER, P. F. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 30-47, 2008.

LINS, H. N. Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais. In: Tullo Vigevani; Jorge Lorenzetti. (Org.). **Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais**. São Paulo: LTr Editora, 1998, v. , p. 186-223.

_____. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Editora da UFSC. Florianópolis, 2000.

_____. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. **Ensaio FEE**, v. 22, n. 2, p. 78-101, 2001.

_____. Transformações econômicas e reflexos espaciais no Brasil meridional. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. C. F. (orgs) – **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

_____. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte. nº 17, p. 127-162, janeiro-abril 2007.

_____. Descentralização do Estado: discutindo o planejamento e a promoção do desenvolvimento com dimensão espacial. In: **Revista Soc. Bras. Economia Política**. São Paulo. nº 28. p. 71-101. fevereiro 2011.

MAAR, J. H., ROSENBROCK, L. C. C. A química fina que poderia ter sido: a extração do óleo de sassafrás e de safrol no alto e médio vale do Itajaí. In: **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 10, n.4, p. 799-820, 2012.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MARSHALL, A. **Principle of economics: an introductory volume**. 8 ed. London: Macmillan, 1979.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTEI, L. F. Panorama atual do desenvolvimento sócio-econômico catarinense. **Seminário estadual sobre perspectivas da economia catarinense no século XXI**. 1999.

MATTHES, D. Força de vontade dos funcionários manteve a Sulfábril ativa. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis, S.p., 27.mai.2014. Disponível em: <
<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2014/05/forca-de-vontade-dos-funcionarios-manteve-a-sulfabril-ativa-4510829.html>> Acesso em: 27.mai.2014.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Relatório das exportações por município**. 2000, 2010.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968, 2ª Edição, 240 pg.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da Economia nacional. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): p. 113-140, jun 1996.

PAMPLONA, A. **Minha vida em prosa**. 2. ed. Blumenau: Odorizzi, 2002. 105p.

PAMPLONA, V. História do Frigorífico Riosulense: depoimento. [19 de setembro de 2012]. Rio do Sul, **Programa Estado de Excelência**. Entrevista concedida a Raimundo Ribeiro Martins. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=sLwb7dnniSk>>. Acesso em: 28.set.2014

PAMPLONA ALIMENTOS. **Empresa**. 2014. Disponível em: < <http://www.pamplona.com.br/pamplona-alimentos/empresa/>>. Acesso em: 25.fev.2014.

PAULI, E. **História Econômica de Santa Catarina**. Sem local. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Academia Catarinense de Letras. 1997. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4430-4451.html. Acesso em 18/10/2013.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Tradução de José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

POLEZA, M. M. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), FURB. Blumenau, dezembro 2002.

POLOSHOPPING. **Institucional**. S.d. Disponível em: <<http://poloshopping.ind.br/?pg=institucional>>. Acesso em: 11.dez.2013.

PORTER, M. E. Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. In: **Economic Development Quarterly**, v. 14, n. 1, fevereiro de 2000. p. 15-34.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. 1985; 1994; 2000; 2003; 2010; 2012.

RAMEZALANI, M., LUIZ, D. C. Um estudo sobre a influência da BR470 nas exportações do Alto Vale do Itajaí. In: **Revista Caminhos**, v.1, n. 9, p. 123-130, jan-dez 2008.

RBA, Rede Bela Aliança de Televisão. **História de falência da Sulfabril ganha um novo capítulo**. 2012. Disponível em: <<http://www.rbatv.com.br/noticia-rban/historia-de-falencia-da-sulfabril-ganha-um-novo-capitulo-3957>>. Acesso em: 13.dez.2013.

RBA, Rede Bela Aliança de Televisão. **Programa na Boca do Povo**: entrevista com Carlos Ohf. Direção: Henrique Marquez Galdino. Produção: Neri Conte. Exibido em 26/fev/2011.

RICHARDSON, H. W. **Economia Regional**: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Tradução de Fausto Guimarães Cupertino. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RIO DO OESTE, Prefeitura. **Barragens**. 2010. Disponível em: <www.riodoeste.sc.gov.br/>. Acesso em: 17.out.2013.

RIO DO SUL, Prefeitura. **Relatório das enchentes de 1983**. 1983. Disponível em: <<http://www.riodosul.sc.gov.br/portal/principal.php?pg=1787>>. Acesso em: 14/ago/2013.

RIOSULENSE, Metalúrgica. **Apresentação**: histórico. 2013. Disponível em: <<http://www.riosulense.com.br/br/conheca-a-riosulense/apresentacao/>>. Acesso em: 13.dez.2013.

RODRIGUES, M. A., MONTEIRO, W. F., CAMPOS, A. C., PARRÉ, J. L. Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do setor de confecções na região sul. In: **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v. 16, n.2, junho de 2012. p. 311-338. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2014.

SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina**. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986, 173p.

_____. **Definidos os frigoríficos de SC aptos para vender carne suína ao Japão**. Secretaria de Comunicação. Junho de 2013. Disponível em: <<http://webimprensa.sc.gov.br/paginas/index.asp?audios=1&codigoa=14732>>. Acesso em 20.nov.2013

SAUL, M. V. A. Emancipação e evolução político-administrativa. In: KLUG, J., DIRKSEN, V. (ORGs) – **Rio do Sul**: uma história. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul. 2000. p. 47-119.

SCHMIDT, J. C. **O fim de uma joint-venture**: motivações e realidade. Univali, Itajaí, 2014. 16 p.

SEF/SC. **Estatísticas da arrecadação tributária**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Administração Tributária. 2008; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2013.

SEF/SC. **Evolução da arrecadação de ICMS por Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional**. Assessoria Econômica, Diretoria de Administração Tributária. 2012b.

SIEBERT, C. F. **Panorama do Planejamento Regional em Santa Catarina**: Da centralização à construção da solidariedade Regional. Blumenau: Editora da FURB, 2001.

SIEBERT, C. F. 2010. Arranjos institucionais e trajetória do planejamento territorial em Santa Catarina. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 119, p. 137-167, jul./dez. 2010.

SILVA, J. F. da. **História de Blumenau**. 2. ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.

SINFIATEC, 2012. **Sinfiatec 20 anos**: união das empresas têxteis e do vestuário fortalece o setor. Rio do Sul: Sucesso S/A. Ed. 01, 2012.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SITITEV, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul. **Relatório de empresas ativas**. 2013.

SOUZA, N. A. de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2ª ed. São Paulo. Atlas S.A. 2008. 368 pgs.

STRUECKER, A. O. **Enchente em Rio do Sul**: um depoimento. 2011. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/enchente-em-rio-do-sul-um-depoimento/>>. Acesso em: 14/ago/2013.

TOMASINI, D., HOERHANN, R. C. L. S. Atividades Econômicas. In: KLUG, J., DIRKSEN, V. (ORGs) – **Rio do Sul**: uma história. Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul. 2000. p. 153-173.

VALOR ECONÔMICO. Empresas: ranking das 1000 maiores. **Valor 1000**. Edição 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2801254/ranking-das-1000-maiores>> Acesso em: 20/11/2013.

VEDAMOTORS. **Institucional**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dlpgzu1ypc>>. Acesso em: 07.jun.2013.

WALLERSTEIN, I. O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão? In: **Impensar a ciência social**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006, p. 123-145.

WIKIMEDIA. **Santa Catarina, município de Rio do Sul**. 2014. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/SantaCatarina_Municip_RiodoSul.svg> Acesso em: 10/01/2014.

ZANELLA, F. **A conquista de um sonho**: UNIDAVI (1996 – 2006): consolidando novos caminhos. Blumenau: Nova Letra. 2006. 200 pgs.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevista realizada com o sócio-proprietário da NH, fabricante das marcas Frahm e Hinor, em 12 de dezembro de 2013, Rio do Sul.

Entrevista realizada com o diretor de expansão de negócios da Pamplona Alimentos em 13 de dezembro de 2013, Rio do Sul.

Entrevista realizada com a presidente do Sititev em 13 de dezembro de 2013, Rio do Sul.

Entrevista realizada com o proprietário da Metalciclo em 24 de dezembro de 2013, Rio do Sul.

Entrevista realizada com o diretor executivo do Simmmers em 17 de janeiro de 2014, Rio do Sul.

Entrevista realizada com o presidente do Sinfiatec em 23 de janeiro de 2014, Rio do Sul.

Entrevista realizada com o sócio proprietário da H-Bremer em 24 de janeiro de 2014, Rio do Sul.

Entrevista realizada com o diretor financeiro da Metalúrgica Riosulense em 31 de janeiro de 2014, Rio do Sul.